

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS SOROCABA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO  
AMBIENTAL

MICHELE FERNANDES GONÇALVES

**QUANDO CÃES, HUMANOS E RUAS SE ENCONTRAM:  
PENSAMENTO, MOVIMENTO E SENSÇÃO POR ENTRE VIDAS, AFETOS,  
ARTE E PALAVRAS**

Sorocaba  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS SOROCABA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO  
AMBIENTAL

MICHELE FERNANDES GONÇALVES

**QUANDO CÃES, HUMANOS E RUAS SE ENCONTRAM:  
PENSAMENTO, MOVIMENTO E SENSAÇÃO POR ENTRE VIDAS, AFETOS,  
ARTE E PALAVRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental da Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo  
Coorientador: Prof. Dr. Silvio César Moral Marques

Sorocaba  
2016

**MICHELE FERNANDES GONÇALVES**

**QUANDO CÃES, HUMANOS E RUAS SE ENCONTRAM:  
PENSAMENTO, MOVIMENTO E SENSAÇÃO POR ENTRE VIDAS, AFETOS,  
ARTE E PALAVRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental da Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental. Área de concentração Conflitos Sócioambientais. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 17 de Junho de 2016.

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo  
Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Campus Sorocaba

Prof. Dr. Silvio César Moral Marques  
Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Campus Sorocaba

Dr. Hylio Lafer  
Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Campus Sorocaba

Dr. Zysman Neiman  
Universidade Estadual de São Paulo, UNIFESP.

aos meus pais.  
aos cães que habitam as ruas.

## agradecimentos

aos meus pais, pelo amor incondicional, pela crença na minha competência e capacidade, e pela ajuda em todos os momentos de dificuldade. ao meu irmão e à minha irmã, pelos exemplos de vida, pelo carinho e pelo apoio. ao meu namorado, pelo amor, aceitação, paciência, compreensão e bondade. ao meu cachorro Farinha, pela companhia cotidiana, por ter despontado em mim o amor pelos cães e a dúvida para com as certezas sobre eles, e por me dar a oportunidade diária de experimentar, na nossa convivência, a pulsação de tudo aquilo que ainda não tem nome.

à Ana Godoy, pela dedicação, pela certeza, pela maestria e pelos valiosos conselhos. este trabalho teria menos brilho, entusiasmo, convicção e verdade sem você. ao Sílvio César Moral Marques, pela paciência, calma e sabedoria. porque você exerceu sua função com consciência, tornei-me pesquisadora de fato. não teria descoberto meus caminhos se você não tivesse permitido e apoiado minhas escolhas. à Susana Oliveira Dias, pelo carinho, pelas oportunidades, pelos ensinamentos, pelos questionamentos e pelas críticas. certamente, a convivência e a troca que tive com você nos últimos anos transformaram-me pessoalmente, profissionalmente e academicamente. serei sempre grata. à Tatiana Plens Oliveira, pela amizade, pelas indicações bibliográficas, pela troca de ideias tão fundamentais e especiais para este trabalho e pelo auxílio nas etapas de campo. você é uma das únicas a influenciar, com o mesmo peso, todos os âmbitos da minha vida.

a todos os integrantes do grupo de pesquisa multiTÃO - prolifer-artes sub-vertendo ciências e educações e da revista ClimaCom Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte. cada um de vocês contribuiu para minhas reflexões, dúvidas e aprimoramentos acadêmicos e profissionais. a toda a equipe do Labjor - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Unicamp), pelas experiências e oportunidades. a UFSCar Sorocaba e ao Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, os quais me acolheram como estudante e me proporcionaram a formação necessária para obtenção do título de mestre.

aos meus queridos amigos de jornada acadêmica, sem os quais, certamente, tudo teria sido menos divertido e prazeroso. Especialmente, rafa, aninha, dani, cassita e azulzinho.

e a todos os cães que habitam as ruas, por me ensinarem a buscar, também na Ciência, por tudo aquilo que está além do óbvio.

GONÇALVES, Michele Fernandes. Quando cães, humanos e ruas se encontram: pensamento, movimento e sensação por entre vidas, afetos, arte e palavras. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016.

Este trabalho aposta no encontro entre humanos, cães e ruas. O foco é explorar a potência das relações que se estabelecem entre estes entes, no espaço público urbano, quando eles se encontram entre si e com estas moradas, através da arte e da escrita. O objetivo é afirmar a existência e permanência dos cães nas ruas e possibilitar a produção de novos afetos e conexões sensíveis entre eles e humanos. A partir do esgotamento do pensamento sobre algumas noções dominantes a respeito das distinções entre os entes, e da abertura para as sensações e os afetos provocados quando cães e humanos se encontram, no território da rua, através da arte e das palavras, tenta-se problematizar e redimensionar as relações entre eles e suas moradas, possibilitando que os *status* dos cães “de rua” sejam identificados para além das categorias do abandono e do sofrimento. A metodologia utilizada é a cartografia, como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, a qual aposta na experimentação do pensamento, buscando perceber as dinâmicas, os fluxos e as intensidades dos objetos e supondo que o pensamento e a produção do conhecimento dão-se a partir de múltiplas conexões. No campo da ação de teoria, realizou-se pesquisa bibliográfica abarcando autores contemporâneos da antropologia, da filosofia, da psicanálise e das artes, como forma de retomar e embaralhar alguns conceitos e também de possibilitar outros olhares e meios para as relações entre os entes. No campo da ação de prática, o trabalho de campo consistiu na caminhada com cães pelas ruas da cidade de Sorocaba. Foram produzidas narrativas a partir dos campos, e realizadas intervenções urbanas com lambe-lambes, ambas como forma de criar encontros potentes entre humanos e cães no espaço da rua onde eles se cruzam.

Palavras-chave: Cães. Humanos. Ruas. Afetos. Arte. Narrativas. Potências. Encontros.

## **abstract**

This work attempts to the encounter between humans, dogs and streets. The focus is to explore the power of the relationships established among these entities, in the public space, when they meet each other and their homes through art. The goal is to affirm the existence and permanence of dogs on the streets and evoke the production of new feelings and sensitive connections between humans and them. The exhaustion of the thought about some prevailing notions on the distinctions among entities, and also the opening to the sensations and affections evoked when dogs and humans meet each other, on the streets, through art and words, serve to the questioning of the relationships between them and their homes, and also to a resizing effort on those relations, enabling the vision of the stray dogs *status* as beyond the categories of abandonment and suffering. The methodology is the cartography, as proposed by Gilles Deleuze e Félix Guattari, which takes in the experimentation of the thinking, trying to realize the dynamics, fluxes and intensities of the objects and assuming that the thinking and the knowledge production starts always from multiple connections. In the field of the theory, we performed a bibliographic research on contemporary authors of anthropology, philosophy, psychoanalysis and the arts as a way to resume and shuffle some concepts and also make other means and viewpoints possible for the relationships among entities. In the field of the praxis, the fieldwork involved some walking with the stray dogs in the city of Sorocaba. We also produced some narratives taking the fieldwork as inspirations, and some wheat-paste urban interventions, both as a way to create powerful encounters between humans and dogs on the streets where they come across to each other.

**Keywords:** Dogs. Humans. Streets. Affections. Art. Narratives. Powers. Encounters.

## lista de figuras

figura 1- Cartografia tradicional delineando a região de Sorocaba .....	51
figura 2 – Cartografia tradicional delineando as macrorregiões da cidade .....	51
figura 3 – À espera, à espreita... .....	52
figura 4 – Cartografia como método (delineando a área de estudo).....	53
figura 5 – cão (estacional) e pesquisadora (à espreita).....	53
figura 6 – Rua e cão (andarilho) .....	54
figura 7 – Cão e rua .....	54
figura 8 - Cão (sonolento), calçada e rua.....	55
figura 9 – Olhar suscitado e união: cão, pesquisadora e rua .....	55
figura 10 – Ducentésimo Septuagésimo quinto, cão primeiro.....	91
figura 11– Cão de caça .....	92
figura 12 – Experimentação em lambe .....	94
figura 13– Experimentação em lambe .....	95
figura 14– Experimentação em lambe .....	95
figura 15 – Mundos próprios .....	110
figura 16 – Mundos Plurais .....	111
figura 17 – Narrativa e cão .....	112
figura 18 – Narrativas de cão.....	112
figura 19 – Seu Cícero na rodoviária.....	115
figura 20 – Seu Cícero e Dona Yara na rodoviária.....	115
figura 21 – Lambidas no ponto.....	116
figura 22 – Lambendo o domingo de manhã.....	116
figura 23 – Ele lá, na noite.....	117
figura 24 – Ele lá, de dia.....	117
figura 25 – Lobo urbano .....	118
figura 26 – Lobo cinza-urbano .....	118
figura 27 – Poste-cão .....	119
figura 28 – Poste-cão e pesquisadora .....	119
figura 29 – Eles lá.....	120
figura 30 - Impassíveis .....	120

figura 31 – Lambidas no banco .....	121
figura 32 – “Saliva” .....	121
figura 33 – Lambes horizontais .....	122
figura 34 – Lambes verticais .....	123
figura 35 – Depósito da SOAMA .....	128
figura 36 – Cães anarquistas. À direita, Loukaninus, na Grécia. À esquerda, os cães “de direito”, no Chile. ....	133
figura 37 – Cães de etiqueta. À direita, no café grego. À esquerda, no metrô de Moscou ....	134

#### **lista de quadros**

quadro 1– Macrorregiões estudadas .....	40
---	----

#### **lista de narrativas**

narrativa 1 – Há vida, conquanto nosso portão não venha .....	17
narrativa 2 – Cão Malzinho .....	58
narrativa A - (De)certo .....	78
narrativa B - O cão do 275 .....	79
narrativa C -. Lobocão.....	80
narrativa 3 – Cão Cartógrafo .....	101
narrativa 4 – Quando não.....	109
narrativa 5 – Casa de cão .....	130

<b>o outro das ruas</b> .....	13
<b>nota ao leitor</b> .....	14
<b>uma parte</b> .....	13
há vida, conquanto nosso portão não venha .....	17
<b>desvelamentos</b> .....	16
<b>processos e encontros: fragmentos</b> .....	22
fragmento um.....	22
dois.....	23
três.....	25
quatro.....	28
cinco.....	29
seis.....	32
sete.....	33
oito.....	35
nove.....	37
dez.....	39
onze.....	41
fragmento último.....	42
<b>reflexões metodológicas</b> .....	44
cartografando caminhos.....	44
na rua (caminhando) com cães .....	50
<b>outra parte</b> .....	4657
cão malzinho .....	58
<b>meditações e articulações</b> .....	59
<b>conexões: pensamento em movimento</b> .....	61
<b>quando humanos encontram cães pelo caminho: pensamento e sensação em</b>	
<b>movimento nas ruas</b> .....	62
o encontro entre os entes e suas moradas .....	62
o encontro do mal-estar e dos confins do pensamento .....	63
o encontro de naturezas, culturas, humanidades e animalidades.....	66
homem e animal, o encontro com o outro .....	70

depois do abismo, o encontro entre possíveis.....	73
arte – encontro derradeiro pela multiplicidade .....	75
<b>conexões: arte, escrita e vida em movimento.....</b>	<b>80</b>
<b>quando humanos, cães e caminhos se encontram: arte, afetos e palavras no</b>	
<b>movimento potente da vida nas ruas.....</b>	<b>81</b>
do esgotamento ao encontro, da fragmentação à partilha.....	81
arte: o encontro pelo sensível e pelos afetos.....	82
arte: intervenção e marginalidade, na rua .....	84
partilhando afetos: o encontro entre escrita e cães .....	88
narrativas de cães.....	90
lambidas pelas ruas de humanos e cães .....	93
arte e escrita, estética e afetos – políticas de vida.....	96
<b>uma outra parte .....</b>	<b>87</b>
cão cartógrafo .....	101
<b>andanças e peregrinações .....</b>	<b>102</b>
<b>cães em caminho ou caminho de cães: reflexões.....</b>	<b>104</b>
reconectando passos.....	105
narrando oficinas: proposições .....	113
lambidas entre-mundos .....	114
cartografia: conexões em vida, com a vida.....	124
habitando a rua.....	126
<b>caminhanças finais .....</b>	<b>137</b>
<b>passos porvir.....</b>	<b>141</b>
<b>referências bibliográficas .....</b>	<b>142</b>

## **o outro das ruas**

[uma homenagem aos outros que nos habitam, e aos tantos outros que estão muito além de nós]  
(autoria própria)

havia outro naquela rua, muitos outros além de mim  
era um cão e uma rua os outros além de mim  
nada se via, nada se enxergava senão o cão e a rua,  
além de mim.

entristecia-se além da rua nalgum outro aquém de mim  
ninguém se creditava,  
a nenhum cão se supria  
o abandono do fim da rua, daquela imensa rua aquém de mim  
tudo se havia, tudo se vislumbrava para além do cão  
nas tantas ruas,  
outras e mesmas ruas de algum “quem” de mim.

cuidava-se da estrada, da rua aquém do cão em mim  
era um cão e uma rua:  
cão que rua se pintava,  
rua que cão se emaranhava.  
nem a morte nem o outro se ocultavam  
da rua e do cão,  
em mim

viviam e morriam  
cães cujas ruas, ruas cujos cães;  
atropelavam-se e se abandonavam  
os muitos outros, tolos mesmos,  
quantos tantos(!) se amontoavam para ver a rua e o cão e a mim

havia mesmo, naquele cão, uma rua em mim  
havia sim, naquela rua, um cão de mim  
via-se caminho, multidão,  
e via-me a mim.

A maneira como este trabalho se apresenta não segue a divisão usual de uma dissertação em Ciências Ambientais. Isso ocorre porque, durante todo seu processo de desenvolvimento, ele não só considerou, mas também tentou praticar a transdisciplinaridade, concepção que (resguardando algumas diferenças) se avizinha daquela que oficialmente caracteriza o programa de mestrado ao qual está vinculado, a interdisciplinaridade, e que, para os fins a que aqui se destina, tende a partilhar com ela uma visão próxima de mundo: a de que a compartimentalização do saber já não é adequada à complexidade do presente.

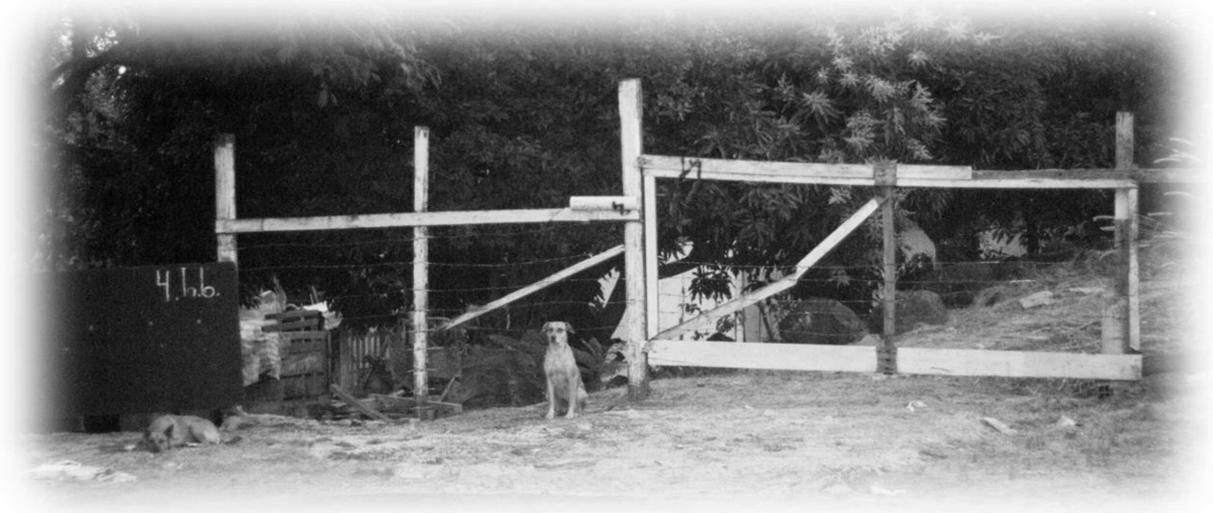
Considerando esta visão – e como forma de tornar esta apresentação condizente com as particularidades conceituais e metodológicas do trabalho –, a organização da dissertação foi pensada para que a leitura possa ser a mais fluída possível e para que suas divisões não tornem estanques os processos que são expostos, mas possam apresentá-los de maneira interligada, conectados uns aos outros. É por esse motivo que, embora dividido em três partes distintas, estas não estão nomeadas de forma cronológica, como se tivessem ocorrido num tempo segmentado entre o que se passou primeiro e o que sucedeu. É claro que sua disposição linear fará com que sejam lidas consecutivamente, e também é claro que a escolha dessa disposição sugere a ordem em que a pesquisadora (eu) deseja que a leitura aconteça. Ordená-las para o leitor, que não acompanhou o processo da pesquisa e que recebe o resultado agora, sem saber muito sobre seu conteúdo ou sobre a maneira como esta se deu, é a única forma de tornar a pesquisa pragmaticamente compreensível. Tal ordenação, então, só serve a este trabalho nessa medida: fazê-lo acessível. O fato é que esta pesquisa se constituiu aos pedaços, em fragmentos que se modificaram incessantemente e que foram posteriormente reunidos na ordem em que aqui estão, a qual considerou três momentos distintos, nomeados como “Desvelamentos”, “Meditações e Articulações” e “Andanças e Peregrinações”.

Os “Desvelamentos” revelam os processos que modularam a pesquisa até que ela chegasse ao que atualmente é, bem como o método escolhido para norteá-la. Embora esteja disposto como parte introdutória da dissertação, foi na verdade a última a ser construída e escrita, e seus tópicos e subtópicos mostram precisamente essas transformações, de modo que um leitor desavisado poderia considerar alguns pontos deslocados da titulação proposta. Entretanto, em razão do efeito que desejo provocar na leitura, o qual tenta repetir o efeito real dos eventos – a ocorrência simultânea e em fragmentos – e também em razão da forma como o restante da dissertação está organizada – em artigos já formatados para publicação –,

considero que tudo o que neste primeiro momento é apresentado está exatamente onde deveria.

As “Meditações e Articulações” constituem o desenvolvimento do trabalho ao longo de seus três anos de duração e apresentam os dois artigos resultantes da pesquisa teórico-conceitual realizada durante esse período, bem como parte de seus resultados. O primeiro deles, intitulado “Quando humanos encontram cães pelo caminho: pensamento e sensação em movimento nas ruas”, aborda justamente os movimentos do (meu) pensamento durante os estudos conceituais escolhidos para nortear o trabalho e os efeitos e modificações desses movimentos sobre a pesquisa e a pesquisadora. O segundo artigo, nomeado “Quando humanos, cães e caminhos se encontram: arte, afetos e palavras no movimento potente da vida nas ruas”, trata dos movimentos que a vida material e concreta da pesquisadora e de seu “objeto” produziram na prática da pesquisa. Ele abrange as ramificações a que esta se lançou: fala da mobilização de conceitos e experiências durante o trabalho de campo, das invenções artísticas realizadas e propostas a partir dessa mobilização, e das possibilidades de replicação dessas experiências.

As “Andanças e Peregrinações”, por fim, trazem os resultados, as discussões e as considerações finais da pesquisa, mostrando seus efeitos práticos sobre a pesquisadora, o “objeto” e o mundo no qual ambos existem. Essa parte é a finalização da ordenação eleita para apresentar, de maneira escrita, esses efeitos a esse mundo. Digo mundo porque desejo que ela (a pesquisa) extrapole pelo menos um, além do meu: que adentre na Universidade, mas que dela não se torne cativa; que possa existir também na rua, na sala de aula e no pensamento de mais pessoas além de mim. Os passos iniciais para concretizar esse desejo já foram dados: a pesquisa existiu no meu pensamento, movimento e prática de vida por três anos e agora existe em palavras. Que estas palavras possam, então, circular; que possam servir à descompartmentalização do conhecimento de outros, como fizeram com o meu; que possam sugerir maneiras menos usuais, mas eficazes em igual medida, de tratar e conectar áreas distintas do saber; que possam propor, nas ciências ambientais, a construção desse saber como processo, inacabado e sempre passível de invenção; que possam, em suma, comportar-se como se comportam as divisões que se prestaram à organização deste trabalho: de forma pragmática o suficiente para se fazer entender e de forma livre o bastante para se fragmentar, desfazer e refazer na conexão com a vida. E que, por seu conteúdo, por aquilo que dizem, essas palavras possam causar o desconforto necessário para incitar, de fato, a reflexão sobre a temática sobre a qual versam.



**uma parte**

há vida, conquanto nosso portão não venha  
(*narrativa 1*)

[autoria própria]

Há dois anos almejo um portãozinho para colocar na porta dos fundos da minha sala e isolar, assim, o quintal do interior da casa. O que me leva ao desejo pelo portão é a possibilidade de, então, manter meu cachorro do lado de fora durante o dia sem que para tanto precise fechar a porta – meu quintal tem uma linda luz de manhã e uma brisa suave à tarde que pouco me acariciam olhos e sentidos porque a porta está sempre cerrada, como única forma de manter meu lindo cão branco fora dos meus arredores íntimos.

Farinha, meu dócil companheiro, é bem esperto e tem uma invejável faculdade de seleção: dentre inúmeras outras coisas, ele decide, por exemplo, onde determinadas regras são válidas, e onde não são. Na casa de minha mãe, por exemplo, na qual ele frequentemente passa férias e que tem uma porta para o quintal igualzinha a minha, não é necessário que a mesma esteja fechada para que ele respeite a linha imaginária das territorialidades: mesmo com a porta aberta, ele simplesmente não adentra a casa. Para meu infortúnio, contudo, na nossa casa – minha e dele, segundo meu ponto de vista – essa faixa parece inexistir, ao menos para o Farinha: o resultado é que, estando a porta aberta, ele entra, independentemente de qual ordem eu lhe dê.

Fatos constatados, minha única alternativa diurna para ter vento dentro de casa e cachorro fora dela seria um portãozinho, o qual está há muito na lista de compras do lar.

Digo diurna porque, mais por um apelo meu do que dele, durante a noite a situação se modifica: quero a companhia do meu cachorrinho para uma tal solidão noturna e então dou a ele um acesso restrito aos meus passos pela casa. A sujeira que adentra com ele é a mesma dia ou noite, por isso, a todas as noites pós-libertárias de meu cachorro seguem-se manhãs de escravidão minha à uma pequena limpeza que, com a colaboração bem vinda do portãozinho, seguiria imutável até a noite seguinte. Enquanto o portão não vem, entretanto, eu resolvo minhas diferenças com a brisa e com o cão a cada hora de uma maneira, a depender de meu humor e disponibilidade à sujeira: há dias que a brisa entra junto com o cão, outros em que ele sai e leva, em seu compasso, meu frescor. Se a casa está suja, incorro mais na primeira opção. Se a casa está limpa – e para continuar assim, posto que os pelos do cãozinho branco anulam esse adjetivo interno – opto certamente pela segunda.

Há dois anos eu e Farinha disputamos um mesmo território: o interior da casa. O amor por meu cão não tem nada a ver com a partilha de toda minha intimidade e, por isso,

às vezes cedo às suas chantagens de cão resignado querendo nada mais que pertencer a um perímetro mobiliadamente delimitado, mas na maior parte delas impilo-o a aceitar sua herança selvagem e desbravar, durante todo o dia a fio, os 30 metros gramados do seu quintal. Fato é que o Farinha, se pudesse, desbravaria todo meu bairro e, quiçá por rebeldia, já que os muros o impedem de sair do meu território maior de dominância, sempre me interpela ultrapassando minha linha imaginária de individualidade e adentrando, quando da porta aberta, à minha dominância menor, dominando-a tanto quanto suas patas sujas de terra e seus pelos soltos aos montes a cada chacoalhada permitem-no fazer. Embora sofra de rebeldias cotidianas, contudo, meu cãozinho é muito civilizado, isso não posso negar, já que sua maior marca territorial fica, quase sempre, lá fora: do xixi ele me poupa desde que eu o leve diariamente para passear. Farinha é meu cão original. Me alegro sempre que ele quebra as minhas regras, embora eu queira, por vezes, matá-lo momentaneamente a depender de quais. É justamente na sua tomada de decisão a respeito das regras que lhe são impostas – e na consequência imediata que esta estratégia tem sobre minha ânsia de embravecer com ele, qual seja, resigná-la à pura e simples aceitação das regras quebradas – que reside sua originalidade.

Aconteceu que, pelas infâmias da vida cotidiana, Farinha agora não pode mais ficar no quintal: por um problema no nariz oriundo da exposição excessiva ao sol durante seus nove anos de existência, agora ele tem de ficar dentro de casa durante o dia. Irônico destino em que, de uma semana para outra, nossa disputa ganhou novos ares: agora a meta dele é o quintal e a minha meta para ele é a casa. Sua decisão de insistentemente sair de casa durante o dia e se expor ao sol é o que agora me deixa com instintos passageiros de esganá-lo – mas é ela, exatamente a mesma originalidade de outrora, a requisição em permanecer dentro que agora se transmutou em luta de permanecer fora, que me faz, como antes, resignar-me na aceitação de suas regras: desisto momentaneamente de mantê-lo adentro e não resisto à admiração dessa sua quebra. Novamente estamos, eu e ele, numa batalha diária pela vida: eu, por aquela que oferto a ele como melhor a mim; ele, por aquela que ele quer, no momento em que decide ter. Curiosa inversão essa minha e do Farinha: com suas mesmas armas de luta ele colhe efeitos mesmos meus - o estabelecer de regras que ele não irá cumprir de todo – mas de circunstâncias opostas. Com suas mesmas armas ele luta e me vence, em vários momentos do nosso dia. Se posso dizer que também venço noutros, talvez também possa de igual valor afirmar que ele é quem sempre vence: vence a inversão quando me canso de proibi-lo a sair e vence a condição primeira quando dentro permanece.

A vida que Farinha decide não é a mesma daquela que eu lhe proponho. Dentre muitas divergências está o tempo que nos une, nos mantém e nos distancia. O meu tempo

histórico me diz que os anos nos presentearam com um câncer de pele ao qual a única reação é esconder-se do sol, enquanto seu tempo a-histórico lhe permite puramente encontrar-se com o sol e fazer durar esse encontro, render-se aos raios que fornecerão o comando para uma maior produção de melanina em seu corpo, a qual irá migrar para suas áreas claras e sem pelos a fim de proteger-lhe conta os efeitos do excesso de radiação; os mesmos raios que também ativarão a produção de vitamina D, a qual servirá como auxiliadora na absorção de cálcio por seus ossos e dentes, garantindo sua vitalidade corpórea e sua saúde dentária, ambas essenciais para seus hábitos caninos de locomoção e alimentação. Habitar a duração do tempo faz meu cachorro traçar com o sol uma relação de ação e incondicionalidade, a qual é a mesma traçada comigo: entre nós a sua ação é sempre incondicional, sua vontade o determina, suas posições são sempre espontâneas, e, por mais que eu queira, nunca há negociação dele comigo. Há, sim, uma obediência mediada pelos comandos que ela aprendeu a entender como ameaçadores, aos quais ele atende momentaneamente e sai de – ou entra em – casa, os mesmos que ele se esquece minutos depois, voltando a quebrar as regras. A negociação entre nós se dá de mim para comigo mesma: de minha braveza e rebeldia em não aceitar seu desacato espontâneo à minha benevolência em compreender que o Farinha é um cão.

A decisão de quando seguir as regras não tem explicação: ocorre à sua completa regalia. Talvez o cerne de sua originalidade devesse justamente desse fato, da sua não negociação comigo, da sua artimanha em não obedecer e, mesmo assim, apaziguar as regras do nosso território comum: na maioria das vezes, Farinha consegue o que ele quer e eu me iludo pensando que ele está fazendo o que eu quero. É nessa disputa de concessões que, talvez, se desenhe nosso melhor encontro: mesclamos nossos limites, eu, como boa humana, negocia as regras comigo mesma, e ele, como cão singular, obedece quando quer. Assim eu construo um elo entre nossos mundos próprios: algum atributo de meu mundo humano se destitui de seu enrijecimento e aceita ser modificado por algum outro atributo, este de outro mundo que não o meu. Eu então incorporo a meus elementos prioritariamente humanos um elemento canino. E o Farinha... bom, o farinha me trata como a líder da matilha, me obedece as vezes, e outras não. Se ele incorpora a seu mundo-cão algum elemento humano, talvez seja o convívio interespecies.

## **desvelamentos**

[Encontros e cruzamentos entre histórias e estórias da pesquisadora, da pesquisa e da matéria pesquisada (vulgo “objeto”) com e em seus contextos]

Esta parte inicial é a apresentação da pesquisa. Nela estão desvelados os processos, os encontros, as dúvidas, as reflexões, os questionamentos e a metodologia que a fizeram ser o que hoje se apresenta nesta escrita.

*fragmento um*

*“Livro-me de uma tal subalternidade quando afirmo uma nova problemática, não por simples vontade narcisista de originalidade, mas porque afinei minha sensibilidade e pensamento com os imperativos de uma diferença que já está me forçando a sentir e pensar diferentemente”.*

(Luiz Orlandi. *A morada do ente*).

O que move este trabalho são cães. Embora ele toque em algo que invade e desorganiza definições como *humano* e *animal*, embora discuta as delimitações entre a casa, a rua, os territórios e o pensamento, embora adentre o universo da arte e da narrativa de si e de outrem, embora confunda as próprias noções de outro e de eu, embora se aventure por proposições não usuais e talvez pouco convencionais, embora junte entes, conceitos e sensações supostamente distantes, ainda assim, é nos cães e com eles que este trabalho se tece: cães “de rua”, especificamente. Essa afirmação não é banal. É, juntamente com os próprios cães, talvez o que de mais vivo, concreto e veemente possa acompanhar esta leitura. Todo o resto põe em jogo certezas, dúvidas, indefinições e rupturas: os cães, até eles, não são os mesmos do início ao fim, mas continuam vivos, talvez mais vivos. Esta escrita só existe porque eles assim permanecem.

Trata-se aqui de uma pesquisa sobre cães, mas também *com* cães. Cães “de rua”. Trata-se de uma pesquisadora no encontro com os cães e suas moradas, estes, que aqui, são mais que “objetos” de uma pesquisa, são sua matéria e da escrita que dela resulta. Ambos, escrita e pesquisa, passaram por severos e incontáveis combates para se tornarem o que aqui se apresenta: o último combate de um tempo definido. Por um longo período, não habitaram nem papel nem campo, mas a dúvida de o que e como ler, escrever e fazer. O desconforto foi

e ainda é o maior companheiro da pesquisadora, depois dos cães – senti-o todas as vezes em que me deparei com leituras que me forçaram a questionar meus pré-supostos e minhas convicções; todas as vezes em que saí a campo, definidos ou não os métodos que me guiariam; todas as vezes em que tentei, e de fato consegui, escrever este trabalho; e todas aquelas em que tentei – e não consegui – explicar o que ele abordaria.

Desconforto e dificuldade envolveram aspectos básicos do fazer pesquisa, tais como justificar o tema escolhido, alocar o trabalho dentro de uma determinada Ciência, buscar um método propício, dizer de sua pertinência como pesquisa científica e como questão no e para o mundo. O impasse também envolveu os questionamentos que comumente me foram feitos, os quais se referiram a problemas geralmente dados como fundamentais – e que, entretanto, não estavam, *a priori*, definidos como tal para mim –, e se deslocaram de um tema para outro de maneira tão rápida e superficial que eu não consegui acompanhar a proporção das discussões – aspectos biológicos, comportamentais, de saúde pública, de políticas públicas constituíam o cerne delas e, para a maioria, eu não tive respostas. Todas essas questões me pareciam, sim, importantes, mas também demasiadamente prontas: elas não me tocaram de maneira a tomá-las como o que eu acreditava ser necessário dizer.

A busca pelo que se tornaria pertencente ou não a este trabalho absorveu-me durante grande parte do estudo que o originou e, nesse período, questioneei a ele, mas também a mim como pesquisadora, no que se refere ao seu delineamento e às questões, posições e proposições que, ao longo dos anos, formulei e considerei fundamentais. As indagações foram resultado do alto grau de incerteza que o trabalho foi ganhando. Tratou-se de uma decisão, entretanto, mais que de uma escolha: ao decidir dar ouvidos para aquilo que concernia não somente aos discursos prontos, mas àqueles ainda a ser proferidos, a inexatidão tornou-se parte do cotidiano e mudou radicalmente a direção da pesquisa.

*dois*

Um amigo esses dias me disse que a vida acadêmica é um percurso solitário. Eu concordei. Embora ao longo dos últimos três anos de experiência com a Academia eu tenha conjecturado diversos pensamentos a seu respeito, nunca havia me debruçado sobre essa

simples afirmação: ela, a vida acadêmica, é um caminho que se trilha, majoritariamente, sozinho. Mas não se trata de solidão, embora, às vezes, também possa ser solidão. Em grande medida, como bem assumiu meu querido amigo, o percurso do estudante-pesquisador é solitude.

Solitude porque, apesar de sempre caminhar com algumas coisas que decide levar consigo durante seu percurso acadêmico – sua pergunta, seus objetivos e seu “objeto” de pesquisa, seus arcabouços teórico-conceituais, seus mestres, suas conjecturas –, o estudante-pesquisador tem a opção de manter, em relação a elas, um distanciamento. Ou seja, ele não está só na sua jornada, mas está, sobretudo, consigo mesmo. E é nessa distância, entre tudo o que leva consigo e ele próprio, que se dá, no meu entendimento, seu caminhar mais original: lá, nesse espaço, ele caminha com as próprias pernas e está por si mesmo; lá, nessa distância, ele tem a oportunidade de se encontrar, sozinho, com a sua pesquisa. Ele e ela. É quando ele pode pensar *sobre e com* ela, e pode também senti-la. Pensar e sentir por si próprio.

É nesse pensar e nesse sentir que o estudante-pesquisador toma uma decisão: decide o que, de tudo aquilo que levou, vai continuar em sua mochila e acompanhá-lo pelo resto do caminho acadêmico, e o que será deixado para trás. Há coisas mais simples de se deixar, e outras menos, e as suposições próprias, as certezas, seguramente são das mais difíceis. Esse, talvez, seja justamente o principal desafio, mas também o principal aprendizado de uma caminhada acadêmica: deixar para trás aquilo que percebemos que já não nos serve mais, mesmo que, para isso, precisemos deixar, também, uma parte da ideia que temos de nós. Não considero esse “deixar para trás” como um abandono. Para mim, ele é antes uma transmutação. É uma maneira de nós, estudantes-pesquisadores, nos “avivarmos”: de nos tornarmos mais vivos quando encontramos, naquele espaço entre um “eu” que já é e tudo aquilo que o faz ser (todo o conteúdo), com outro “eu”, um “eu” latente, aquele que “será”. É somente aí, nesse encontro, que qualquer pesquisa acontece, de fato. Se um estudante-pesquisador, ou mesmo um pesquisador-estudante, termina uma pesquisa sendo exatamente o mesmo daquele que a iniciou, certamente, nesse processo, nada aconteceu: não houve um encontro.

Muitas coisas podem não ter acontecido na minha pesquisa de mestrado, como é bem comum não acontecerem muitas das coisas que planejamos. Mas o encontro... esse, sem dúvida, aconteceu. Esse trabalho foi matéria de não um, mas muitos encontros, e cada um deles me tornou outra a cada dia. E foram todos eles que, sem dúvida, tornaram esta pesquisa também outra.

*três*

Minha intenção inicial foi focar no abandono: o abandono dos cães pelas ruas das cidades. Meu desejo era discutir os *status* desses animais para compreender sua condição nas ruas, a qual, entretanto, já estava por mim delimitada: eles eram *todos* abandonados e invisíveis e eu queria discutir os porquês dessa situação. Essa ótica do abandono havia sido formulada por mim e em mim já há muito: desde meus primeiros anos como cuidadora doméstica até meus últimos e atuais anos como única responsável por um pequeno canil privado que abriga cães retirados das ruas. Durante o tempo em que recolhi esses animais, minha afeição por eles foi aumentando na medida em que me senti solicitada pelos cães – cheguei a recolher mais de trinta, dentre os que literalmente me esperavam à porta de casa e os que eu encontrava perambulando pela cidade, nas mais diversas situações: doentes ou saudáveis, com ou sem companheiros ou filhotes, pertencentes ou não a qualquer tipo de local que pudesse ser sua área de dominância. Eu os retirava das ruas, cuidava e encaminhava, quando possível, a pessoas que poderiam mantê-los e lhes dar a atenção que eu não conseguia, em razão do número crescente de animais pelos quais me tornara responsável e dos afazeres outros do dia a dia.

Enquanto recolhia e me compadecia desses cães, passei a me incomodar não somente com seu abandono, mas com a inação humana perante eles. Muitas vezes debilitados, esses animais não atraíam muitos olhares cotidianos. Mais que despercebidos, os cães pareciam ser de fato invisíveis, um tipo peculiar de invisibilidade cuja presença é sabida, mas não sentida: não aconteceria, por exemplo, de serem alvo de atropelamentos intencionais, eles, sim, provocavam desvios nos caminhos de outrem; porém, principalmente se feridos e amedrontados, ou ausentes da ancestralidade selvagem que os faria ameaçadores, ainda assim, não despertavam a costumeira sensibilização (aquela que os cães com moradia fixa geralmente despertam) no seu encontro doméstico com humanos; eram, em suma, capazes de mudar a rota, mas não desestabilizá-la. O que me instigou nessas observações foi o *status* móvel desses animais “de estimação”: ao mesmo tempo em que, quando cães “de casa”, eram dignos de certa “qualidade de vida”, quando cães “de rua” pareciam não passar de indignidade e morte anunciada, não merecendo qualquer auxílio, qualquer gesto de compaixão; ao mesmo tempo em que eram corpo em movimento, podiam também simplesmente não passar de obstáculos a serem transpostos; ao passo em que eram domésticos, eram também estranhos a qualquer grau de afetividade característica da casa.

O abandono era o foco da pesquisa, e o refletir sobre esse *status móvel* dos cães “de rua” seria o meio para compreendê-lo. Eu queria entender o que levava a ele, os princípios e os motivos das distinções entre os vivos, como se constituía a diferença que culminava na separação entre os cães que “eram vistos” e aqueles que não eram, pois eram essas distinções que, no meu entendimento, levavam ao abandono. Ao longo de três anos, porém, conforme o andamento do trabalho, intensas transformações modificaram meu olhar e abriram-no ao questionamento de si mesmo. O resultado foi que a questão inicial se deslocou. Tal mudança se deu, a princípio, como acontecimento, mas lentamente situou-se também no plano do pensamento: aconteceu que os cães “pararam de me procurar”. Eles, entretanto, não haviam desaparecido por completo, apenas deixaram de me esperar à porta de casa e de cruzar meu caminho. Ainda perambulavam pelas ruas, mas não vinham mais a mim. A partir desse momento, já que não me procuravam e não demonstravam nenhuma “necessidade” que eu pudesse suprir, passei a apenas observá-los, ao longe, em outras situações: em interação com outros cães e outros seres humanos, descansando, caminhando, farejando, demarcando territórios. Poucos pareciam agora invisíveis e, com o tempo, quem se tornou abandonada fui eu.

Foi somente a partir desse acontecimento concreto, meu abandono na ausência dos cães, que me atentei às engrenagens que tornavam minha pesquisa fadada a uma única resposta. Passei um longo período observando os cães nas ruas. Não estava em trabalho de campo, mas apenas observando-os sempre que saía de casa. E eu os vi de uma forma bastante diferente daquela que estava acostumada: nalgumas vezes eles interagiam com outros vivos, mas noutras apenas existiam. Existiam na rua. Eu vi muita vida nesses cães. Vi uma potência de viver enorme. E toda essa vida, essa potência, não coube naquela definição que eu havia, aprioristicamente, imposto a eles (a definição de cães abandonados). Minha atenção já pouco se voltara para as questões mais usuais dessa temática, aquelas como políticas públicas ou julgamentos morais que sempre me causaram desconforto; ela esteve, ao contrário, menos nos desdobramentos e mais nos funcionamentos daquilo que eu elegi como problema. Entretanto, eu ainda não tinha a dimensão da maquinaria que me propunha a entender: não supunha que até a estrutura de minhas próprias formulações poderia ser parte do mesmo funcionamento que eu discutia.

A reflexão sobre nossa “nova condição” (minha e dos cães) levou-me a perceber esse funcionamento: enquanto todos os cães moradores das ruas eram para mim apenas *um* tipo de cão, aquele abandonado, eles me devolviam um único olhar que já era, *a priori*, somente meu:

o abandono. A partir do momento em que eu permiti que eles fossem *muitos*, diferentes cães a habitar a rua, abandonados ou não, então eles se tornaram, para mim, apenas cães, sem adjetivos. O abandono desses cães, enfim, estava antes em mim, do que neles próprios. Considerá-los abandonados de saída, como sugeria minha proposta inicial, era não mais que limitar suas existências naquelas ruas; era fadá-los ao abandono, a um único adjetivo dentre tantos atributos que dizem de sua potência de viver. Tomar os cães como abandonados, olhar para eles sob essa ótica, na rua, só podia me fazer vê-los dessa forma: minimizados em sua pulsação. Sendo sua condição o que eu queria discutir, ela tinha de estar, *a priori*, aberta: eu dava aos cães “de rua”, agora, oportunidades além do abandono e da invisibilidade.

Os cães (nas ruas) não estavam abandonados. Sob esse olhar do abandono, entretanto, a melhor opção para eles seria, sempre, serem retirados de lá. Mas, e sob outro olhar? Será que nos canis eles ainda estariam menos abandonados? Será que lá eles ainda poderiam pulsar? Parecia-me que não. Os cães (nos canis) tampouco estavam “salvos”. Na verdade, tudo parecia acontecer de forma inversa: nas ruas, os cães, embora enfrentando as dificuldades que elas lhes impõem, principalmente na maneira como hoje se configuram – já que as ruas são estéreis para uma grande variedade de formas de vida. (Embora enfrentando essas dificuldades), os cães, nas ruas, pulsavam, sua expressão era nítida, eles a habitavam, transformavam-na num lugar deles, demarcavam-na, ocupavam-na, mesmo com todas as restrições a eles impostas. Já no canil, os cães não pulsavam da mesma maneira. Lá, eles podiam muito pouco. Lá, eles pareciam meramente “sobreviver”.

A vida que não mais cabia no abandono, dessa forma, passou também a tampouco caber nos canis, aqueles locais onde os cães retirados das ruas estavam fadados a habitar pelo resto de suas vidas (o índice de adoção de cães adultos em canis é bem baixo). Havia muita vida naqueles animais para caber no abandono ou na mera sobrevivência nos canis. Ao questionar o abandono, questionei também a ideia de amparo, recolhimento e moradia fixa para esses animais. Como cuidei de muitos cães, estive em muitos locais que recolhem animais das ruas, canis geralmente particulares, comandados por pessoas que, como eu, se comovem com as situações difíceis desses animais. A condição desses locais, na grande maioria das vezes, é bem assustadora, e isso passou a me chamar atenção de forma cada vez mais contundente. No canil pelo qual sou responsável sempre foi tudo mais simples, pois é um espaço pequeno e funciona mais como uma chácara do que como um canil, mas, ainda assim, as condições lá estão muito aquém do que eu, hoje, considero como uma vida realmente viva para esses animais. Entretanto, nos canis estabelecidos como tal, reconhecidos

popularmente e até institucionalmente, a situação se complica muito mais. São locais que possuem muitos animais: cinquenta, cem, duzentos, mil cães. Esses locais são geralmente pequenos, ou porque derivam de ambientes domésticos que, com o tempo, acumularam tantos animais que se tornaram canis, ou porque são mantidos com recursos próprios que só são suficientes – quando o são – para cuidar da alimentação e da saúde dos animais, e não para investimentos em infraestrutura. Mesmo quando são espaços grandes, geralmente terrenos cedidos por ONGs, prefeituras ou por particulares, tornam-se pequenos em pouco tempo, em razão do número de animais que cresce diariamente. Os cães, nesses locais, são comumente separados em baias e, dependendo do local, há vinte, trinta animais em cada baia, porém, se o cão é bravo, fica isolado numa baia pequena. Há exemplos de canis<sup>1</sup> que, de tantos animais, os mantêm presos ao pé de casinhas de madeira, tendo como único espaço de circulação o meio metro quadrado que sua corrente, presa à casinha, alcança. Em todos esses canis, os funcionários são poucos ou nenhum e eles se mantêm com a ajuda de voluntários, que se organizam em mutirões de limpeza e doações. E os animais, embora saudáveis – mas nem sempre –, são completamente carentes de atenção, de carinho e, principalmente, de território.

#### *quatro*

Tamanha mudança na maneira de pensar, sentir e olhar para os cães, o abandono, os canis, é claro, não me deixou confortável: se antes havia um terreno sobre o qual caminhar na pesquisa com os cães “de rua”, agora não havia senão eu, eles e as ruas, esvaziados todos dos significados prontos que eu compreendia. As dúvidas e desconfortos, que antes despontavam como parte do processo do abandono, intensificaram-se e se enraizaram como o prelúdio de qualquer ato e qualquer concepção: a incerteza se instaurou e os meus questionamentos sobre a pesquisa e sobre mim mesma como pesquisadora proliferaram. Eu buscava, então, outras possibilidades para os cães e, para isso, tive, também, de considerá-las para o meu entender sobre sua condição – animal – e sobre a minha própria – humana. Tive de adentrar o universo

---

<sup>1</sup> Ver mais em: SOAMA. Sociedade Amigos dos Animais, 2016. Disponível em: <<http://www.soama.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

daquilo que me faz mulher e daquilo que a faz fêmea, e daquilo que há, ou que não há, entre mim e ela. E se haveria conjecturas muitas além do abandono, certamente também existiriam outras várias para a rua, a casa, o habitar; para o amparo e as visibilidades, e para os cães “de rua” e “de casa”, suas diferenças, semelhanças e partilhas.

Não era sobre o abandono, mas sobre a pluralidade da vida que meu trabalho precisava se debruçar. As questões secundárias – que se referiam à mobilidade dos *status* dos cães nas sociedades humanas e às quais eu dera, até então, menor importância – tornaram-se essenciais, pois abordavam justamente a vida: a vida que difere entre classificações e que, por vezes, é diminuída, violada por parâmetros extrínsecos, anulada em sua pluralidade, transformada em abandono; e que, quando não, pulsa. Eu queria, pois, fazer os cães “de rua” pulsar. Mas como? Como pesquisar e dar a ver essa vida, essa pulsação? Conjecturei inúmeras abordagens conceituais e metodológicas, mas todas pareciam insuficientes, demasiado técnicas ou complexas para falar do que era simples.

Para compreender conceitualmente essa vida simples e pulsante com a qual eu queria trabalhar, fui em direção ao complexo: iniciei com estudos no campo das ciências biológicas e ambientais, migrei para a antropologia, mas não encontrei os arcaibouços que buscava. Foi fundamentalmente a filosofia que me mostrou os pontos anteriores de discussão e de reflexão, o “fundamental a ser pensado” que eu tanto buscava. Eu ainda queria entender os motivos das distinções entre os vivos, agora não mais para falar do abandono, mas para dar a ver as outras maneiras de existir desses animais.

*cinco*

Quando decidi estudar, encontrei Jacques Derrida (2002), um filósofo francês que explicou as distinções entre humanos e animais nas sociedades ocidentais. Para ele, a ausência de linguagem – a linguagem tipicamente humana, a linguagem da palavra – que atribuímos aos animais criou uma visão humana que os pensa sempre como aqueles a quem falta algo: falta linguagem, falta palavra, falta razão. Essa visão instituiu, para o homem, uma ideia de que ele tem atributos que o tornam próprio, singular, em relação ao animal, e foi ela que gerou a separação do homem dos demais vivos. Essa divisão é o que leva, segundo Derrida, à

ideia de que os animais estão a serviço do homem. Ela leva ao assujeitamento dos animais. Foi essa sujeição que eu percebi ao olhar os cães nos canis, sendo impedidos de traçar seu próprio território.

O que Derrida está dizendo é que a diferenciação dos viventes está, antes de tudo, na enunciação: na forma como eles são, por nós, nomeados e definidos. Michel Foucault (1998) também fala sobre essas “ordens do discurso”, as ordens que anunciam as verdades que conhecemos. Para ele, todas as verdades só se tornam legítimas, ou seja, verdadeiras, a partir de alguns pressupostos que nós mesmos elegemos para que elas possam ser testadas. Há um texto de Jorge Luis Borges (2007) que explicita essa situação. Ele fala de um conto chinês que faz uma divisão dos animais, e que diz que:

[...] os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo; l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas (BORGES, 2007 apud FOUCAULT, 2007, p. ix).

O efeito que esse conto tem é o de mostrar que a organização do mundo se dá a partir de alguma voz que coloca as coisas lado a lado ou que as separa. Nesse caso, o conto coloca juntas coisas bem distintas e produz uma divisão dos animais diferente daquela a que estamos acostumados, abalando, com isso, as ordens do discurso que ditam as classificações dos viventes.

Ao tomar esses conceitos em relação aos cães e a rua, consegui compreender o problema que havia em minha pesquisa (ao eleger o abandono como condição para os cães “de rua”) e porque eu havia decidido “abandonar o abandono” como única forma de seguir em frente com ela. Ao definir os cães como abandonados, o que eu estava fazendo era uma incursão em ordens do discurso já estabelecidas. Ao estudar as distinções entre os viventes e seus desdobramentos, entretanto, o que eu fazia era fender, para mim mesma, as hierarquias, aquelas que os assujeitam uns aos outros e que geram discursos como o do abandono. Ao pensar no conto chinês, o que eu fazia era abrir, em mim, inúmeras possibilidades para os viventes. A partir daí, eu podia conceber outras formas de relação entre cães, humanos e ruas: uma relação múltipla.

Haveria, assim, formas plurais (e não uníssonas ou dicotômicas) de habitar o mundo – e o mundo dos cães dos quais eu falava era a rua. Era possível e plausível que eles fossem vistos como componentes vivos do espaço, que fossem cuidados ainda permanecendo nela,

que estivessem lá, apenas lá. Eles poderiam ser multiplicidade, ocupando espaços conceituais e configurações existenciais além das comumente atribuídas a eles. Essa abertura para uma nova configuração existencial (minha e dos cães) transformou não apenas minha visão sobre o abandono, como também sobre a rua e a casa: passei a conceber a rua como um local que pode ser habitado, pensando que habitar um lugar é imprimir, nele, uma marca que o define como próprio (KASPER, 2006), ou seja, que o territorializa. Passei também a conceber a casa como aquele local no qual um território existencial é traçado, considerando que esse traçar se dá pelo alcance espacial e pela constância temporal das assinaturas que os viventes deixam no espaço (DELEUZE; GUATTARI, 2012). O território, assim, passou a ser qualquer local marcado por um vivente, definido como singular, como próprio: qualquer local habitado, em suma.

A partir dessas ideias, comecei a pensar na rua como o território existencial do cão. A rua que ele marca, onde ele imprime assinaturas que a singulariza de outras ruas. Pensei, principalmente, nas marcas territorializantes como a urina, os rastros, o sono e até os parasitas. Pensei em tudo isso como marcas de ocupação, de definições existenciais. A rua, então, podia ser uma “casa” para o cão. Diferentes cães podiam habitar diferentes ruas de diferentes maneiras. A rua era o território do cão, e, lá, ele podia praticar aquilo que lhe é próprio: existir e territorializar sua existência.

Perceber essa diversidade de cães nas ruas, essa pulsação no imprimir de seus territórios, me fez perceber que a rua precisa ser afirmada como um local possível de habitar; me fez ver que os cães têm de ser afirmados na rua, e não retirados dela; me fez compreender que a existência dos cães não passa unicamente pelo suprimento de suas demandas médicas ou nutricionais, essas são as existências que nós demandamos a eles como essenciais! Sua existência como cães passa também por inúmeras indeterminações que não podemos supor, dentre as quais, por exemplo, a demarcação de territórios existenciais. Essas demandas me pareceram muito ligadas à vida desencarcerada desses animais e, sendo assim, retirar deles essa possibilidade de existir em diferentes espaços me parecia, agora, retirar deles sua expressão própria, sua expressão de cão.

Após perceber o vício ontológico do meu olhar (o abandono), encontrei, de fato, outros cães “de rua”. Vi outros cães porque eu mesma já era outra. Minha própria configuração existencial havia mudado, e eu conseguia ver essa mudança também neles. Consegui vê-los existindo noutras conformações, para além daquelas que geralmente são atribuídas a eles. Consegui vê-los como plurais, como vários tipos de cães habitando as ruas, livres, saudáveis, traiçoeiros, com fome, fugitivos, instintivos... e, quiçá, também abandonados. Constatei que eles eram múltiplos, e percebi que os cães “de rua” sequer existem: existem cães que vivem nas ruas. É muito diferente.

Foi ao ler a seguinte passagem num texto de Luis Orlandi (2004),

É sabido que as linguagens filosóficas podem arrumar o ser de um jeito e os entes de outro [...] Será que essa questão da morada do ente não conseguiria, por seus próprios méritos, arranhar a pele desse famoso ser? Essa questão não seria suficientemente forte para obrigar-nos a uma reversão ontológica capaz de anarquizar o ser, uma reversão que [...] nos leve a pensá-lo tão somente em termos de uma diferenciação complexa, potenciando-se em todo e qualquer ente? (ORLANDI, 2004, p. 2 e 3).

que, de pronto, percebi: o que eu queria com meu trabalho era promover essa reversão ontológica. Eu queria reverter ontologicamente as concepções sobre os cães “de rua”, e, quiçá, revertê-los eles próprios, os próprios cães. Tal desejo não se saciou, e não creio que será um dia saciado, mas – agora eu vejo – não foi ele o que de mais original aconteceu no nosso encontro. O mais interessante de toda essa caminhada conjunta minha e dos cães é que essa reversão aconteceu, não posso supor se em muitos humanos, menos ainda se nos cães, mas em pelo menos uma, uma humana. Em mim. A minha própria pesquisa me anarquizou, e vice-versa. Algo se passou entre mim e ela, ocorreram muitos encontros entre nós, e tudo mudou.

O filósofo brasileiro Vladimir Safatle (2015) diz que “[...] o verdadeiro encontro é uma despossessão, porque, [quando ocorre], nos obriga a modificar a maneira como narramos a nós mesmos”. O verdadeiro encontro nos modifica por completo, e é justamente isso que esse trabalho de mestrado foi para mim, a ocasião de um encontro e de uma despossessão. Eu comecei minha caminhada estudando os cães abandonados nas ruas, porém, termino essa jornada afirmando algo bem diferente: a pluralidade da vida, nas ruas, desses cães, a rua como seu território existencial. Eu termino afirmando que essa visão humana sobre os cães das ruas,

essa visão que os nomeia como abandonados, é parte desse mesmo mecanismo que produz as distinções entre os viventes e os hierarquiza. Eu terminei minha incursão pelo universo dos cães “de rua” afirmando, com convicção, que eles não estão abandonados. É o nosso olhar, o olhar humano, que os encarcera numa ideia de abandono.

*sete*

Detive-me por longo tempo nos estudos, em todos esses conceitos, mas conforme tudo foi se complexificando, ramificando e emaranhando pelo pensamento, mais eu me afastava da concretude dos cães. A imersão conceitual me dava o peso e a força que eu precisava para a pesquisa, mas me distanciava da materialidade dos animais. Tive a certeza de que precisava criar um elo entre o forte e o elementar e, ao eleger essas duas características, a vibração tão almejada apareceu: a arte seria o meio pelo qual eu faria ver o pulsar da vida nos cães. Era ela que me permitiria falar deles a partir de si mesmos, pois a arte não demanda explicações, apenas é, assim como a vida.

Ao elegê-la para mostrar a multiplicidade dos cães para o mundo, deparei-me com alguns escritos de Suley Rolnik (2002; 2006), que me explicaram como a arte nos ajuda a apreender a realidade através das sensações que causa em nós. Escolhê-la me abriu um novo campo perceptivo, na medida em que a noção de sensibilização – aquela que eu considerava necessária para discutir os *status* dos animais nas ruas – foi posta em cheque por aquela que considero como meu encontro mais profícuo, depois dos cães, neste trabalho: a ideia de sensação. A incursão no estudo da psicanálise me fez compreender que a arte pode, mas não é obrigada a sensibilizar, e, todavia, sempre produz sensações, mexe com o campo do sensível, cutuca as emoções por vias outras que não a da razão e assim adentra o universo dos afetos. Este universo não é o mesmo do da sensibilização, pois que o último carrega em si a vitimização e a piedade, das quais eu já havia escolhido desviar.

A arte seria a maneira pela qual os afetos seriam convocados na pesquisa com os cães “de rua”: afetos meus e dos outros, todos os outros que não estavam em relação direta conosco, mas que partilhavam da mesma vida e do mesmo mundo que nós. Se praticada na rua, junto com humanos e cães, ela poderia provocar novos afetos nas relações entre eles, provocar os humanos a pensar e agir de formas outras na sua relação com os cães. Poderia,

quem sabe, afirmar uma rua habitável. A ideia de provocar afetos pela arte me levou a aproximar-me, em meus estudos, da concepção de política do filósofo Jacques Rancière (2005, 2012), segundo a qual, ambas, arte e política, são formas de anunciar e ordenar o mundo. Para ele, elas realizam a partilha do sensível, ou seja, a partilha do mundo comum, do universo comum. Essa partilha é a forma de delimitar os locais e os discursos que serão comuns, partilhados por todos, e também uma forma de delimitar quem serão esses “todos”. Em resumo, tanto a política quanto a arte organizam o que é comum, o que poderá ser partilhado e quem são os viventes que poderão tomar parte dessa partilha. Essa política de que fala Rancière é semelhante àquela de que também fala Vladimir Safatle (2015), ao se referir a ela como uma prática que tem como base a circulação de afetos, os quais nada mais são que as sensações provocadas no corpo quando do nosso encontro com as coisas do mundo. Para o filósofo, é a política que faz circular os afetos, e é ela que também gera os afetos que circulam. Em outras palavras, a maneira como somos afetados pelas coisas do mundo e como fazemos circular esses afetos é uma ação política.

Ao estudar essas concepções de arte e política tracei duas conexões principais com minha pesquisa:

- a) sendo a política aquela que define o que será partilhado, incluir a rua como local de partilha também pelos cães significa pensar a política como um fazer da ordem dos comuns, não aquele fazer da representação (a política dos políticos), mas sim o ato diário, cotidiano, a política do humano;
- b) estando a arte e a política relacionadas aos afetos, e sendo elas formas de partilhar o sensível e de se afetar por essa partilha, criar novos afetos nas relações entre humanos e cães passa por criar novos afetos para os entes que fazem política e arte (os humanos).

Tracei, também, uma primeira conclusão: se a política é uma partilha do comum e uma circulação de afetos, e se ela é uma atividade de todos, logo, a decisão sobre quais afetos serão partilhados e quais espaços serão comuns, e de quem poderá ou não fazer parte desse comum, é nossa (e não dos políticos). Foi a partir dessa conclusão que compreendi, finalmente, o papel da arte no meu trabalho: ela seria um meio de mostrar a multiplicidade dos cães nas ruas, de provocar sensações nos outros além de mim, nos outros que,

diariamente, partilham as ruas com os cães; seria a matéria através da qual sensações distintas, que escapam à apreensão “padrão” que temos do mundo, poderiam circular. A arte poderia provocar uma compreensão da vida dos cães, na rua, a partir de sua potência de estar ali, de viver ali, de habitar a rua; a partir dos afetos que eles, ali, poderiam provocar. A arte teria, em suma, a potência de incitar uma nova partilha do sensível nessas ruas, uma nova forma de estabelecer o que é comum e para quem esse comum pode “servir”.

*oito*

Estudei os cães com a filosofia e falaria deles com a arte – mas não sem hesitações. Eu estava cansada, já há muito estudando filosoficamente os cães, e até comecei a chamá-los de “cães conceituais”. Eles estavam muito distantes e eu não sabia ainda como faria a arte concretamente, como iria à rua com ela, como provocaria os outros além de mim. Muitas dúvidas ainda perduravam em meu trabalho e, para que pudesse continuar, elas precisavam ser respondidas. Eu ainda não havia compreendido que esse meio difuso no qual nos perdíamos (eu e meu trabalho) é intrínseco à sua própria matéria: a nebulosidade que eu experienciei como pesquisadora e narradora de minha pesquisa é talvez muito próxima daquela que os cães e as ruas enfrentam ante a tentativa humana de sua definição e do estabelecimento de seus limites. Se, de um lado, os cães “de rua” como personagens móveis e heterogêneos são, em si mesmos, pura concretude; de outro, o caminho para tal elaboração – o caminho do pensamento – foi sinuoso, oblíquo, duvidoso e questionador.

As respostas vieram quando decidi caminhar pelas ruas em companhia dos cães. Caminhei com eles por dias a fio. Eu, eles e as ruas, o sol, o cansaço. Caminhei sem saber por quê. Apenas caminhei. Transformei-me numa pesquisadora cartógrafa. Utilizei a cartografia – conceito originalmente formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari – como um método de pesquisa, conforme propõem Virgínia Kastrup e colaboradores (2009). Essa metodologia diz basicamente que as metas da pesquisa são definidas conforme ela acontece, ou seja, que não é possível definir como será o percurso da pesquisa, ou do trabalho de campo, antes de iniciá-los. O pesquisador, dessa forma, se constitui junto com a pesquisa, de forma que não há como definir, *a priori*, o que fazer no campo: há que se ir ao campo, e lá, no ato de pesquisar, decidir como ele será. Foi exatamente o que fiz. Segui cães pela cidade, caminhei no seu

compasso, fui para onde eles me levaram, observei, com uma atenção flutuante, de tudo um pouco: não foquei em nenhum aspecto específico dos cães, mas também não estive passeando com eles. Estive pesquisando, caminhando com eles, experienciando os rumos que tomávamos, refletindo, junto deles, sobre a pesquisa e sobre tudo o que eu havia estudado. Caminhar com os cães me proporcionou a materialidade que faltava à minha pesquisa. Os cães eram, novamente, pulsação: estavam vivos, mais vivos do que nunca.

Caminhar com eles foi o que me trouxe o chão a partir do qual escrevo, a concretude deles, minha e do nosso encontro neste trabalho. Movimentei, em mim, as leituras, reflexões, experiências, sentidos e sentires reunidos durante os anos em que este trabalho perdurou e se transformou e me deparei com as saídas para algumas daquelas questões que me traziam desconforto. Para a mais fundamental delas – “Afinal, a perspectiva a partir da qual este trabalho olha para os cães “de rua” cabe de fato à Ciência?” –, as respostas vieram num tipo de ancestralidade inerente ao próprio ato de caminhar, esta nuance metodológica que descobri e aprendi com eles. Ao “seguir” os cães, pude seguir também os rastros de minha própria pesquisa e traçar um percurso por seu caos aparente; os sentidos começaram a surgir e a se aguçar e, no farejar dos meus próprios vestígios, encontrei outros ainda mais antigos que os meus: ao refletir sobre os cães e sua situação de rua, já antes havia pensado nos cães e sua relação com os humanos, mas, ao pensar nisso, já ainda antes havia pensado nos limites do humano e do animal. Sim, tratava-se então de Ciência, talvez de uma das questões mais antigas postas a ela pela Filosofia. Percebi então que meu trabalho habitou este terreno movediço – por entre os limites do humano e do inumano, do animal e do homem, da Ciência e da Filosofia – desde sua concepção, e que, portanto, não era sem razão que estivesse sempre lançado à incerteza, afinal, as questões aparentemente mais simples e primordiais colocadas ao humano pelo pensamento não foram ainda respondidas: não há respostas definitivas para o movimento da vida.

Outras questões, que em tempos passados também me desconfortaram – a relevância da temática, a pertinência, coerência e força argumentativa da pesquisa, as escolhas conceituais – apresentaram, a partir do caminhar com os cães, as fraquezas intrínsecas que, aos poucos, as desmontaram a partir de sua constituição. O que a companhia desses cães nas ruas me mostrou – em resposta aos questionamentos diversos que recebi e aos quais me lancei relativos à expressividade do montante de cães “de rua” e à “necessidade” de estudos como o meu, que não focavam em soluções práticas e imediatas para o “problema” – é que nem a pertinência nem a expressividade se dão em números: não há valoração, parametrizada ou

não, na qual caibam as singularidades de um único ente; não há impertinências quando o que está em jogo são as forças simbólicas e concretas de vida, luta e resistência. Percebi que não há um só “problema” – e eles não são personificáveis, ou, neste caso, “animificáveis” –, se o que está em discussão são as concepções cristalizadas de mundo e a esterilização das possibilidades de existir; e que tampouco há, então, soluções, mas problematizações. Assim, mesmo que só existisse um único cão a andar pelas ruas, já existiria o combate e a potência, os quais – agora eu compreendia – me impulsionavam. Essas constatações me pareceram bastante coerentes e argumentativamente fortes, e, assim, eu enfrentei meu desconforto.

Havia, entretanto, um ponto chave a ser ainda respondido – “onde estaria, afinal, a conexão deste trabalho com a sustentabilidade, conceito que nomeia o programa e linha de pesquisa interdisciplinar ao qual ele (o trabalho) está vinculado?”. Meus estudos conceituais nessa temática já haviam me mostrado o quão vaga e ambígua essa definição poderia ser: a ideia de sustentabilidade imposta à maioria das relações político-ecológicas me parecia esvaziada de vida e pulsação, obedecia à retórica dominante do comércio e do consumo, ao *status quo* que regia os modos de viver. Ela parecia perdida, como se precisasse de uma nova ontologia. Foi justamente desse pensamento que nasceu a resposta: meu trabalho se conectava a sustentabilidade na medida em que a concebia como um “abrir-se novamente” ao mundo, como uma forma de afetar e deixar-se afetar por ele, como uma incursão no plano sensível, que, no trabalho, seria o encontro entre humanos e cães “de rua” a partir de perspectivas inauditas. Eu obtinha, a partir daquele momento, a última resposta necessária para continuar.

*nove*

Caminhando, eu abandonei os cães conceituais e adentrei seu campo material e sensível. O afinar de sentidos me moveu como a um cão em busca de seu território. Foi a partir daí que meu trabalho ganhou a força, a leveza e a solidez que o conduziu ao que aqui se apresenta, a ocasião de recusar, sem arrependimento, o que não lhe cabe: qualquer reiteração de discursos pró ou antiativismo e quaisquer julgamentos morais; a adoção de métodos de análise pré-concebidos ou de teorias analíticas restritas a certas áreas do conhecimento científico; a incumbência de apresentar resoluções instantâneas às questões levantadas; a cultura da eficácia e da aplicabilidade, amplamente espalhada pelas ciências ambientais. A

força que se instaurou foi a de poder tecer meu trabalho *junto* com os cães, além de *sobre* eles. A opção de trabalhar *junto* revelou-me cães que eu ainda não conhecia, potencialidades que, enquanto eu conjecturava apenas *sobre* eles, tinham-me escapado; eles se desvelaram novamente a mim, novamente após a primeira vez em que resgatei o primeiro cão “de rua”, e de forma muito mais interessante; desvelaram-se e, a partir daí, não fomos mais os mesmos. Já não o éramos quando do acontecimento do seu sumiço; mas agora que eu havia caminhado com eles, eles retornavam a mim: também andavam comigo, eu e eles e nosso caminhar, sem atravessamentos, sem julgamentos pré-concebidos, juntos. Eu, enfim, me construía pesquisadora enquanto eles se construía matéria de pesquisa, e dali, daquele encontro, algo surgia.

Como pesquisadora caminhante, encontrara-me com cães e com pessoas que me viram seguindo cães. Muitas conversas se deram nessa mistura de pesquisa, pessoas e cães, todas elas sobre eles e a maioria sobre sua condição nas ruas, sempre da perspectiva da degradação: cães minimizados pela fome, pelo sol, pelos maus-tratos, pela vida errante, enfim. O que primeiro surgiu desses encontros foi um incômodo reverso: se antes me incomodavam os cães “abandonados” nas ruas, agora o que me perturbava era saber que o senso comum não os queria lá; era ver as reações negativas quando da sua presença livre; era compreender que as ruas, sim, podiam ser territórios para cães, podiam ser suas moradas, mas lhes eram negadas como direito; era pensar que os cães eram impedidos de habitar a rua, eram retirados dela para serem depositados e trancafiados nos canis, aqueles locais pequenos e superlotados que eu conhecia tão bem; era perceber que, quando na rua conseguiam permanecer, é porque insistiam em demarcar aqueles espaços “feitos para humanos”, e que, nessas circunstâncias, tornavam-se sujeitos a qualquer tipo de trato. A rua não pertencia aos cães como pertencia aos humanos; eles eram indesejados e lá só estavam porque não possuíam “casa”; eram, em suma, um problema que precisava ser solucionado, e a única solução disponível era a mutação de sua condição: de sujeitos, na rua, a quase tudo – à liberdade e ao sofrimento, por exemplo – para assujeitados, nos canis, a uma condição muito aquém da vida – a mera sobrevivência.

Eu estava novamente num combate pela vida, lutando, agora, não contra o abandono ou para abandonar esta ótica – mas contra a ideia de que a retirada dos cães das ruas era a solução para eles, contra a imposição, a eles, da condição encarcerada de sobrevivência. Eu lutava, enfim, pela permanência dos cães “de rua” na rua. Se antes a escolha desses cães como tema da pesquisa aquietara os desassossegos da “invisibilidade” que eu atribuía a eles; abandoná-la (abandonar o abandono e o encarceramento) e abrir-me para a pluralidade dos

cães, para sua materialidade, concretude e vida pulsante a ser vivida em liberdade, por outro lado, criara novos desassossegos, bem mais difíceis de argumentar (como seria argumentar a favor da liberdade dos cães, a favor de sua permanência nas ruas, pela vida que nela pulsa e que não o faz num canil abarrotado de animais? Como fazer tal defesa no meio científico e acadêmico, repletos eles de parâmetros de segurança e bem-estar, geralmente mais relacionados às necessidades e conveniências humanas do que multiespécies?). Essa situação me deixou, novamente, com dificuldades de escrever sobre a pesquisa – iniciar a escrita desta dissertação – e, após tão longo percurso e tantas reflexões e tão pouco posto em palavras, tive de buscar novas perspectivas para a oralidade, literalidade e academicidade necessárias à escrita e à defesa das palavras que se seguem. Dispus-me a encontrar maneiras de produzir um sentido material, tangível e sensível para meu trabalho, pois tinha de fazer efetivos e conectados todos os conceitos, todas as dúvidas e perguntas, todas as respostas e todas as saídas que encontrara, e precisava deixar tudo isso disponível a outros além de mim. Cabia a mim, agora, fazer existir, no mundo, o meu trabalho.

*dez*

A partir do incômodo – que migrara da ótica do abandono para a luta pelas pluralidades existenciais e contra a sobrevida dos cães “de rua” – e através da busca por alternativas para criar um trabalho sensível e conectado a tudo o que havia sido estudado e elaborado, surgiu, finalmente, o tempo e o espaço necessários para a sistematização. Eles vieram com a leitura das anotações de campo que eu havia feito enquanto caminhava com os cães. Folheando-as, percebi que a vida canina pulsante que eu buscava estava lá, nas palavras e na maneira pela qual eu as havia feito existir no caderno. Meu diário de campo, e só agora eu percebia, não era composto por observações, mas sim por narrativas, nas quais eu misturava os cães conceituais com os cães vivos à minha frente. Nessa maneira de escrever havia respiro – em cada palavra havia espaço para mobilizar os conceitos, as reflexões, os aprendizados –, e ainda havia os cães em sua potência, em sua vibração. Foi quando eu decidi que a escrita não seria apenas o meio através do qual meu trabalho seria posto no mundo; ela seria, antes, parte do processo de pesquisar e fazer Ciência.

Na narrativa eu vi uma forma potente para dar a ver a vida nos cães. Nela há espaço porque não somente os descreve e tampouco apenas conjectura conceitualmente sobre eles: ela também os cria. Através das narrativas, percebi que também a escrita era um meio de partilhar o sensível (RANCIÈRE, 2004), de enunciar o que é comum, de partilhar os afetos. Como a arte e a política, a escrita também coloca uma ordem no mundo: ela dá existência ao mundo, e também o delimita. Ela tornou-se, então, o último combate: pela suavidade na escrita científica e acadêmica, contra sua costumeira hermeticidade, principalmente nas ciências ambientais. A escrita estanque seria meu último abandono: não meramente um meio material de confecção de palavras, mas um efetivo da potência dos cães nas ruas. Pela escrita, eu partilharia outros comuns que pudessem mostrar a pulsação desses animais nessas moradas.

Era esta a decisão derradeira: construir a dissertação com uma linguagem que abrisse espaço para as palavras e para o que elas criam; propor uma mescla entre a escrita amarrada nos conceitos e a escrita narrativa, que dá movimento a eles, os faz variar e circular de maneira mais livre pelo texto, se apropria deles de forma mais despreocupada com seu destino final – mas ainda coerente e comprometida com seu conteúdo. Foi a partir dessas narrativas que a pesquisa ganhou corpo. Foi por meio das narrativas que tive a clareza que me permitiu sintetizar este trabalho. Foi porque escrevi narrativas que estou aqui, hoje, escrevendo desta maneira.

Produzir narrativas me fez descobrir de que forma concreta eu utilizaria a arte no meu trabalho. A arte, eu já havia decidido, traria a concretude dos cães, mas eu ainda não sabia como. Ao retomar alguns estudos, porém, e ao olhar para as narrativas, esse fazer se materializou. A arte que eu buscava não era aquela apartada do mundo comum, aquele atributo estético somente de alguns; a arte requerida pelo campo dos afetos era aquela que não se separava do campo do trabalho e das ocupações do humano; era aquela que compunha, com o coletivo de animais e humanos, um campo aberto de fazeres conectados à vida. A pesquisa, então, não precisava descolar-se do trabalho ou da Ciência para produzir arte: seus próprios caminhos poderiam tornar-se um fazer artístico. A partir desse pensamento, as palavras passaram a ser cabíveis não só à escrita narrativa ou acadêmica, mas também à arte. Já que tinha encontrado a pulsação dos cães na escrita, utilizaria partes dessa escrita, rastros dela (como os rastros que os cães deixam nas ruas) como essa forma de arte.

A disposição (e a composição) artística das palavras seria, dessa forma, a concretude que me permitiria falar dos cães para o universo dos comuns, aquele em que pesquisadores,

artistas, transeuntes, cães, ruas e muitos outros estavam implicados. Dispostas nas ruas por onde caminhavam humanos e cães, as narrativas de cães talvez pudessem promover o encontro entre eles de uma forma nova, díspar, desviada da vitimização, do julgamento moral, da distinção rasa e conveniente, do incômodo de uns sobre os outros, das óticas do abandono, da incapacidade, da ausência territorial. Pela narrativa situada na rua como expressão artística, talvez fosse possível criar um encontro potente: humanos encontrando palavras escritas com cães, humanos encontrando-se com cães “de rua”, na rua, através de narrativas de cães; humanos, ruas, palavras e cães encontrando-se pelo plano sensível da arte, pelas sensações. Nasceram, daí, os lambe-lambes, cartazes compostos por trechos dessas narrativas e por fotos que tirei durante o trabalho de campo, e que foram colados nas ruas, nos postes, nas calçadas, nos bancos, nos muros. Eu tentava fazer, dos encontros que tive durante a pesquisa, novos encontros, agora de alguns ou muitos outros além de mim.

*onze*

Depois de estudar conceitualmente e exaustivamente os cães, depois de caminhar com eles, produzir narrativas, fazer lambes e colocá-los na rua, depois de todos esses fazeres, percebi que os encontros iniciaram e fecharam esse meu ciclo. Os encontros formaram a minha pesquisa: do abandono para a vida pulsante, do humano para os cães, dos conceitos para a rua, da rua para as palavras, das palavras para a arte, do caminhar para a sensação e os afetos, da pesquisa para a criação da pesquisa, do pensamento para a materialidade dos caminhos. Por meio dessa experiência de pesquisa, percebi que tudo o que fiz teve uma única intenção: provocar e experimentar. Provocar transmutações na maneira de pensar, olhar e enxergar os cães moradores das ruas e os viventes em geral. Experimentar a criação de novos afetos na relação entre eles. Experimentar a criação de outros possíveis para eles, e também para nós.

Mencionei, no início destes fragmentos, que este trabalho foi constituído por encontros e desposseções, os quais que se deram na distância entre o pesquisador e sua pesquisa. Os encontros a delinearão. Foram muitas Michéles (a pesquisadora que aqui fala em primeira pessoa) se encontrando com muitos “outros”: cães, ruas, ideias, conceitos; rupturas,

confusões, dúvidas, questionamentos; arte, palavras, sensações, afetos; caminhos. O encontro singular da pesquisa, contudo, não foi nenhum desses. Foi, sim, o encontro que a Michele estudante teve com a Michele pesquisadora. Naquela distância, na distância entre tudo o que o estudante-pesquisador leva consigo na caminhada acadêmica e ele mesmo, tive a oportunidade de experimentar esse encontro singular. Estudante e pesquisadora. E foi nesse encontro que decidi o que deixaria para trás e o que levaria comigo. Deixei o abandono. E levei todos os outros possíveis que daí surgiram.

### *fragmento último*

Os fragmentos acima tiveram a intenção, como certamente ficou claro, de desvelar os inúmeros encontros desta pesquisa e o caráter do trabalho que se segue: são a explicitação de um processo no qual pesquisadora e matéria de pesquisa mesclaram-se e separaram-se inúmeras vezes, até constituírem-se, juntos. Foram muitos caminhos e descaminhos, um trabalho que caminhou incessantemente, como um cão em busca de alimento, e que chegou a conclusões e proposições inimagináveis quando de seu início e fundamentais quando de sua finalização. Um trabalho que encontrou, em meio a sentenças e enunciados hegemônicos, uma expressão minoritária que se fez presente a ponto de não poder ser ignorada. Nas páginas que se seguem, esta expressão arriscou-se, então, a se identificar, e o fez questionando o apriorismo das hipóteses da pesquisa e formulando novas durante o processo de pesquisar; afirmando a existência livre dos cães nas ruas e considerando-as como territórios possíveis para eles; argumentando pela vida pulsante e criticando a sobrevida encarcerada desses cães; sugerindo, através da arte, a desestabilização de noções arraigadas de distinção entre entes e promovendo o encontro, sem compadecimento e munido de força vital, entre humanos e cães; e reiterando este encontro na escrita e, também, através dela.

Conquanto questionado a cada novo passo, todo este percurso se mostrou o único possível: as tantas dúvidas obrigaram a que cada leitura, cada palavra e cada ação passassem por incontáveis modos de se instituírem e constituírem, até que estes, que aqui se apresentam, restassem como aqueles que não aceitaram, pela força com que se fundaram, ser outros. Não foi por falta de hesitação que este trabalho ganhou existência. Foi, ao contrário, porque permaneceram inquietas que as palavras que se seguem não puderam ter outro fim senão

existir. É por isso que estamos diante daquilo que foi e ainda é um combate: tudo o que aqui não está – as discussões, os conceitos, os métodos, os resultados – é porque não pôde – pela ausência do tempo lento necessário para o amadurecimento; ou porque não coube – não encontrou espaço para ser forte o bastante.

O resultado desta luta, que não é a final, apenas a última para o tempo que aqui se encerra, não é nem mais nem menos do que se propôs, na medida em que se estruturou por seu caminho de dúvidas e assunções. A mobilização dos conceitos não vai além do que, no momento, é capaz, nem fica aquém do que precisa; as discussões não adentram nada que o pensar não pode dominar sem se perder, não tomam caminhos pelos quais não poderiam voltar ou que não gostariam de seguir, e não se debruçam sobre nada além do que podem sustentar como fundamentais; os resultados não tentam ser tudo o que não são, nem negam tudo aquilo que são; e o método não esconde seu caráter experimental nem hesita sobre seus porquês. O método, aliás, foi uma das descobertas finais desta pesquisa, um profícuo encontro que se deu no início, mas revelou-se apenas no fim. E não poderia ser diferente, pois é esta justamente a característica que o fez o único possível para este trabalho: o método, aqui, se revela e mostra suas pistas conforme o pesquisador vive sua pesquisa; faz-se no ato de pesquisar, constrói-se em processo. Ele é, somente, sendo. Adentremos agora, pois, ao universo metodológico que moldou cada uma destas palavras.

*cartografando caminhos*

*“Todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas [...] e toda pesquisa intervém sobre a realidade mais do que apenas a representa ou constata em um discurso”.*

(Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros. *Pistas do Método da Cartografia*)

O presente trabalho norteou-se pelo método cartográfico, o qual, por sua vez, baseia-se na cartografia proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari. No contexto filosófico desses autores, a cartografia é um dos princípios do rizoma, conceito que formula os mecanismos e funcionamentos do pensamento a partir da ideia de multiplicidade. Segundo esse conceito, o pensamento sempre acontece por conexões neurais que são múltiplas, ou seja, que ocorrem, ao mesmo tempo, em pontos variados e distintos, e se ramificam em sentidos diferentes e divergentes, cruzando-se, interceptando-se e se afastando aleatoriamente num padrão caótico em que há descontinuidades, rupturas e religamentos (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Conforme acontecem essas conexões, informações de tipos e ordens diferentes são acessadas, e, juntas, constituem o panorama da realidade, o qual, por sua vez, em virtude desse caráter múltiplo do pensamento, está em constante transformação.

Da perspectiva do conceito de rizoma, a construção do conhecimento segue os padrões caóticos do pensamento, ocorrendo, portanto, de forma heterogênea e acêntrica, através de ligações simultâneas, impermanentes e imprevisíveis entre informações, processos e sentidos. Essa perspectiva diverge drasticamente daquela que estabeleceu o olhar científico, histórico e político para a natureza e a cultura nos últimos séculos, a de que a organização do conhecimento teria um padrão do tipo árvore. Nessa concepção, o conhecimento se constituiria a partir de princípios anteriores já estabelecidos e tomados como base central, da qual novos se desdobrariam – assim como ocorre, por exemplo, com as raízes das árvores, que são a base nutricional da planta, e com o tronco, a partir do qual os galhos se ramificam.

Ao desdobrar-se em algo novo, o conhecimento se ramificaria linearmente e de modo ascendente, a partir dessa base central, subdividindo-se a cada nova descoberta e atingindo o ápice da especificidade nessa fragmentação – tal como acontece com os galhos mais finos das árvores, que se subdividem a partir dos mais fortes sempre num sentido único, em direção às folhas, e se conectam apenas a alguns outros poucos galhos ao longo dessa divisão. Como uma árvore, o conhecimento seguiria, ao se constituir, tendências sequenciais e hierárquicas; para abranger mais aspectos da realidade, subdividir-se-ia cada vez mais em pequenas partes (DELEUZE; GUATTARI, 2011; ROMAGNOLLI, 2009). Essa concepção arborescente levou à ideia de que, para compreender a realidade, seria necessário segmentá-la (separando e classificando seres e processos, por exemplo) e estudá-la a partir do que já se conhecia sobre ela: de um ponto anterior em direção a um ponto posterior.

Para Deleuze e Guattari (2011), entretanto, o conhecimento entendido como árvore ignora a multiplicidade em favor da ordenação e da dicotomia. Ao subdividir a realidade para conhecê-la, essa lógica de pensamento iguala os fenômenos ao submetê-los a uma cronologia – ou seja, ao considerá-los ocorridos sempre um após o outro – e ao binarismo – ou seja, sempre passíveis de novas divisões e classificações – transformando o mundo, assim, numa unidade plenamente divisível (um conhecimento primeiro que dá origem a outros mais específicos; um ser primeiro que origina outros; um evento primordial, a partir do qual todos os outros decorrem). Se compreendido como do tipo rizoma, ao contrário, o conhecimento deixa de ser dicotômico e cronológico e passa a ser múltiplo. Nesse caso, não há supremacia, já que as conexões se dão ao mesmo tempo e geram inúmeras outras sobre as quais não se tem o menor controle. Ainda há um tipo de organização que estabelece a realidade, mas ela não é direcional nem baseada em organizações anteriores; não se opõe aos caos, mas, ao contrário, extrai-se do caos mantendo com ele um equilíbrio dinâmico e sutil que faz com que as ordenações sejam sempre momentâneas e se desfaçam em fluxos que produzem outras ligações, possibilitando que o real sempre se altere (GONÇALVES; RODRIGUES; CANTARINO, 2014). O conhecimento, em suma, constrói-se, no rizoma, aos pedaços, em fragmentos.

O rizoma, então, exprime o funcionamento do pensamento e do conhecimento na filosofia de Deleuze e Guattari (2011). A cartografia, por sua vez, é um dos princípios, conferindo a ele um caráter de mapa – o qual, inclusive, dá origem ao nome do princípio. Assim, o pensamento e o conhecimento rizomáticos funcionam, pois, como um mapa, o qual, entretanto, não é aquele comum apresentado pela ciência cartográfica, um tipo de

representação estática de limites. Na cartografia proposta por esses filósofos ele é, ao contrário, de uma natureza não representacional, pois que muda sem parar e não possui barreiras nem fronteiras; é dinâmico, processual e inacabado, “aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATARRI, 2011, p. 30).

O método cartográfico baseia-se, portanto, nessa outra cartografia, e supõe que o pensamento e a produção do conhecimento dão-se a partir dessas múltiplas conexões, dessa abertura ininterrupta e incerta aos processos e às alianças que surgem a todo o momento. Nesse sentido, o método busca não meramente representar o “objeto” de pesquisa, mas “perceber as dinâmicas, os fluxos e as intensidades que [neles] se mostram” (AGUIAR, 2010, p. 13). O trabalho de pesquisa, então, não se orienta por objetivos preestabelecidos, por metas fixadas de antemão ao próprio ato de pesquisar, pois as intensidades e singularidades desses “objetos” só aparecem durante o contato com eles. São os efeitos do processo de pesquisa que indicarão seus caminhos, de modo que ela, “objeto” e pesquisador constroem-se mutuamente no processo de pesquisar (PASSOS; BARROS, 2009). Como no rizoma, eles se conectam de diversas formas e mantêm entre si relações de consonância e dissonância, as quais estabelecem, a cada ligação e a cada ruptura, as nuances da pesquisa.

A principal aposta do método da cartografia é na experimentação do pensamento: ele confia ao funcionamento rizomático a capacidade de eleger as questões e as óticas a partir das quais a pesquisa será constituída, fazendo com que não exista uma aplicação de conceitos, mas a mudança e afirmação de atitudes a partir dos *insights* que ocorrem durante o processo de produção do conhecimento (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Ele firma, desse modo, as metas da pesquisa conforme ela acontece no tempo, sobre o qual, nesse caso, não interessa a passagem ou contagem de intervalos regulares, mas a duração em que ocorrem as conexões delineadoras da pesquisa. O trabalho de pesquisar é, então, um trabalho de captar as intensidades das relações que se dão no tempo em que a pesquisa acontece. Nesse tempo, entretanto, não é só ela que acontece: “objeto” e pesquisador também estão “acontecendo”, estão existindo: tudo e todos, portanto, estão implicados num mesmo plano de ação.

O pensamento do pesquisador é, então, rizomático, e o conhecimento que ele constrói ao pesquisar, também. Enquanto pesquisa, o pesquisador se constitui: existe junto com seu trabalho, não é atemporal sobre ele. Ao se construir com ela – na mesma duração em que a pesquisa ocorre –, ele a modifica. Por outro lado, o “objeto” da pesquisa, que também existe no mesmo espaço-tempo que ela, igualmente constitui-se enquanto e ao ser pesquisado, e, da

mesma forma, modifica-se e modifica a pesquisa e o pesquisador ao longo desse processo. As existências do pesquisador, da pesquisa e do “objeto”, são, então, também rizomáticas: constroem-se, conectam-se e se desligam incessantemente. É por isso que a cartografia como método de pesquisa trata os processos de conhecer e fazer como inseparáveis, o que a leva a compreender os atos de pesquisar e intervir como concomitantes, de modo que toda pesquisa é considerada uma intervenção que acontece no plano real em que todos estão implicados, o plano da experiência. É nessa experiência que sujeito, “objeto”, teoria e prática ganham uma existência conjunta com o processo de pesquisar. A experiência, para o método cartográfico, surge, assim, como “um saber que emerge do fazer” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 18), e este é justamente o caminho metodológico que ele nos aponta: intervir para, então, conhecer.

A pesquisa, dessa forma, está sempre implicada em dois planos que emergem da experiência, o plano de intervenção – o espaço-tempo no qual a pesquisa acontece – e o plano de análise – as modificações desse espaço-tempo em face da análise do processo interventivo, feita pelo sistema de referência teórico que opera na pesquisa –, de modo que esses planos se distinguem, mas não se separam. Essa inseparabilidade entre conhecer o “objeto”, analisar (os dados, por exemplo) e intervir em ambos faz com que as posições de pesquisador e de “objeto” de pesquisa e o distanciamento entre eles se dissolvam, aspecto que põe em jogo a ideia comum – principalmente nas ciências ditas duras, como a ambiental – de neutralidade e imparcialidade do conhecimento (PASSOS; BARROS, 2009).

Pesquisar, então, é intervir sobre a realidade da pesquisa, do “objeto” e do próprio pesquisador, para produzir o conhecimento. Contudo, a direção interventiva indicada pelo método cartográfico de pesquisa-intervenção não é qualquer uma, mas aquela que “busca aceder ao que se passa entre os estados ou formas instituídas, ao que está cheio de energia potencial” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 20). Essa energia é aquela do que ainda não está dado, que permanece como virtualidade. É na intervenção, pois, que essa energia potencial virtual é atualizada, ou seja, ganha existência real. Essa atualização das existências se refere à ideia de que o indivíduo não possui um princípio anterior e orientador que o define, um tipo de privilégio ontológico à sua constituição, como acreditam certas linhas do pensamento filosófico, mas, ao contrário, está sempre em processo de definição a partir de uma realidade pré-individual que o acompanha. Esse processo de definição de si – chamado de individuação – está sempre acontecendo, sempre sendo modificado pela realidade virtual que acompanha o indivíduo. As potencialidades dessa realidade, a energia potencial que ela carrega, ficam, assim, em constante tensão com ele e se atualizam constantemente; ele, dessa forma, está

sempre em defasagem dele mesmo, sempre atualizando sua existência, num processo infinito (PASSOS; BARROS, 2009).

Esse processo só é possível porque o indivíduo vive em estado de metaestabilidade, em outras palavras, em estado dinâmico e processual de transformação, e não em estado de equilíbrio. Nesse estado, as oposições se dissolvem na mobilidade, de modo que não é mais possível que existam posições estáticas e muito demarcadas; na metaestabilidade, a inércia dá lugar à fluidez, e as formas de resistência às dualidades e dicotomias hegemônicas – aquelas que participam do modelo irreal da árvore – intensificam-se, impondo-se, assim, “contra os regimes de assujeitamento e as paralisias sintomáticas [...]” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 20 e 21). A atualização, como processo ininterrupto derivado da metaestabilidade, acontece em todos os sistemas (vivos e até não vivos): todos, em contato com o mundo exterior a si, intervêm sobre sua realidade e são alvo de intervenções desta; modificam-se, atualizam-se, individualizam-se continuamente

A individuação, então, se atualiza no plano da experiência, onde sujeito e “objeto” de pesquisa estão sempre implicados, o que faz com que pesquisar seja sempre intervir, e intervir, conhecer. Da mesma forma, toda análise, como parte do processo dessa implicação, é, por sua vez, também uma intervenção. Isso define, pois, uma direção clínico-política à pesquisa: clínica porque “o trabalho da análise é, a um só tempo, o de descrever, intervir e criar efeitos na pesquisa” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 27); política porque a produção do conhecimento, nesse caso, é transversal na medida em que se move sem pré-definição pela multiplicidade e garante uma comunicação que não se esgota na hierarquização da diferença nem na organização corporativa da semelhança (PASSOS; BARROS, 2009). A natureza política do método cartográfico diz respeito “ao modo como se intervêm sobre a operação de organização da realidade” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 28). Posto que a existência está sempre implicada em uma realidade comum, e que a ação e o pensamento sempre acontecem juntos, na experiência desta implicação, o que o método cartográfico faz é direcionar a pesquisa a atender não ao que seus “objetos” já são, não à sua existência já concretizada, não à individuação que já ocorreu; mas às suas formas ainda não instituídas, à sua energia potencial, às resistências que nele pulsam, à sua atualização iminente, ao que eles ainda poderão se tornar: sua individuação em vias de acontecer.

Conhecer, nesse caso, já não é apenas representar, mas criar um caminho próprio. É nesse sentido que o método cartográfico permite que este caminho seja traçado conforme se dá o caminhar. Para tanto, não ordena direções, mas sugere posições ético-políticas e pistas

metodológicas a serem seguidas pelo pesquisador cartógrafo. Essas pistas tentam assegurar a ele “[...] uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do próprio [...] percurso da pesquisa [...]” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 14). Elas são referências móveis a serem adotadas durante o ato de pesquisar, auxiliando o pesquisador a compreender o campo das forças no qual a pesquisa se insere.

Dentre essas pistas, a que auxilia o pesquisador a manter o problema da pesquisa em constante atualização é aquela que atenta ao funcionamento da atenção. Para a cartografia, essa atenção deve ser “flutuante, concentrada e aberta” (KASTRUP, 2009, p. 34) em todas as fases da pesquisa, já que não há, na concepção deste método, coleta ou análise, mas sim produção e atualização de dados. Logo, a atenção precisa ser sensível para captar, durante todo o tempo em que a pesquisa acontece, as virtualidades de seu “objeto”; para vislumbrar suas potencialidades e pluralidades. Isso exige que o cartógrafo não selecione elementos nos quais se concentrar, mas, ao contrário, mantenha o olhar suspenso e não focalizado, trabalhando com os fragmentos desconexos da realidade, ou seja, com as conexões múltiplas. A suspensão, nesse caso, significa a abertura ao novo e a interrupção do juízo sobre o mundo, permitindo ao pesquisador acolher o inesperado, aquilo que lhe acomete durante o campo, e entrar em sintonia com o problema que move a pesquisa (KASTRUP, 2009).

\*\*

Testar as pistas indicadas pela cartografia é estar atento e sensível ao mundo. No contexto deste trabalho, experimentar a abertura proposta pelo método foi abrir-se ao encontro com o outro, um animal-outro, andarilho, caminhante e habitante das ruas. Acolher o inesperado, por sua vez, foi entregar-se, literalmente, ao caminhar lado a lado com esse outro. Suspender o juízo, da mesma forma, foi andar com ele sem submetê-lo a nenhum julgamento apriorístico de valor. E entrar em sintonia com o problema de pesquisa, por fim, foi permitir-se afetar durante o caminho. Vejamos, a seguir, como se deu essa caminhada.

*na rua (caminhando) com cães*

*“É – parece-me – urgente reabilitar a velha sensibilidade [...]”*

(Jeanne Favret-Saada. *Être Affecté*)

Os caminhos deste trabalho revelaram-se pelos afetos, os quais, para Jeanne Favret-Saada, não se originam na emoção que escapa da razão, mas derivam do processo de entrar em relação com o “objeto” de pesquisa (GOLDMAN, 2005). Os afetos são, para a antropóloga, uma dimensão central do trabalho de campo, bastando deixar-se afetar pelas mesmas forças que afetam o “objeto” para que uma relação mais complexa que a da ordem da representação se estabeleça (FAVRET-SAADA, 2005). Nesse contexto, para partilhar das mesmas forças que seu “objeto”, para afetar-se realmente por ele, esta pesquisa apostou no encontro material entre ele e pesquisadora, encontro que foi também o da pesquisa com o local onde ambos se encontraram. Humano, cão e rua foram, enfim, aqueles que afetaram e foram afetados nos caminhos deste trabalho.

[...] a cartografia apresenta-se como procedimento de pesquisa que exige do pesquisador [...] um exercício cognitivo peculiar, uma vez que, estando voltada para o traçado de um campo problemático, requer uma cognição muito mais capaz de inventar o mundo. Trata-se de uma invenção que somente se torna viável pelo encontro fecundo entre pesquisador e campo de pesquisa. (AMADOR; FONSECA, 2009).

Desse modo, os encontros foram o ato inventivo de não apenas estar nas ruas observando cães, mas de caminhar com eles por elas e se deixar afetar pelo caminho e pela caminhada. A invenção deu-se de forma espalhada, em vários pontos, momentos e dias distintos, ao longo de três anos de trabalho. Sorocaba (Figura 1) foi a cidade escolhida. Nela, andei com cães por sete de suas doze macrorregiões (Figura 2; Quadro. 1). Escolhi bairros de todos os tipos, afastados e próximos dos centros comerciais, antigos e recentemente fundados, habitados por pessoas com maior ou menor poder aquisitivo. Em todos eles o processo foi o

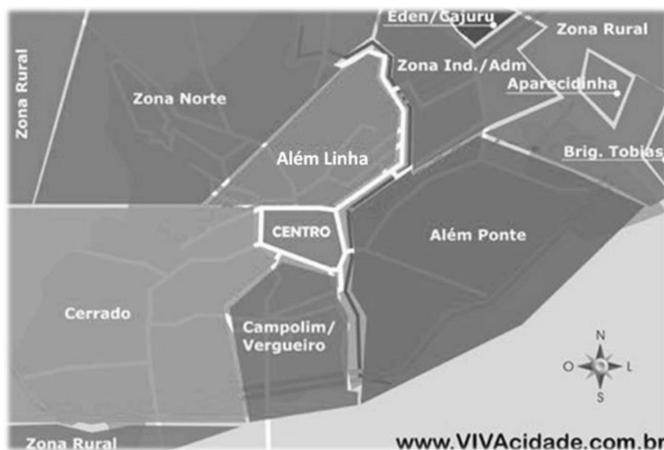
mesmo: saí à deriva e vaguei pelas ruas em atenção flutuante, a procura de cães. A decisão de quais cães seguir partiu daquilo que me acometia – ou não – na relação com eles.

Figura 1- Cartografia tradicional delineando a região de Sorocaba



Fonte: IBGE

Figura 2 – Cartografia tradicional delineando as macrorregiões da cidade



Fonte: Vivacidade

Quadro 1 – Macrorregiões estudadas

Cerrado
Zona Rural
Zona Norte
Campolim/Vergueiro
Centro
Além Linha
Além Ponte

Fonte: Vivacidade

Figura 3 – À espera, à espreita...



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Michele Fernandes Gonçalves

Todos os cães que perambulavam pelas ruas foram, em princípio, cães passíveis de serem seguidos. O procedimento para a decisão foi simples: parar junto ao cão e esperar até que algo suscitasse o olhar e, só então, a partir daí, seguir o animal (Figura 3). Se num prazo indeterminado de tempo – o qual era variável, a depender das condições do dia e da intuição – nada surgisse, nada acontecesse entre o cão, a rua e eu, era hora de buscar o próximo cão. Foi assim que a área de estudo delineou-se: como um mapa móvel que ia se traçando conforme os cães me levavam – ou não – de um bairro a outro, de uma zona a outra (Figura 4). De início, houve alguns critérios que auxiliaram na escolha dos cães: os que permaneciam pouco tempo na rua e logo retornavam a alguma residência e de lá não saíam por algum tempo ou os que ficavam imóveis em frente a algum portão, não eram seguidos. Porém, tais delimitações mostraram-se frágeis, na medida em que diferentes tipos de cães demonstravam maneiras diferentes de habitar a rua. Assim foi que, ao final da pesquisa, cães em diferentes estados – andarilhos, mas não só; também estacionais, sonolentos, em interação com outros cães ou pessoas – foram seguidos: tudo dependeu do que aconteceu na relação entre mim, eles e a rua que uniu nossas potências de vida (Figuras 5, 6, 7, 8, 9).

Figura 4 – Cartografia como método (delineando a área de estudo)



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 5 – cão (estacional) e pesquisadora (à espreita)



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 6 – Rua e cão (andarilho)



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira

Figura 7 – Cão e rua



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira

Figura 8 - Cão (sonolento), calçada e rua



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira

Figura 9 – Olhar suscitado e união: cão, pesquisadora e rua



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira

Encontrei-me com os cães e com as ruas durante meu trabalho de campo, mas não só. Encontrei-me também com muitos discursos e conceitos sobre cães, ruas e cães “de rua”, e esses foram meus primeiros campos, os campos teóricos nos quais adentrei nos estudos que antecederam minhas atividades com os cães concretos. Assim, em consonância com as apostas do método cartográfico, toda a pesquisa foi, ao mesmo tempo, estudo conceitual e trabalho prático: conhecer e intervir estiveram juntos em todas as fases e em todos os caminhos teóricos e materiais que trilhei, e o trabalho de campo, bem como a pesquisa bibliográfica, ocorreram juntos, seja na rua com cães, seja nas palavras com cães. Ação de teoria e ação de prática (FOUCAULT, 1979), enfim, estiveram reunidos na implicação minha com os cães e com a nossa existência no mundo.

A cartografia, por fim, serviu a esta pesquisa numa medida estritamente relacional. Este é o motivo pelo qual não há, nessas reflexões, menção às particularidades dessa proposta metodológica que não influenciaram diretamente meu trabalho como pesquisadora cartógrafa no encontro com os cães e com a rua.



**outra parte**

cão malzinho  
(narrativa 2)

[autoria própria]

Li *Heichman em Jerusalém* e me decepcionei. Não havia senão uma descrição do horror.

Foi nesse livro que *Hanna Arendt* cunhou um de seus mais famosos conceitos, “a banalidade do mal”, ao acompanhar o julgamento de um oficial nazista responsável pelo envio dos judeus aos campos de concentração. No texto, nada de complexas conceituações. Só o horror entregue em casa, como a compra do supermercado, ou da casa de ração. Nada de reflexões profundas. Apenas o horror em carregamentos normais e diários, como os ônibus superlotados do horário das seis, como os frangos em caixinhas na carroceria do caminhão, como os filhotes enjaulados das feiras de doação. Doses descritivas de um normal, cotidiano e necessário absurdo. Talvez o corriqueiro, na Alemanha nazista de Heichman, fosse só o que pudesse haver. Mas, e aqui? O mal banal talvez seja o de mais inimaginável... mas, se dosado cotidianamente, em porções possíveis de digestão, então fica tudo apenas decepcionantemente comum.

## **meditações e articulações**

[Encontros e cruzamentos entre reflexões, pensamentos, concepções, conceituações, ações, sensações e afetos que moveram pesquisadora e pesquisa]

Na parte anterior foram desvelados os caminhos trilhados ao longo desta pesquisa, os quais, do início ao fim, se deram por entre encontros que proliferaram conexões de distintas ordens, âmbitos e magnitudes. Esta parte, por sua vez, apresenta e explora, em detalhes, esses caminhos e esses encontros. Ela está dividida em duas seções distintas, cada qual abrigando um artigo acadêmico já formatado para publicação. A primeira, “Conexões: pensamento em movimento” trata dos encontros entre humanos, ruas, cães e o pensamento; já a segunda, “Conexões: arte, escrita e vida em movimento”, trata dos encontros entre estes, a arte e a escrita.

Nesta primeira seção estão explicitados, em formato de artigo acadêmico já submetido para publicação, os encontros que se deram entre pensamento, sensibilidade, humanos, cães e ruas e que conectaram e movimentaram conceitos, concepções e sensações. Encontraremos, sobretudo, com o movimento: de humanos e cães a entes que extrapolam classificações; de natureza e cultura a naturezasculturas; de animalidades animais e humanidades humanas a animalidades humanas e humanidades animais; do outro que é, ao final, apenas uma versão piorada de nós ao outro que é, do início ao fim, uma outridade; de divisões que separam à classificações que podem embaralhar; do impossível do pensamento à multiplicidade do pensar; do adestramento da sensibilidade à liberação da sensação; de cães à arte. E nos movimentaremos nos encontros: daqueles que estabelecem o fim àqueles que aí justamente se iniciam.

## **quando humanos encontram cães pelo caminho: pensamento e sensação em movimento nas ruas**

*o encontro entre os entes e suas moradas*

Este artigo aposta no encontro. Encontro com o mundo, com os outros dos outros e com os tantos outros em nós. Entre humanos, animais e ruas; entre pensares, sensibilidades e sensações; entre vida, arte, movimento, deslocamentos. Encontro entre concepções e entre distintas áreas do saber a problematizá-las e potencializá-las. Encontro de humanos e animais com e nas ruas, espaço de produção de subjetividades, de relações, de sensações. Encontro dos humanos e dos animais pela arte feita na rua, que parte dela e das questões que dela emergem e que nela se afirma; arte que afirma a rua como espaço de produção de relações amorosas e de permanência; arte que também parte deles, humano e animal, e também os afirma como entes distintos que se encontram na rua e a compartilham como espaço comum, de troca, de comunicação, de existência.

O caminho que leva ao encontro se dá a partir do movimento do pensamento “sobre” humanos, animais e ruas, e “sobre” as relações que entre eles se estabelecem. Pensamento sobre os animais nas ruas e sobre os humanos nas ruas; sobre os humanos, nas ruas, com os animais das ruas e com seus próprios animais; sobre os animais das ruas com os humanos, sobre a rua dos animais e humanos e sobre a rua com humanos e animais. Pensamento sobre o humano, nas ruas, como animal; sobre os animais, nas ruas, como animais e consigo mesmos; sobre os animais em relação ao humano, nas ruas; e sobre os animais e os humanos, relativamente às ruas.

O movimento também acontece pelo esgotamento. Ao esgotar o “sobre”, o encontro é pelo pensamento “nos” animais e humanos e ruas. Nos animais nas ruas, e nos humanos com os animais nas ruas, e nos animais e humanos das ruas e nos animais nos humanos. E o “nos”, por fim, também se esgota. Pensa-se, então, “com” e “através”. Com os animais, pensa-se nas ruas, no humano e nas relações; também com eles, pensa-se nas ruas com humanos, e, através deles, nas ruas dos humanos. Com os humanos pensa-se nos animais, nas ruas e de novo nas relações e, através deles, nos animais da rua. E com e através das ruas, pensa-se nos humanos e animais. E assim pensando, tudo se embaralha. E então, pensa-se mais um pouco. Agora “para” e “pelo”, “como” e “apesar” dos humanos, dos animais e das ruas...

Esta incursão pelo pensamento e pelo esgotamento é também a aposta para “encontrar-se” com o encontro – dos outros de nós e dos outros plurais, aqueles que não são nossas costumeiras versões e que coabitam, conosco, o lugar comum que chamamos mundo; é a aposta de levar o pensamento ao limite: pensar à exaustão e em excesso, até não mais poder, até não mais ter onde ou como ou por que; é a de pensar sobre as delimitações do próprio pensamento e sobre as relações que criamos, a partir dele e delas, com o mundo; é a de pensá-las na aproximação – ou não – entre humanos, animais e ruas, e mais especificamente, entre humanos e os cães que habitam as ruas.

Adentraremos, neste artigo, a alguns movimentos do pensar e do esgotar-se que, aqui, levam a esse encontro: às diferentes perspectivas e campos conceituais que aproximam e afastam humanos, cães e rua e também aos campos sensíveis que afetam e são afetados por essas relações. A intenção é inventar um percurso que leve da exaustão desses pensares todos às sensibilidades e potências que eles podem alcançar. Percorreremos, assim, diferentes encontros, os quais nos guiam a esses movimentos de pensamento e esgotamento. O primeiro – “O encontro do mal-estar e dos confins do pensamento” – é um convite ao cansaço: ao encontro do mal-estar para com os *status* segregacionistas entre humanos, cães e ruas. Os seguintes – “O encontro de naturezas e culturas”, “Humano e animal, o encontro com o outro” e “Depois do abismo, o encontro entre possíveis” – são os caminhos escolhidos para esgotar esse cansaço (do pensamento): adentrar as discussões sobre naturezas, culturas, humano e animal e sobre classificações e ordenações dos entes, e se enveredar pelos caminhos que as distinções tomam em relação ao mundo exterior (os espaços habitáveis) e em relação àqueles que os habitam – em suma, observar como as classificações subjazem aos entes, coisas e funções. O último – “Encontro derradeiro pela multiplicidade” – é a tentativa de promover o encontro dos entes e suas moradas com outras maneiras de pensar, no desejo de que eles possam se relacionar por outros meios – neste caso, pela partilha sensível. Encontrar-se pelo sensível é encontrar os outros de nós e os muitos outros dos outros. Trilhemos, então, o caminho dos encontros.

### *o encontro do mal-estar e dos confins do pensamento*

Este movimento se dá na exaustão causada por um tipo fatigante de sensibilidade: o mal-estar que vem da percepção de que um olhar excludente e dominante rege a compreensão

e a construção das relações entre os entes; olhar este que parte de uma lógica maior que dita e estabelece os critérios de inclusão e exclusão aos quais estarão subordinados todos os viventes e suas convivências entre si e com o mundo.

O mal-estar é aquele que observa que as classificações e distinções entre os entes, em particular entre humanos e animais, servem mais à construção de relações de poder de uns sobre outros do que ao reconhecimento da singularidade e potência das diferenças entre ambos; que identifica que, mesmo dentre as divisões propostas pelos regimes de enunciação, alguns indivíduos ou classes de indivíduos possuem vantagens ou desvantagens em relação a outros, padrão este que se estabelece de acordo com parâmetros especialmente escolhidos para justificar e naturalizar tais exclusões; que percebe o utilitarismo e o egoísmo que desponta na convivência entre os entes especificamente definidos como humanos e animais de companhia; que vê, mesmo nas relações amorosas que figuram entre eles, como o condicionamento do olhar dos primeiros para os segundos dita as atitudes autoritárias e normativas daqueles sobre estes; que distingue, nessa relação, a determinação de classes bastante delimitadas de animais, os quais recebem tratamentos bem específicos e diametralmente opostos; que verifica, dentre os “animais de rua” ou “animais abandonados”, esse paradoxo intrínseco à sua classificação – o de que alguns animais são “bem mais animais” que outros; que constata, mesmo em alguns movimentos de luta pela emancipação dos animais ou por sua proteção, equívocos pungentes que acabam por aprisioná-los novamente dentro de outros parâmetros de vida ou sobrevivência. O mal-estar, enfim, é aquele que move o pensamento sobre todas essas questões, “que nos invade quando forças do ambiente e a própria consistência da nossa subjetividade formam novas combinações, promovendo diferenças de estado sensível” (ROLNIK, 2002, p. 07). É a partir do trabalho do pensamento que fazemos a travessia desses estados.

Em face do mal-estar, o desafio é o de questionar os imperativos cristalizados do pensar e as formas de compreensão das relações entre humanos, animais (em especial cães) e as ruas onde estes últimos, supostamente “abandonados”, vivem. É a partir e através dele - do mal estar - que chegamos ao limite: ao abalo de olhares pré-estabelecidos, à dúvida para com as verdades que os definem, aos embaralhamentos por essas definições. A proposta é, então, partir do limite e encontrar outro tipo de abandono: o de formas únicas e dominantes do pensar, mais especificamente o da lógica maior que delimita territórios, exclui e aloca os entes em lugares pré-definidos e diz da rua como morada impossível para animais e humanos; e o de formas paliativas de prestar socorro a esses entes das ruas - formas estas que os retiram de

situações injustas de vida para dar-lhes condições supostamente dignas em troca, contudo, de uma nova aniquilação, desta vez de sua potência de liberdade: “[...] o aniquilamento das espécies estaria em marcha, porém passaria pela organização e exploração de uma sobrevivência [...] fora de todas as normas supostas de vida própria aos animais assim exterminados na sua sobrevivência ou superpopulação mesmo” (DERRIDA, 2002, p. 52).

O desafio é o de também chegar aos confins do pensamento sobre os entes e suas moradas: é pensar até o limite num quase perder-se por “encantos exóticos de outro pensamento” (FOUCAULT, 2007, p. ix), por contatos com o humano e o animal genéricos (DERRIDA, 2002), com os humanos e animais singulares e com a nudez das ruas, por “campos de forças que nos afetam e se fazem presentes em nosso corpo sob a forma de sensações” (ROLNIK, 2006, p. 3).

É sabido que as linguagens filosóficas podem arrumar o ser de um jeito e os entes de outro [...] Será que essa questão da morada do ente não conseguiria, por seus próprios méritos, arranhar a pele desse famoso ser? Essa questão não seria suficientemente forte para obrigar-nos a uma reversão ontológica capaz de anarquizar o ser, uma reversão que [...] nos leve a pensá-lo tão somente em termos de uma diferenciação complexa, potenciando-se em todo e qualquer ente? (ORLANDI, 2004, p. 2 e 3).

O limite do pensar sobre os entes, suas distinções e moradas, é então o arranhar da pele que leva ao encontro de muitos abandonos: primeiro o dos cães, nas ruas; depois o do julgamento de valor sobre essa condição; em seguida o das cristalizações conceituais sobre os animais, os humanos e a própria rua; e, por último, o do pensamento (sobre todos eles e inclusive sobre o próprio abandono). A reversão ontológica, a anarquia do ente, é, pois, partir desses abandonos para enfrentar aquele mal-estar que se cansa em face das formas escancaradas e inauditas de assujeitamento desses entes, e que encontra, no esgotamento do pensar sobre eles, uma forma de transformar tal sensibilidade fatigante numa mais sutil, que abra, para eles e para si mesma, a ocasião de pensá-los (e proliferar tais pensamentos) de formas outras. Os movimentos seguintes, portanto, partem do mal-estar, da fadiga e da exaustão e levam ao esgotamento, aos limites e abandonos do pensamento e à abertura para outras formas de se relacionar com a sensibilidade, para além dos limites dessa experiência.

Este movimento é o de pensar as fronteiras daquilo que relaciona o humano e o não humano: o pensamento sobre o humano e suas relações entre si e com o que se chamou natureza. O encontro, neste caso, é com as diferenças, semelhanças e destinações que estão no âmago dessas noções. A ideia, aqui, não é responder à questão – *Afinal, o que separa naturezas, culturas, humanidades e animalidades?* – senão sugerir que há inúmeras respostas possíveis a depender da linha e do lugar a partir do qual se pensa, convidando, assim, ao esgotamento da presunção ocidental sobre a especialidade humana.

O legado evolucionista do pensamento acerca da natureza estabeleceu a ideia de que ela é uníssona. Nas cosmologias modernas (ocidentais) a distinção entre natureza e cultura fundou-se basicamente na ideia de que: a natureza é única e objetiva, “garantida pela universalidade [...] dos corpos e da substância” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 116). Para o pensamento ocidental, assim, há, apenas uma natureza e o que muda não é a ideia que se tem dela, mas os rumos que ela toma segundo as leis que a regem. Já para a cultura, o caminho deu-se ao revés. Ela foi concebida como possibilidade de diferença entre os grupos humanos, como “múltipla e subjetiva, gerada pela particularidade dos espíritos e significados” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 116); ou seja, como produção, como aquilo que “singulariza os seres humanos enquanto suas relações entre si e com seu meio” (NUEMBERG; ZANELLA, 2003, p. 3). Em suma, o mesmo pensamento ocidental que considerou a natureza única fez da cultura, muitas.

A partir dos trabalhos de Claude Lévi-Strauss (1982, 1989), uma nova forma de pensar a relação entre natural e social foi inaugurada, forma esta que “[...] aboliu a necessidade de uma natureza única, dada e inata versus culturas construídas pelo esforço humano” (VELDEN; BADIE, 2011, p. 16). O pensamento do antropólogo francês abriu a possibilidade de que a relação entre natureza e cultura pudesse existir de diferentes formas em diferentes sociedades e de que ela pudesse ser “tomada por suas singularidades [...] a partir do trabalho etnográfico” (VELDEN; BADIE, 2011, p. 16). Deste momento em diante, a cultura, que antes se subjazia de uma única forma ao mundo natural, passou a ser compreendida com certa autonomia sobre ele (NUEMBERG; ZANELLA, 2003).

Buscava-se, então, dar à interpretação dos fenômenos culturais outro patamar. De forma geral, principalmente a partir das contribuições darwinianas, pensava-se “a cultura como via de adaptação dos humanos na garantia e manutenção de sua sobrevivência [...] algo

subordinado ao biológico” (NUEMBERG; ZANELLA, 2003, p. 2). A partir de Lévi-Strauss, entretanto, a cultura passou a ser aquela que buscava na natureza “as categorias sobre as quais se assentaria para organizar o espectro social [...], mais a expressão [...] de valores simbólicos do que um instrumento de garantia de melhores condições de sobrevivência da espécie” (NUEMBERG; ZANELLA, 2003, p. 2 e 3). Ao invés de uma produção necessária à natureza, então, a cultura tornou-se uma espécie de organização estruturada que possuía, nela, seus homólogos. Havia, portanto, uma correlação de relações entre o social e o natural na qual a natureza tinha o papel de “mediadora [...] da ordem simbólica [...], recurso para elaborar cognitivamente a diversidade humana” (NUEMBERG; ZANELLA, 2003, p. 2 e 3). Tratava-se, pois, de “ordenar as diferenças para se chegar a uma correspondência” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 16) entre os grupos animais e humanos.

Se, por um lado, esse pensamento “desempenhou um papel-chave na sedimentação de uma nova sensibilidade cultural” (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 195), por outro lado, do ponto de vista de um entendimento social, “retomou a ideia das relações objetivas dos animais entre si em certas relações subjetivas do humano com o animal [...] gerando uma falha profunda que distribuiu correspondências sem semelhanças entre as duas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 15 e 17). Desse ponto de vista, acabou por manter, de algum modo, a separação dos domínios da natureza e da cultura. Mesmo assim, considerando-se o encontro entre concepções distintas, entre as várias separações e aproximações desses domínios, a potência do estruturalismo esteve justamente na mudança da posição a partir da qual se olhava para o binômio. A oposição que ainda se fazia era “menos como um ponto de chegada do que como um instrumento para seguir adiante” (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 196). Ela tinha um caráter, sobretudo, metodológico (VIVEIROS DE CASTRO, 1996), de instrumento de investigação de diferentes sociedades. Passou-se, então, de uma “[...] oposição real para [...] uma antinomia inerente à reflexão da humanidade sobre sua própria condição [...]; de uma universalidade objetiva, ou ontológica [...] a uma universalidade subjetiva, ou antropológica” (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 196).

O encontro promovido por essa mudança de interpretação (do mundo natural e cultural) foi com a desestabilização de noções bastante arraigadas na razão ocidental. A visão ainda era universalizante, na medida em que considerava que as correlações entre natureza e cultura, embora culturais, davam-se da mesma forma em diferentes povos. A desuniversalização dessa e de outras visões acerca do binômio ocorreu, principalmente, a partir das considerações de Eduardo Viveiros de Castro (1996, 2002), ao apontar que

diferentes sociedades não opõem natureza e cultura da mesma maneira: “Não é que as sociedades diferentes das nossas não façam nenhuma diferença entre uma ordem humana e uma ordem não humana: simplesmente a diferença não faz exatamente a mesma diferença que entre nós” (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 196). Para além de reconhecer as diferenças, Viveiros de Castro instaurou uma completa inversão destes valores na racionalidade ocidental. A noção de perspectivismo proposta por ele colocou em pé de igualdade as diferentes categorias de interpretação de ambas as sociedades, uma vez que, na primeira, as concepções de natureza e cultura foram tidas como multiculturalistas, havendo uma continuidade física – somos todos, antes de tudo, animais – e uma descontinuidade metafísica – somos únicos e diferenciados pela originalidade do pensamento reflexivo (pela cultura); e já nas segundas, essas concepções foram tidas como multinaturalistas: a cultura é que era objetiva e única e o espírito era universal para cada povo, enquanto a natureza era subjetiva e múltipla e os corpos, particulares (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). A partir desta visão, os humanos puderam deixar de ser animais por primazia e ser, antes de tudo, humanos; assim como os animais puderam ser, também eles, humanos. A diferença estaria na maneira particular com que ambos vivem sua condição natural, na “[...] forma manifesta de cada espécie [...] um mero envelope [...] a esconder uma forma interna humana” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 117).

O perspectivismo, portanto, ao inverter papéis, mostrou que distintas noções moldam as relações humanas e animais, e atribuiu a elas a mesma validade, provocando, assim como o estruturalismo, alterações profundas nas concepções ocidentais – aquelas que regem os pensamentos dominantes. Ao reestruturar e perspectivar a concretude de um mundo preestabelecido, ambos promoveram o encontro de diferentes lógicas – e de seus respectivos limites – e permitiram que a posição a partir da qual se olha para as relações entre natureza e cultura fosse largamente alterada. A partir desses dois movimentos, natureza e cultura deixaram de ser pensadas no singular: passaram a ser plurais, naturezas e culturas.

Os conceitos ocidentais de humanidade e animalidade, assim como as naturezas e as culturas, são também constantemente indagados, embaralhados e reestruturados na medida em que as relações entre os entes são destituídas de suas configurações teóricas e lançadas à sua materialidade iminente. É o que faz Tim Ingold (1995) ao sugerir que a humanidade, como condição, não se restringe ao domínio do ser humano, como espécie. Utilizar a mesma palavra – humanidade – para distingui-los tanto como espécies animais – ou seja, que possuem uma condição física de animalidade – quanto como condição moral de ser pessoa – ou seja, de ter a

condição humana – é, para ele, um erro tipicamente humano. Ser pessoa – ter linguagem, racionalidade, autoconsciência e imaginação simbólica, as condições que possibilitam o exercício da moral –, não é condição necessariamente imbricada numa classificação taxonômica única de *Homo sapiens*: ou seja, não é uma “[...] prerrogativa dos seres humanos [...]]; pode ser descrita sem pré julgar a extensão em que seres humanos biológicos ou outros animais de fato dela participam” (INGOLD, 1995, p. 10 e 13).

Ao se tratar do humano e do animal, portanto, não necessariamente tratamos da animalidade e humanidade humana – no primeiro caso – e da animalidade animal, no segundo caso. Humanidade e animalidade atravessam humano e animal; não são estados do ser, mas condições que se cruzam; podemos pensar numa “humanidade animal, para além de uma animalidade humana” (INGOLD, 1995, p. 9), por exemplo: “[...] a humanidade se apresenta como um campo contínuo de variação [...]]; toda e qualquer divisão desse campo é uma construção nossa, produto artificial de nosso pendor para a classificação e os estereótipos” (INGOLD, 1995, p. 4).

Nesse sentido, ambas podem, mais que remeter a classificações insuficientes, precisar as relações que se mantêm entre essas classes. Para Dominique Lestel (2011), por exemplo, a animalidade é determinada mais pelas relações que homem e animal estabelecem em conjunto do que pelas diferenças que os poderiam separar. Essas relações, ao serem submetidas à história do homem, “[...] fez com que a animalidade evocasse limites de caráter taxonômico que se revelam fronteiras de caráter defensivo” (LESTEL, 2001, p. 24). Essas fronteiras tornam-se problemáticas porque focalizam as diferenças e não se abrem ao horizonte comum, à animalidade como “[...] àquela dimensão do humano que este oculta, notadamente, ao desqualificar seu corpo, seus desejos e seus afetos em relação a seu espírito ou à sua racionalidade” (LESTEL, 2011, p. 37). Para o filósofo, humanos e animais se definem sempre em termos de complementaridades em constante evolução, na medida em que formam associações fundadas em interesses recíprocos e trocas mútuas, as comunidades híbridas. A animalidade, então, sempre se refere, para ele, “[...] a esse vivente com o qual o compartilhamento de afetos é possível” (LESTEL, 2011, p. 37)

Outro movimento, este já o do limite do pensamento, ou do pensamento no limite, é o do encontro com o outro: neste caso, um animal-outro. “Porque nós (ou eu) e porque eles”? são os questionamentos que impulsionam, aqui, ao abismo das distinções entre os entes, a partir do qual há a chance de repensar – e com sorte abandonar – estas posições.

O filósofo francês Jacques Derrida (2002), diante de um olhar animal sobre sua nudez e de sua vergonha para com ela e para com esse olhar, ousou perguntar-se: “Há muito tempo, pode-se dizer que o animal nos olha? Que animal? O outro” (DERRIDA, 2002, p. 15). Pensar a nudez de si e do outro, um animal-outro, e antes, o pudor dessa nudez, é debruçar-se sobre as diferenças e distinções, os “próprios do homem”:

Acredita-se geralmente que o próprio dos animais, e aquilo que os distingue em última instância do homem, é estarem nus sem o saber. Logo, o fato de não estarem nus, de não terem o saber de sua nudez, a consciência do bem e o do mal, em suma (DERRIDA, 2002, p. 17).

Olhar para o que torna o homem próprio, singular, é se deparar com as figuras históricas de propriedade – e de separação – dele em relação aos demais entes. Os animais não estão nus porque nus já o são; o homem, este sim, está nu porque se viu capaz de existir na nudez, de ter a consciência dela e, antes, de conceituá-la; só se torna homem, portanto, ao ser capaz dela (DERRIDA, 2002). É assim, através das figuras de propriedade, que o homem constrói uma maneira de se apartar dos outros entes e vincula, ao pensamento, uma determinada forma de existir. Distancia-se, pois, dos outros, os que não são homens, pela ausência e pela falta que há nos últimos, em detrimento da presença que agracia os primeiros: sobra razão, palavra, linguagem e capacidade de resposta a uns, e falta isso tudo aos outros.

É na nudez que se insere, portanto, a razão que funda as concepções dominantes de homem e animal: aquele que pensa, o singular definido “o homem”, tem a ciência de si (de sua nudez) e, portanto, existe de uma maneira única, excepcional. A todos os outros, aos que faltam, se lhes atribui uma existência sem muito sentido, ou antes, de sentido finito – e tal finitude é o sentido maior de existir do próprio homem – uma existência genérica, o “singular genérico” (DERRIDA, 2002, p.64) “o animal”.

Os homens deram-se essa palavra, o animal, concedendo-se ao mesmo tempo, para reservar-se, o direito à própria palavra, ao nome, ao verbo, ao atributo, à linguagem

de palavras, enfim, [...] tudo o que seriam os próprios do homem [...] tudo aquilo de que seriam privados os outros em questão, estes outros que foram resumidos na palavra “o animal” (DERRIDA, 2002, p. 62).

As distinções, assim, anunciam-se no antes da nomeação e nominação: no artigo que define ao passo que generaliza, e, assim, aloca. Há, então, uma diferença construída quando se diz “o” homem e “o” animal. Ao dizer do primeiro, o artigo “o” define, singulariza o homem como aquele que possui atributos únicos. Ao dizer do segundo, o mesmo artigo generaliza, engloba num mesmo substantivo comum todos os outros viventes que não homens: “Nesse conceito que serve para qualquer coisa, no vasto campo do singular genérico [...] seriam encerrados [...] todos os viventes que o homem não reconheceria como seus semelhantes” (DERRIDA, 2002, p. 64).

A divisão que se funda a partir dessa nomeação e daquela falta projetada – a da linguagem, da palavra, da razão - traz consequências na construção das relações entre os entes denominados homem e animal. Ela faz do animal uma espécie de teorema e institui a divisão entre aqueles que podem ver e aqueles que só podem ser vistos: “[...] a relação de uma humanidade preocupada com seu próprio e ciumenta de si” (DERRIDA, 2002, p. 34 ). A falta é tida por algumas escolas de pensamento como uma tristeza profunda, um luto melancólico reflexo de uma resignação muda: uma animalidade fadada à sujeição e ao mutismo de sua expressão (DERRIDA, 2002). Ela instaura e reivindica de uma só vez os próprios do homem e sua superioridade perante a vida animal. A partir daí, o assujeitamento é o caminho tristemente óbvio que se traça nessa relação, um caminho de uma violência naturalizada e naturalizante amparada por uma tentativa constante de dissimulação, ou de dissimular-se perante ela; uma “organização em escala mundial do esquecimento ou desconhecimento da crueldade dessa relação” (DERRIDA, 2002, p. 52).

Como forma de combater a radicalidade dessa violência – mas, contudo, sem tocar em sua essência mesma, qual seja, a enunciação – outra forma radical se institui: a lógica do inegável. Ela abre a possibilidade da compaixão para com os animais – e funda na história a luta por seus direitos – mediante o deslocamento da questão original da falta para a inegabilidade (e passividade) da presença: se há muito que se ausenta (razão, linguagem, palavra) há aquilo que se apresenta: a capacidade de sofrer, ou a incapacidade de não sofrer (DERRIDA, 2002). Não se trata mais, pois, do que os animais não têm ou não podem, mas do que padecem poder. Aloca-se, assim, a compaixão num novo tipo de tormento: uma “guerra a propósito da piedade” (DERRIDA, 2002, p. 57) e um utilitarismo da relação. Funda-se um comum entre homens e animais – o inegável do sofrimento – que, no entanto, afirma estes

últimos novamente como outros, porém agora munidos de uma finitude compartilhada com o homem: a chance de não poder, “a angustia da vulnerabilidade” (DERRIDA, 2002, p. 55) perante a vida – a possibilidade da morte, em suma. A compaixão, então, muda os termos da conversa, torna o animal próximo ao homem, mas não questiona os fundamentos da diferença.

[...] se essas imagens são “patéticas”, é também porque elas abrem pateticamente a imensa questão [...] do sofrimento, da piedade e da compaixão. E do lugar que é preciso dar à interpretação dessa compaixão, ao compartilhar do sofrimento entre os vivos, ao direito, à ética, à política que é preciso referir a essa experiência da compaixão. Pois o que ocorre, há dois séculos, é uma nova tribulação dessa compaixão (DERRIDA, 2002, p. 53).

Para além da tristeza mediada pela falta, há, entretanto, nesse mutismo animal que o assujeita e o violenta, “uma queixa muda, mas audível por meio dos suspiros sensíveis [...] e que propõe uma inversão na essência da natureza” (DERRIDA, 2002, p. 42): ao invés de triste porque muda, muda porque triste, ou seja, sem palavras porque assim o foi denominada e, a partir de então, triste porque fadada a não ter o quê ou como dizer – à falta. Assim, “ver-se dar seu próprio nome [e isso vale tanto aos animais como ao próprio homem] é talvez deixar-se invadir pela tristeza” (DERRIDA, 2002, p. 42).

Essa inversão é mais do que somente na essência da natureza, na sua suposta tristeza: é uma inversão na maneira de nomeá-la e de estabelecer suas relações; uma mudança na ordem do discurso que a denomina. Uma ordem de tipo semelhante àquela que define os artigos (“o” homem e “o” animal) e os pronomes (“nós” homens, “eles” animais). É por esse motivo que homem e animal estão postos, no início e ao longo deste artigo, no problema do pensar, e do pensá-los no singular e no plural, e de tantas formas – sobre nos, com, para, pelo, através, como, apesar –, e por fim, em relação consigo mesmos, um com o outro, e com suas moradas: pois todas estas relações são fundadas, em primeira e última instância, pela maneira como as enunciamos, como acreditamos nas verdades postas pelos discursos que as definem (FOUCAULT, 1998). É justamente aí que se aventura o encontro – e o abandono – do limite mais extremo: as ordens do discurso.

[...] haveria os que viram, observaram, analisaram, refletiram o animal, mas nunca se viram vistos por ele [...] ou nunca levaram esse “ser visto” em consideração [...] não tomaram em consideração o fato de que o que chamam animal pudesse olhá-los e dirigir-se a eles [...] com base numa origem completamente outra (DERRIDA, 2002, p. 32).

*depois do abismo, o encontro entre possíveis*

[...] os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo; l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas (BORGES, 2007 *apud* FOUCAULT, 2007, p. ix).

A enigmática ordenação acima é um fragmento de um conto de Jorge Luís Borges (2007) intitulado “O idioma analítico de John Wilkins”, o qual cita certa enciclopédia chinesa que enuncia uma divisão dos animais. O movimento a que nos leva a enciclopédia chinesa é também o do encontro do limite: aquele alcançado pelo embaralhamento da linguagem. Nela, o limite se encontra com o deslimite, com o impossível do pensamento: com a completa confusão das lógicas usuais de ordenação dos entes. O fragmento supracitado traz um mal estar difícil de vencer, pois que “perturba todas as familiaridades do pensamento – do nosso; daquele que tem a nossa idade e a nossa geografia –, abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensata para nós a profusão dos seres” (FOUCAULT, 2007, p. ix).

A enciclopédia incomoda porque desfaz a linearidade questionando os lugares dos entes e das coisas e, em última análise, do real. A partir de sua taxonomia, não há mais hierarquia: culturas, naturezas, humanos e animais estão juntos e aparecem lado a lado. Há, então, um fracionamento e entrelaçamento dos nomes comuns, “uma ruína da sintaxe que autoriza ‘manter juntos’ as palavras e as coisas” (FOUCAULT, 2007, p. xiii). O que acontece, a partir disso, é que “[...] a tábua de trabalho [...] que permite ao pensamento operar com os seres uma ordenação, uma repartição em classes, um agrupamento nominal pelo que são designadas suas similitudes e suas diferenças [...]” (FOUCAULT, 2007, p. xii) é suspensa: “Não são os animais fabulosos que são impossíveis, pois que são designados como tais [...] o que transgride [...] todo o pensamento possível é [...] a série alfabética [...] que liga a todas as outras cada uma dessas categorias” (FOUCAULT, 2007, p. x). Desloca-se, assim, a maneira de organizar e classificar a natureza: cria-se um lugar desajeitado onde se colocam as coisas “deitadas [...] dispostas em sítios a tal ponto diferentes que se torna impossível encontrar para elas um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um lugar comum” (FOUCAULT, 2007, p. xiii). Assim, o que se perde com o texto de Borges é a possibilidade de que exista um lugar real, para além da linguagem, em que esses entes possam se encontrar.

A enciclopédia chinesa instiga-nos porque fende o limite mais extremo possível: o da ordem do mundo. Ela fere, para além das estruturas cristalizadas de pensamento, a maneira como este acostumou-se a se estruturar (e cristalizar): a lógica, a verticalidade, a hierarquia. Mas em que medida, então, enfrentar este limite último – o qual, inevitavelmente, é acompanhado por todos os outros anteriormente aqui elucidados – serve para o repensar as relações entre humanos, cães e ruas?

[...] a discussão merece começar quando se trata de determinar o número, a forma, o sentido, a estrutura desse limite [...] quando, ao invés de se perguntar se há um limite [...] pergunta-se: o que se torna um limite quando a fronteira não forma mais somente uma linha indivisível, mas muitas linhas? (DERRIDA, 2002, p. 60).

Decidir chegar ao limite é uma aposta de que partir dele pode levar à construção de um pensamento outro, além das cristalizações. Há que se jogar no que de abissal têm os limites; nutrir-se do insondável para então repensar, a partir de um lugar desprotegido, a partir das muitas linhas divisíveis e emaranhadas de vida, a existência e coexistência dos entes e suas moradas. O limite exige que se toque nos “alicerces da problemática filosófica do animal” (DERRIDA, 2002, p. 53).

O conto de Borges ilustra bem esses alicerces: deixa claro que o que define o conceito da diferença é antes a maneira de organizá-la e os pressupostos eleitos para torná-la verificável. Ao colocar seres muito diferentes lado a lado, ele adentra ao limite do impossível, porém, quando elege, para a enciclopédia, um local originário autorizado a simbologias próprias pelo imaginário popular – a China – torna o limite possível (FOUCAULT, 2007). Ou seja, se definimos que seres fantásticos estão ao lado de cães em liberdade e que o “*et cetera*” não é mais aquele que termina uma ordenação qualquer, e se elegemos parâmetros de verificação para tal – mesmo que eles sejam “uma pátria mítica [...], uma reserva de utopias” (FOUCAULT, 2007, p. xiv), tornamos esta ordenação possível. De forma semelhante, se definimos os animais como mudos ou tristes ou subordinados a nós, e então elegemos pressupostos qualificáveis para justificá-los dessa forma, eles assim se encerram; se, por outro lado, invertemos as definições e elegemos outros parâmetros de verificação, então eles não mais serão reconhecidos na falta, no mutismo ou no assujeitamento: estarão abertos a possibilidades outras de existência. O mesmo ocorre com o pensamento: se o definimos como uma operação somente da razão, só haverá para ele esta servidão; se, contudo, o definimos como abertura à sensibilidade – que não passa pela razão lógica, mas pelo entendimento a

partir do corpo, da sensação, dos sentidos – ele então é possibilidade de agir através dela: vira muitos e sem nenhuma hierarquia.

Se, por um lado, então, a enciclopédia chinesa confunde a ordem do mundo, por outro, “[...] faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis” (FOUCAULT, 2007, p. xiii) e ensina que elas – as ordenações – não necessitam de hierarquias, senão de reconhecimento das diferenças. O que passa a ser possível, nesse caso, é a existência de “[...] uma multiplicidade heterogênea de viventes [...] e das relações de organização e não organização entre os reinos cada vez mais difíceis de dissociar nas figuras do orgânico e inorgânico, vida e/ou morte” (DERRIDA, 2002, p. 61). Trata-se, pois, de tornar os entes, muitos; de fender o estrito dos limites, não para desautorizá-los, mas para compor com eles uma proliferação de possíveis deles mesmos, os quais fragilizem as dicotomias, enfraqueçam os conceitos e façam caber neles, outros. Não é, então, emprestar aos animais as palavras que eles supostamente não têm ou destituir-lhes de suas diferenças; “[...] não se trata evidentemente de apagar tudo o que separa os humanos dos outros animais [...]; seria antes considerar uma multiplicidade de limites e estruturas heterogêneas” (DERRIDA, 2002, p. 87 e 88).

#### *arte – encontro derradeiro pela multiplicidade*

Após encontrar o cansaço originário do pensamento sobre a exclusão, o assujeitamento e a sobrevida a que os cães “de rua” são fadados; após encontrar os desafios de pensar os limites das definições, das classificações e da linguagem que perpassa humanos, cães e todos os entes; e após encontrar o limite e a estafa do próprio pensamento; há que se transformar a exaustão em algo além do niilismo: é preciso criar possibilidades para além das que já foram pensadas para a relação entre humanos e cães “de rua”. Não é mais possível que as soluções para o convívio entre eles estejam sempre condicionadas a dicotomias: ou à vida crua, marginal e desrespeitada desses animais nas ruas, ou à captura física e subjetiva dessa vida, a ser “depositada” em conglomerados de anulação, transformada em corpos trancafiados em canis públicos ou privados. A vida desses animais pede mais que o sofrimento, a piedade ou o aprisionamento.

A proposta, aqui, é a de abrir, então, outras possibilidades para a relação entre esses entes que transgridam o cansaço ante a situação dos cães e promovam o encontro entre ambos

através da multiplicidade que os constitui. Esse encontro só pode ocorrer na rua, lá onde eles disputam e traçam territórios. Entender a rua como um espaço onde viver (nela) constitui uma “*condição*, isto é, um conjunto de constrangimentos e de recursos a partir dos quais devem ser construídas as bases materiais e simbólicas da existência” (KASPER, 2006, p. 7), é o primeiro passo para poder encontrar nela o outro, aquele que não é uma versão do “si mesmo”, mas a singularidade que justamente extrapola e caracteriza a alteridade. Tomar a rua como espaço partilhado por todos esses “outros” é fundamental para aceitar e respeitar a vida que pulsa em todo ente.

Essa proposta é, assim, o movimento derradeiro deste artigo, aquele que já não se situa no cansaço dos limites, mas na potência que advém de seu esgotamento: olhar a rua como partilha e como morada; olhar os entes como reversões ontológicas de si mesmos, como pura pluralidade e diferenciação não hierarquizada; e promover o encontro entre eles, em especial entre humanos e cães “de rua”, através de uma sensibilidade menos fatigante, menos engessada e mais propícia à criação: um encontro, enfim, pela arte. Encontrar a arte como força, é, então, criar relações sensíveis e afetos com o mundo (PORO, 2011), pois “[...] a especificidade da arte enquanto modo de expressão e [...] de produção de linguagem é a invenção de *possíveis* [...]; daí o poder de contágio e de transformação da [...] ação artística” (ROLNIK, 2006, p. 2).

A arte pode, pois, promover a transição do pensamento arraigado na representação dos corpos e das existências – aquele que se cansa e se confunde, que chega ao fim de si mesmo e arrisca-se ao niilismo – para o pensamento que parte justamente desse fim e chega a novas conexões e sutilezas que chamam para a experimentação e a criação de outras apreensões do mundo. Há duas formas distintas de apreendê-lo: através da percepção e da sensação. A percepção nos permite justamente criar representações para atribuir sentido às formas por nós já percebidas; a sensação, por outro lado, nos permite apreender as coisas em sua condição de campo de forças que nos afetam (ROLNIK, 2006). A arte como encontro pela sensação ativa conexões inauditas e impensadas, propulsões de sensibilidade que nos força a outros níveis de relação com o mundo. Ela pode, em suma, afetar e promover um encontro não hierárquico entre humanos, cães e ruas.

Relacionar-se com o mundo através da arte, da sensação, é tornar o outro parte de nós mesmos: “[...] dissolvem-se [...] as figuras de sujeito e “objeto”, e com elas aquilo que separa o corpo do mundo” (ROLNIK, 2006, p.10). A vida, então, acontece para além das figuras representacionais: os entes são apenas entes e podem se encontrar e se justapor lado a lado,

como num conto chinês. Os territórios em que ela – a vida – se afirma podem ser inúmeros e perdem a obrigação de ser delimitados pela exclusão; ao contrário, passam a ser a união dos corpos aos locais onde estes decidem estar. Estes territórios passam a ser a afirmação de possibilidades de existência; são construídos no afetar e ser afetado pelo mundo e pelo outro e moldados pelas “[...] urgências indicadas pelas sensações” (ROLNIK, 2006, p.3). Afirmar a vida, nesse contexto, passa por habitar o encontro das multiplicidades.

O encontro, como potência, escapa, assim, às determinações, aos enrijecimentos e às ideias encerradas: “[...] no encontro realizo o outro e realizo a mim mesmo como (o) outro [...]; cada um de nós se torna fragmento desses encontros com o mundo” (PIRES, 2007, p. 11). Nele, realiza-se a efetivação da criação do que ainda não existe, criação esta impulsionada pela tensão que se estabelece entre as lógicas da percepção e as da sensação, na medida em que a última, por ser intransmissível por meio das representações conhecidas, impõe a urgência de formas de expressão que as incorporem na existência (ROLNIK, 2006) – ou seja, que as façam existir. É neste ponto que o pensamento e a criação atingem “o poder de interferência na realidade e de participação na orientação de seu destino, constituindo, assim, um instrumento essencial de transformação da paisagem subjetiva e objetiva” (ROLNIK, 2006, p. 3). No encontro – pela necessidade de incorporar, no mundo, as sensações originadas na experiência – é que se criam as possibilidades de transgressão das hegemonias. Nesse contexto, a arte, como provocadora de sensações, pode incitar, no seu encontro com as ruas e os humanos e cães que a habitam, a criação de novos possíveis.

A urgência de criar existências possíveis através da sensação é o que exige de nós uma posição ética perante a vida (ROLNIK, 2002, 2006). A ética, neste caso, é “antes o rigor com que se escuta e se afirma as diferenças do que um conjunto de regras tomadas como um valor em si para se chegar à verdade ou um sistema de verdades tomado como um valor universal” (ROLNIK, 2002, p. 7). As verdades criadas a partir desse rigor, assim como as regras que se adotam ao criá-las, só têm valor “tanto e quando são exigidas pelos problemas colocados pelas diferenças que nos desassossegam” (ROLNIK, 2002, p. 7). As mudanças pela arte são, portanto, éticas, porque afirmam a escuta das exigências do desassossego; a ética, no encontro de arte, cães, humanos e ruas, é a da criação de configurações existenciais ainda impensadas. Essas mudanças são também estéticas, na medida em que operam pela suspensão de qualquer relação direta entre as “[...] formas sensíveis da produção artística e as formas sensíveis através das quais os espectadores [...] se apropriam dela” (RANCIÈRE, 2012, p. 56); e políticas, ao intervir na “partilha que fazemos do universo sensível [...] e

reconfigurar os âmbitos sensíveis nos quais se definem os “objetos” comuns” (RANCIÈRE, 2012, p. 59). A estética, pois, não visa à sensibilização através da vitimização dos cães “de rua”: a arte do encontro não é aquela que quer ter o controle sobre seus efeitos nos espectadores; ao contrário, o que ela suscita é a disjunção do que já está dado pelo pensamento sobre a condição desses animais nas ruas: ela propõe, em suma, que se olhe novamente para eles, sem apriorismos de valor. A ação política que se cria a partir daí é aquela que questiona, desafia e transgride a ordem estabelecida para as concepções sobre o mundo, o outro e o eu: “[...] a política é a prática que rompe a evidencia sensível na ordem ‘natural’ que destina os indivíduos [...] a certa maneira de ser, ver e dizer [...] numa [...] distribuição do visível e do invisível, da palavra e do ruído” (RANCIÈRE, 2012, p. 60).

A potência da criação artística, então, está na abertura à possibilidade de fazer com que as sensações que a suscitaram existam também para o outro. Nesse sentido, ela não traz, necessariamente, resoluções concretas, mas produz o dissenso: “[...] a eficácia de uma desconexão [...]; não [...] o conflito de ideias ou sentimentos [...] e sim o conflito de vários regimes de sensorialidade [...]” (RANCIÈRE, 2012, p. 59). O dissenso, na rua de cães e humanos, faz com que não seja necessário um acordo entre eles, mas a aceitação e respeito mútuo de sua existência num espaço partilhado. A arte, da perspectiva desse tipo de política, torna-se capaz de, ao redesenhar o espaço comum a partir do dissenso, transformar as ordens preestabelecidas, já que “[...] os atos de subjetivação [da política] redefinem o que é visível, o que se pode dizer dele e que sujeitos são capazes de fazê-lo” (RANCIÈRE, 2012, p. 63). Assim, “[...] as novas formas de exposição do visível e de produção dos afetos [através da arte que promove encontros entre os entes] determinam capacidades novas, em ruptura com a antiga configuração do possível” (RANCIÈRE, 2012, p. 63).

Através do encontro, na rua, entre humanos, cães e arte em dissenso, faz-se possível, então, a reconfiguração, pela sensibilidade, dos *status* comuns a eles estabelecidos, quais sejam: as lógicas de subordinação de uns aos outros; de alocação de ambos em tempos e espaços que não os da rua (animais “de rua” e moradores “de rua”); de representação (as figuras do humano e do animal) e de representatividade de direitos; e de visibilidades (o visível e o invisível das ruas). Essa reconfiguração, potente por um tipo de criação e fazer artísticos que advém da sensibilidade e que passam pela ficção, não corre, assim, o risco de recair no domínio da macropolítica de denúncia ou tentativa de conscientização ou ‘politização’ – no comum cotidiano do termo (ROLNIK, 2006). A tarefa da arte, aqui, é distinta e irreduzível a essa macropolítica: uma tarefa de suspensão, de desvio, de “rasgar a

cartografia do presente ao liberar a vida em seus pontos de interrupção devolvendo-lhe a força de germinação” (ROLNIK, 2006, p. 11).

A partir do encontro pela arte, que é sempre político, não é mais possível pensar nos entes em termos de classificações fragmentárias e genéricas como natureza e cultura, humano e animal, pois “[...] não há o animal no singular genérico, separado do homem por um só limite indivisível [...]; existem ‘viventes’ cuja pluralidade não se deixa reunir numa única figura de animalidade simplesmente oposta à humanidade” (DERRIDA, 2002, p. 87). Humanos e animais, pois, existem em sua multiplicidade; são diferentes, sim, mas essa diferença não serve aos discursos que os excluem e, paradoxalmente, homogeneizam; sua existência só é vida, de fato, se justamente na diferença, no plural, no coletivo, nessa força de multidão que lhes retira as formas constituídas e reintegra suas singularidades. É necessário que se pense no plural dos animais e dos humanos; uma abolição, quiçá, de ambos como conceitos, como existências ensimesmadas e sua criação; é preciso que se pense neles como entes que, ao se encontrarem, na rua, e serem aptos a sentir e se afetar mutuamente, justamente aí se assemelham: não no sofrer, mas na existência como coletivo, sensação e sensibilidade.

**conexões:  
arte, escrita e vida em movimento**

Na seção anterior encontramos-nos com os movimentos oriundos do pensamento e da sensibilidade quando do contato com humanos, cães e ruas. Nesta seção, são apresentados, em formato de artigo acadêmico também formato para publicação, mais encontros que, a partir dos anteriores, produziram novos pensamentos, movimentos e sensações, e outras conexões: da arte à política; da estética aos afetos; da rua à partilha sensível; dos cães à escrita. Da multiplicidade da vida, enfim, à vida na multiplicidade.

**quando humanos, cães e caminhos se encontram:  
arte, afetos e palavras no movimento potente da vida nas ruas**

*do esgotamento ao encontro, da fragmentação à partilha*

Este artigo aborda algumas maneiras sensíveis pelas quais humanos e cães podem se encontrar no espaço público da rua onde transitam, se cruzam e, as vezes, habitam. Parte-se da afirmação de que há um olhar comum, dominante e arraigado para o que se costumou nomear, na sociedade ocidental, humano e animal, e de que tal olhar produz relações de sujeição e assujeitamento entre essas categorias de viventes, gerando relações de poder de uns sobre outros e produzindo atitudes autoritárias, normativas e excludentes entre eles, em especial entre humanos e cães, estes últimos, precisamente, aqueles que vivem nas ruas.

Adota-se a premissa de que é urgente esgotar as concepções, definições e classificações hegemônicas atribuídas aos viventes e levar ao limite o pensamento fragmentário da alteridade, que não serve à singularidade mas sim ao especismo, rompendo com os utilitarismos e cristalizações recorrentes na enunciação da vida e acessando, então, as potencialidades não hierarquizadas dos entes. Pra tanto, aposta-se no encontro entre cães, humanos, ruas, arte e palavras: humanos e cães relacionando-se no espaço comum da rua, ambiente de troca e partilha, território habitável e de permanência para ambos; arte como possibilidade de fazer da rua esse lugar compartilhado, de encontro não por relações de poder ou sujeição, mas pela sensibilidade e sutileza; palavras como potências que, ao habitarem a mesma rua desses entes, criam universos sensíveis que abrem, a ambos, outros possíveis, novas configurações espaciais e existenciais.

O artigo se constitui por discussões que tangem a arte e a escrita e que tocam também na política, posto que se considera que todas as três possuem, entre si, uma base comum: a partilha do sensível. A estruturação do texto segue três eixos. No primeiro, discute-se a arte e a política como formas de partilha do sensível e de encontro com afetos distintos; discute-se, também, de que maneira a arte como intervenção urbana, especificamente na forma de lambe-lambes, pode promover, na rua, o encontro profícuo e alegre entre os viventes que dela partilham; acentua-se, por sua vez, a condição comum de marginalidade dos cães e dos lambes, condição esta que torna, a ambos, muito potentes para incitar dúvidas,

estranhamentos e desconfortos, e discute-se, ainda, a escrita como outra forma potente, além da arte e da política, de partilha do sensível e de encontro dos afetos.

No segundo eixo apresenta-se, primeiramente, algumas narrativas produzidas como experimentações da prática da escrita; discute-se, ademais, como a produção dessas narrativas, disparada pelo caminhar conjunto (literal) de humanos (pesquisadores) e cães (matéria de pesquisa), na rua, funciona como o ato criativo que emerge do processo de afetação (de deixar-se afetar) vivenciado pelo pesquisador durante seu trabalho de campo, apresenta-se, em seguida, algumas experimentações produzidas com os lambe-lambes e as narrativas, juntos, no espaço público urbano.

No terceiro eixo, enfim, discute-se como os lambe-lambes e as narrativas efetivam a partilha dos afetos e alargam a experiência sensível da existência comum, na rua, de humanos e cães; discute-se, também, como essa experiência de partilha e alargamento pode se multiplicar quando transformada em propostas de trabalho para professores e alunos, e articula-se, por fim, um novo encontro: arte, política e escrita encontrando-se com humanos, cães e ruas, agora não como meios de partilha do sensível, mas como atividades da ordem dos comuns, como práticas de enunciação de todos por todos, ou seja, como experiências partilhadas, sem excepcionalidade, no universo sensível.

Em conexões múltiplas, arte, escrita, cães, humanos e ruas engendram-se em propostas de partilhas estéticas, políticas, sensíveis, poéticas, artísticas e comuns: afetos muitos que invadem e se articulam com a vida

*arte: o encontro pelo sensível e pelos afetos*

A arte é matéria para os bons encontros, aqueles que aumentam nossa potência de vida, que nos fortalecem e nos incrementam (GIACÓIA, 2015). Como modo de expressão, ela é uma “invenção de possíveis” (ROLNIK, 2006, p.2), uma força de vida que nos impulsiona a criar o que ainda não existe. Nesse contexto, práticas artísticas são todas aquelas que têm o poder de nos desestabilizar e deslocar dos lugares pressupostos. Assim, no sentido de ter a habilidade para transformar o óbvio e o imutável, estes muitas vezes anunciados como possibilidades únicas, a arte é uma aposta inequívoca para promover o encontro entre

quaisquer entes, cães e humanos por exemplo, e para dar-lhes a oportunidade de se configurarem segundo parâmetros outros, além das definições já estipuladas para ambos.

A partilha do comum promovida pela arte é o que Jacques Rancière (2005, p. 15) chamou de partilha do sensível, “[...] o sistema de evidências que revela [...] a existência de um comum [...] e que fixa sua partilha em espaços, tempos e tipos de atividades [...] e a maneira como uns e outros tomarão [seu lugar] nela”. Para o filósofo, tal partilha não diz respeito unicamente ao comum, mas antes à determinação daqueles que podem ou não tomar parte dele, de acordo com o quê exercem e como o fazem. É por isso que, para ele, essa partilha é estética, na medida em que determina o recorte dos tempos, dos espaços e das visibilidades dos cidadãos comuns, e está, ainda, no cerne da política, porque é ela – a política – que cuida do que é comum, que “[...] se ocupa das propriedades desses espaços e do que se vê, do que pode ser dito sobre o que é visto, e de quem tem competência para fazê-lo” (RANCIÈRE, 2005, p. 16). A política, na medida em que define, ou redefine, como se dará a distribuição desse comum, aproxima-se, portanto, da arte, já que esta provoca e produz transformações subjetivas e tensiona o campo do comum, daquilo que é compartilhado numa sociedade.

A política, assim como a arte, é, então, uma partilha estética do sensível. Ela é a dimensão do que pode ser visto e percebido e dos agentes que são reconhecidos para isso, mas é também a dimensão de como somos afetados por essa partilha, de como nos comportamos e que tipo de afetos produzimos no contato com o sensível que nela circula. Ou seja, a política é a dimensão de como os próprios afetos circulam. Os afetos, nesse contexto, são as “[...] afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada” (ESPINOZA, 2009, p. 50). Em outras palavras, eles são os efeitos provocados, no corpo, pelo mundo e pela estética que dita o tipo de política que o rege, e são, também, as disposições do corpo às mudanças, àquilo que pode redesenhar as experiências provocadas por esses estímulos. A política, assim, é uma questão que “[...] ultrapassa a circulação de bens e riquezas [...] é uma questão sobre como somos afetados [...] e sobre como a maneira como sentimos, vemos e percebemos determina o que causa nossa ação e julgamento” (SAFATLE, 2015).

Arte e política, por conseguinte, aproximam-se porque são práticas estéticas as quais configuram maneiras de fazer que intervêm na distribuição geral daquilo que é partilhado e que têm o poder de modificá-lo, e, assim, modificar também os afetos que circulam. Esses modos de fazer, na arte, são potentes quando a ela se aplica a eficácia de um dissenso, ou seja,

quando há “[...] a suspensão [...] e a desconexão entre as significações que podem ser lidas [nela] e os efeitos que elas podem produzir” (RANCIÈRE, 2012, p. 58). O dissenso, pois, é uma ruptura da obrigatoriedade de relação entre a produção artística e seus efeitos no espaço comum. É por meio dele que a arte, na eficácia do seu regime estético, novamente toca na política, cujo cerne é o próprio dissenso quando ela (a política) é compreendida como prática de “[...] reconfiguração da experiência comum do sensível” (RANCIÈRE, 2012, p. 63).

No contexto da circulação de afetos e da partilha do sensível que aproxima arte e política, a arte urbana, e mais propriamente a intervenção artística “de rua” – como um desdobramento contemporâneo das práticas artísticas –, se tomada não como uma aposta de consenso entre o que ela pretende e aquilo que de fato produz no espaço sensível, mas sim como um dissenso, uma desconexão que pode embaralhar e transformar os regimes de visibilidade, produz oportunidades bastante singulares de encontros potentes entre ruas, humanos e os cães que lá habitam. É ela, a arte de rua, aquela “[...] capaz de provocar e produzir transformações [...] num mundo marcado pela desterritorialização, pela desertificação e pelo empobrecimento tanto dos territórios geográficos como dos existenciais” (GORCZEVSKI, 2015, p. 10). Arte e política, estética e afetos, humanos e cães, têm, pois, muito a partilhar e configurar no espaço comum da rua, lá onde eles se encontram, se definem e são definidos.

#### *arte: intervenção e marginalidade, na rua*

A arte, quando pensada pelo dissenso, é potente justamente porque não se obriga a nenhuma correlação com a expectativa, podendo produzir efeitos desconhecidos que vão muito além, por exemplo, de ações informativas, especulativas ou conscientizadoras. A arte em dissenso, na rua, pode lançá-la como território fluido, de passagem, móvel sem ter de ser estéril. Como tal, a arte de rua pode estar e ser movimento, deslocar-se e produzir deslocamentos, habitar as ruas e seu nomadismo, assim como cães e humanos. Pode, a partir deles e dessa condição nômade, criar rastros de sensações que os abram a outros possíveis. É pela sensação gerada no contato com a arte – ao contrário do que acontece no contato com a percepção, que nos leva a criar representações para as formas que reconhecemos no mundo –

que apreendemos as formas em sua condição não representacional, de campo de forças que nos afetam (ROLNIK, 2006).

O movimento de encontrar a arte pelos afetos que modulam o campo sensível e de fazê-la promover o encontro entre cães e humanos na rua onde esses afetos circulam, é derradeiro: não apenas porque nos faz abandonar os limites da percepção em direção à sensação – e com isso, conseqüentemente, força-nos a abandonar qualquer caráter representacional que pudesse nos capturar em ações de teor moralista sobre as condições dos cães nas ruas, por exemplo –, mas porque nos permite experimentar, ao estar na rua juntamente com cães e humanos, uma materialidade que “[...] imprime ao movimento ritmos disparatados” (GODOY, 2013, p. 2). É nesse disparate, no terreno movediço da rua, que cães e humanos podem se encontrar desprovidos – os segundos – de discursos moralizantes e que a potência dessa relação pode se instaurar em sua faceta mais desconcertante, anárquica e mobilizadora, pois “[...] a rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa” (JOÃO DO RIO, 1995, p. 6).

Se a rua é, muito além de espaço geográfico, “[...] entidade moral, esfera de ação social, província ética [...], domínio cultural [...] capaz de despertar emoções [...]” (DAMATTA, 1997, p. 15); se é nela que “[...] experimenta-se, sobretudo, uma estranha movência nas coisas” (GODOY, 2013, p. 2); e se é lá que nos encontramos com o outro e temos a chance de produzir enfrentamentos, é somente na rua que surgirão outras “[...] práticas [...] do Mesmo e do Outro” (FOUCAULT, 2007, p. ix) e novos olhares para os cães – para além do abandono e da invisibilidade, da falta ou da tristeza (DERRIDA, 2002) – e para a rua – talvez como um espaço possível do “processo de habitar” (KASPER, 2006, p. 25).

Mas é na rua | em movimento [...] em meio aos mais violentos enfrentamentos e aos mais suaves e delicados encontros, que somos arrancados de nós mesmos e nos tornamos outra coisa [...] e as pequenas permanências que surgem [...] são o suficiente para que fabulemos uma outra terra desde um outro corpo que não o habitual (GODOY, 2013, p. 2).

Estar na rua é lidar com a efemeridade da movência que lhe é inerente. Tudo o que na rua se faz nela mesma se desfaz: essa é a beleza das conexões que ela cria. As ações que se inscrevem na rua são passageiras e sua potência está justamente em produzir “[...] espaços de encantamento, suspensão e desvios [...] que fazem com que o sutil, o efêmero, apareça em gotas na cidade acelerada” (PORO, 2011, p. 7). É isso que move uma arte de rua: ser interventiva. As intervenções urbanas atuam “[...] no âmbito do enunciável – o sensível

partilhado pela cidade, [...] são gestos ordinários que circulam anonimamente e [...] em uma frequência menor – bem abaixo da estridência da mídia, um pouco acima do rumor indistinto da cidade” (PORO, 2011, p. 33).

A partilha do sensível na rua é, então, de afirmação: afirmar a existência dos entes nelas, através de intervenções que cavem intervalos no pensar, que situem humanos e cães num mesmo horizonte de rua e de vida, que os façam se encontrar e se olhar cara-a-cara. Se a rua “[...] nasce, como o humano, do soluço, do espasmo” (JOÃO DO RIO, 1995, p. 4), intervirmos no senso comum sobre o que sai e o que entra nela talvez seja criar, no cotidiano apressado, em suas bordas e margens, murmúrios que possam se utilizar das mesmas ordens que ditam a exclusão – as palavras – para dizer da permanência: utilizar o discurso “[...] dos poetas ou profetas, em situação de poesia ou profecia, que confessam tomar para si a destinação que o animal lhes endereça” (DERRIDA, 2002, p. 34). Uma palavra que parta do seu fim, do seu resto, daquilo que, enfim, assemelha humanos e cães nas ruas: os rastros deixados pela vida neles.

Intervirmos na rua, então, pode ser lambê-la: espalhar nela rastros de palavras que digam – pelas frestas, pelo entremeio daquilo que elas já não são – não sobre o humano e o cão, suas relações de subordinação, a piedade de uns em relação aos outros, mas da potência de ser cão e ser humano e estar na rua, daquilo que os singulariza enquanto entes de “[...] existência rebelde a todo conceito” (DERRIDA, 2002, p. 26). Lamber a rua, colocar nelas palavras e também imagens impressos em papel jornal, em lambe-lambes a proliferar pelo cotidiano urbano fazendo-se valer para cães e humanos e ruas e para a matéria mesma que os incorpora no espaço, é trazer a dimensão da marginalidade dos cães – em qualquer estado – e até do humano – se em estado de permanência –, dimensão esta também da própria prática que os insere na rua, qual seja, a marginalidade dos lambes.

Partilhar o sensível, neste caso, é partilhar a estética de uma arte marginal num local onde quase nada pode permanecer por muito tempo – nem mesmo a vida; é partilhar o ato artístico, o dissenso e os afetos através de uma criação que produz vislumbres, feixes de fulguração, momentâneos e breves. Sua potência está justamente nisso: na efemeridade e na descontinuidade entre suas formas sensíveis de produção e apropriação (RANCIÈRE, 2012). As artimanhas, as estratégias para mudar os referenciais do visível e “[...] promover as rupturas intencionais na percepção e na dinâmica dos afetos” (RANCIÈRE, 2012, p. 64) são lançadas, então, pela ficção: é somente o trabalho da ficção aquele que pode trazer as problematizações necessárias para dar a ver a potência da relação entre humanos, cães e ruas,

sem produzir, com elas, discursos moralistas e catequizantes, pois que “[...] ficção [...] é o trabalho que realiza dissensos [...] que muda quadros, escalas ou ritmos, construindo relações novas entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e sua significação” (RANCIÈRE, 2012, p. 64).

À altura do nomadismo e do dissenso, rastros de cães em palavras e fotografias em lambe-lambes podem produzir sensações potentes pela desconexão rizomática (DELEUZE; GUATTARRI, 2011), em que as forças não se relacionam de forma hierárquica nem homogeneizante ou encaminhadora de sentidos predefinidos, mas sim numa multiplicidade de conexões possíveis, de entrelaçamentos multidirecionais e múltiplos de diversas ordens. Encontro de ruas, humanos e cães, os “lambes rizomáticos” podem despertar rupturas a partir de pequenas ações, intervenções no cotidiano das cidades. Tais ações, de forma dissensual, podem ativar conexões impensadas que se desfazem e refazem em quaisquer direções, as quais, em relação íntima com a vida, com o mundo e com o estar vivo e engajado no mundo, podem produzir inúmeros possíveis para eles – todos em relação. Há, certamente, a intencionalidade da ficção, da problematização daquilo que incomoda e pede passagem através da criação, mas há também, ao mesmo tempo, as linhas de indeterminação e fuga pelas quais os sentidos estão sempre abertos a reconfigurações ilimitadas de pensamento e sensibilidade.

A arte (a)firma, no encontro, muitas existências. Na rua, afirma a possibilidade de permanência e convivência de entes diferentes e em conexão, em fluxo, em movimento: afirma uma rua onde se pode habitar e fazer circular, nesse espaço do comum, os afetos que modificam a experiência sensível desses entes. Habitar a rua é habitar uma nova política dos afetos, é habitar o encontro, existir na transitoriedade, experimentar a possibilidade de não estar só: é ser multidão, existir de outros modos e, ainda assim, coexistir no espaço comum, no entre dos tantos mundos que partem de tantas experiências. Lamber a rua é como criar porosidades no concreto de uma existência comum, “[...] deslocamentos mínimos e sutis, vestígios no limiar entre o ver e o não ver” (PORO, 2011, p. 33).

Há outro meio potente capaz de produzir bons encontros entre humanos, cães e ruas: a escrita. Ao ser parte das práticas do humano, ela também se aproxima, assim como a arte, da política e da estética, pois que é “[...] um novo experimento político do sensível, uma nova maneira que a política tem de fazer-se sentida e de afetar [...]” (RANCIÈRE, 2004, p.13, tradução nossa)<sup>2</sup>. Desse modo, é também através da escrita que o comum, o visível e aqueles autorizados à partilha sensível são enunciados. Tomá-la como força de encontro é apostar nela como potência de reconfiguração dessa partilha e como experiência de afecção e de ficção. A ficção, também nesse caso, é aquela que produz dissensos, que não se presta à mera representação nem cria mundos imaginários opostos ao real.

Escrever, nesse caso, é produzir o alargamento da partilha do sensível e a circulação de afetos distintos entre os entes, pelo trabalho da ficção que realiza dissensos. Circular afetos entre cães e humanos só pode acontecer no concreto, lá onde eles se encontram: na rua, seu local comum, o espaço que partilham. Produzir dissensos na escrita – e assim criar outras oportunidades à partilha estética e política desses entes –, é, por sua vez, escrever *com* eles, e não *sobre* eles. É nesse sentido que as palavras escritas durante o encontro de humanos e cães, na rua (no trabalho de campo), podem se constituir como potências que ultrapassam a representação, descrição ou interpretação dos cães pelos humanos: podem ser aberturas para a criação que acontece a partir da afecção mútua entre eles.

Escrever, no campo, é um ato sempre ligado à concretude da experiência do pesquisador e da matéria (“objeto”) da pesquisa; em outras palavras, é ato intrínseco à prática de estar em movimento e de embalar o pensamento, a sensibilidade e as sensações nessa constante movência em que estão pesquisador e sua matéria; é, em suma, um fazer que mobiliza, ao mesmo tempo, os elementos e acontecimentos do campo, mas que também abre espaço para atravessamentos outros, conceituais, metodológicos e provenientes de tempos para além do instante em que o campo acontece. Tudo isso, todas essas motivações, numa escrita de campo que pretende acontecer *com* ele, que propõe modificar a experiência sensível, somam-se. É nesse contexto que a escrita narrativa pode se configurar como essa potência de encontro, já que as narrativas supõem “[...] selecionar [...] para, em seguida, montar [...] uma composição” (URIARTE, 2013, p.131). Por ser um tipo de escrita que

---

<sup>2</sup>No original, leia-se: “[...] a new political experiment of the sensory, a new way politics has of making itself felt and of affecting [...]” (RANCIÈRE, 2004, p.13).

permite compor-se em diferentes tons e de modos diversos entre conceitos, práticas, experiências, reflexões, intuições e poéticas, e por estar geralmente associada “[...] a uma prática espacial, ao movimento, [...] ao simples andar pela cidade” (JACQUES, 2013, p.14), a escrita narrativa pode criar oportunidades de produção e circulação de afetos e partilhas no seu encontro com humanos e cães.

A narrativização das práticas “[...] é uma maneira de fazer textual [que] cria um espaço de ficção” (CERTEAU, 1990, p. 153), e é justamente ela – a ficção – que produz os dissensos e, assim, partilha os desvios capazes de desordenar e rearranjar a experiência sensível. Ela distribui os afetos produzidos no encontro entre humanos, cães e ruas no (trabalho de) campo onde fazeres e pensares são, ambos, práticas de vida. Ser afetado pelo campo – pela matéria da pesquisa, pelo território onde ela acontece, pelas relações que se estabelecem – é uma experiência de habitar um lugar desconhecido, de permitir-se tomar pelas intensidades singulares desse habitar e de ser habitado por esse lugar (FAVRET-SAADA, 2005; NETO, 2012). A escrita, partindo dos afetos, subtrai, dela mesma, a necessidade de ser única e fiel a uma ideia de “real”. Ela passa a ser múltipla, a incorporar-se à singularidade dos entes *com* os quais fala. Ao fazê-lo, abre-se àquilo que pulsa nesses entes, à sua potência imanente, e se transforma, pois, numa escrita que também é rizomática, “[...] uma escrita a n-1” (DELEUZE; GUATARRI, 2011, p. 13).

Nesse processo de abertura, a escrita narrativa passa a ser o ato inventivo através do qual aqueles destinados ao visível e invisível, ao dizível e indizível, à territorialização e desterritorialização são embaralhados, confundidos e despossuídos de suas determinações. A partir daí, os territórios artificiais dos entes – aqueles demarcados não por eles, mas pelo regime sensível que os encarcera – podem ser redefinidos e partilhados através de lógicas outras que não a da exclusão ou hierarquização especista. É assim que a narrativa dá a ver outro tipo de território, definido pelo alcance espacial e pela constância temporal das características que definem as assinaturas dos entes no espaço: um território existencial, o qual “[...] não é um meio, [...] mas um ato [expressivo] que afeta os meios [...], que os territorializa [...]” (DELEUZE; GUATARRI, 2011).

Apostando que narrar inventivamente pode produzir efeitos que desconcertam certas maneiras de ser, ver e dizer e abrem-nas a outras possíveis; que essas invenções podem permear todas as atividades humanas e podem ser criadas, inclusive, a partir do encontro entre pesquisador e matéria de pesquisa, em campo; e que esses possíveis que as narrativas produzem podem constituir-se, quando da pesquisa com cães que vivem nas ruas, em uma nova forma de conceber e partilhar a rua entre os entes – qual seja, como um local onde se possa habitar –, apresenta-se a seguir três narrativas<sup>3</sup> (Narrativas A, B e C; e Figuras 10 e 11) produzidas durante o encontro (trabalho de campo) com cães de rua. Pesquisadores, matéria de pesquisa, espaço onde ela acontece e conceitos, reflexões, sensações e afetos são mobilizados numa escrita que não nega nem afirma fatos, histórias ou estórias, mas que, pelo próprio ato de narrar, já os ficciona e produz o dissenso que quebra suas correspondências com o real e provoca reconfigurações espaciais, temporais e existenciais.

**Narrativa A: (De)certo, cão**

[autoria própria]

Um cão acuado por entre os carros mostra os dentes. Será? Um cão magrelo, outrora impedido de circular no espaço privado, cão estrangeiro, sem cartão de morador, sem vaga na garagem ou cadastro de digitais, agora entrou por debaixo da cancela num descuido do portão e foi descoberto: não pode mais circular pelo estacionamento e, interceptado por entre os carros, mostra os dentes. Será? Um cão acoitado mostra ser cão; corre por entre os carros e, perseguido, mostra os dentes. Será? Um pobre coitado cão que rascunhou minha porta em busca de alimento fácil, que ganhou água e comida por alguns dias, que circulou livremente antes de ser coibido por entre carros; cão solto que atrapalhou o passeio dos cães de coleira, que avançou na sacola de comida da senhora que atravessava o estacionamento, que sacudiu suas pulgas por toda a grama do jardim; cão indolente que infringiu as regras do estatuto do condomínio, elas que afinal só servem para cães de dentes escondidos e às quais o cão que sorriu seus afiados dentes não se sujeitou; cão desajustado que acabou cercado debaixo do carro no estacionamento e mostrou não precisar de digitais de identificação: mostrou os dentes e virou cão. Será? Um senhor sobre patas e quatro senhores sob paus e correntes e os dentes rangendo, uns de medo e outros de provocação. Quais? O cão que lambeu os dentes e os humanos de dentes arreganhados disputaram as regras, a fome, o tempo, a territorialização. O que competiam os senhores a duas patas circundando os carros do estacionamento, em busca dos ossos de um parco cão? Polícia e ladrão a brincar de medir armas e o cão cerrou os dentes, mas não se entregou sem hesitação. O dócil rascunhador de portas e feroz rangedor de nãos, o abusado atrapalhador de passeios de senhoras correu indomado e saiu pelo portão como entrou: sem credenciais e digno de seu corpo atingido de paus e pedras e fome e insuborninação. Cão senhor de seus dentes e de sua expressão. E quem, ao final, pormenorizou sua condição, sorriu os dentes, e saiu vão?

---

<sup>3</sup> As narrativas foram produzidas como parte da pesquisa de mestrado intitulada “Nome do trabalho”. A pesquisa é de autoria de “Autor” e esteve vinculada ao programa “Nome do programa”. O link para a dissertação completa ainda não está disponível.

## Narrativa B: O cão do 275

[autoria própria]

Figura 10 – Ducentésimo Septuagésimo quinto, cão primeiro



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Michele Fernandes Gonçalves

Rastros. O cão que dormiu em frente ao número 275 vagou ao sol e deixou rastros. Numa manhã pós-carnaval, ele fez festa em meio ao lixo da rua ao lado e demarcou cada pedacinho de papel no chão e cada árvore que encontrou ao longo de seu caminho. Ofegante ele vagava, como um folião após uma boa noite, por não sei quanto tempo até nos encontrarmos. Juntos, vagamos por quinze minutos, ele delimitando meus passos, sua falta de raça lhe garantindo pelos longos e desuniformes, corpo achatado e esticado, patas curtas e rabo grande. Os *dreds*, imensos, não foram suficientes para impor respeito perante o conglomerado de cães “de casa” pelos quais passamos, eu mais assustada que ele. Havia quatro cães que ditavam os latidos daquela parte da rua; cada qual em frente ao seu portão, eles descansavam à sua sombra, mas não deixavam de logo afugentar os forasteiros, o quinto cão e seu humano a habitar, por segundos, aquele espaço já territorializado. O ducentésimo septuagésimo quinto cão passou depressa, não ousou deitar-se naquele território já traçado e nem lá deixou mais que passos no asfalto. Não era local que ele pudesse marcar: seus rastros, naquele momento, eram apenas a pressa de gotejar urina mais em frente, como por todas as outras ruas anteriormente percorridas, aquelas desabitadas que estavam de um trânsito qualquer de cães. O cão agora deleitava seu descanso. Em frente ao portão 275 ele reinava, absoluto e obsoleto, seus traços como que compondo a paisagem de um tipo de selvageria, um portão de pintura devedora ao tempo, uma calçada pedregulhada de outros carnavais, habitada que estava por mais outras vidas, pequenas criaturas musgolentas que, ao contrário do conglomerado canino de poucos antes, permitiam ali a permanência de mais um ser, um ser-cão que sobre os musgos frescos se deitou, numa manhã quente de pós-libertação. Uma rua sem saída e sem grama aparada, um córrego não esquecido perpetuando o cheiro do cão e a sombra de sua mata de lianas por entre as casas ao seu redor, sombra de espinhos que deu ao portão 275 um sono de cão, um descansar de pelos emaranhados e também eles demarcados, pelo sangue sugado de parasitas, pelo odor de um corpo que há muito se sabe corpo, sem perfume e sem espuma. Uma ausência de saída a quatro rodas, uma rua sem entrada num fim de movimento, um cruzamento no começo da rua sem fim fazia o contraponto ao sono do cão, um ruído intenso de carros acelerados descendo a ladeira de um córrego-cão, cruzando com fervor a vitória da sombra de lianas sobre o calor do asfalto de carnaval, subindo o cruzamento da rua 275 sem arrependimento, carros desarrependidos de largar, à sua poeira, a tranquilidade do sono do cão. Ele lá, impassível ao urbanismo da cidade, apenas lá, o cão do limo 275. Um sono de trinta minutos e um encontro findado, com o ducentésimo septuagésimo quinto, o primeiro cão.

**Narrativa C: Lobocão**  
[autoria própria”]

Figura 11– Cão de caça



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Michele Fernandes Gonçalves

Um lobo-descendente e um grande pedaço de carne.  
Uma rua movimentada e sacolas de lixo reviradas.  
Um cão de caça.

O foco das problematizações propostas por essas três narrativas são os processos pelos quais humanos e cães territorializam sua existência nas ruas e os rastros que conferem, a esse território demarcado por eles, a expressividade dessa territorialização. Assim é que o cheiro da urina, o ranger dos dentes, o sono e a altura dos latidos dos cães – expressividades que definem, nas ruas onde eles habitam, seu território existencial (DELEUZE; GUATTARRI, 2012) – e o cheiro do córrego, o calor do asfalto, a poeira e o som dos automóveis e o sorriso dos homens – expressividades que, por sua vez, também definem, nas mesmas ruas, o território existencial humano –, ao serem sublinhados nas narrativas, fazem funcionar o conceito de território existencial, formulado por Deleuze e Guattarri (2012), de uma maneira aberta e própria, na qual outras intervenções – outros conceitos ou outras expressividades que possam defini-los, mas também outras manifestações de ordens distintas da do pensamento conceitual, por exemplo, advindas das sensações e sensibilidades – também encontram espaço para funcionar, também podem tomar parte na ordenação comum em que lhes é permitido serem vistas e legitimadas. Os afetos que circulam, nesse caso, não são resultado dos engendramentos das forças opressoras que destinam as coisas aos seus devidos lugares, mas

uma profusão advinda justamente daquelas que bagunçam as existências ensimesmadas e libertam sua potência de agir.

As narrativas aqui apresentadas, enfim, são uma aposta para ficcionar e criar *a partir e com* o real. Elas ficcionam rastros e territórios, mas são, ao mesmo tempo, os próprios rastros e des-territórios. Elas não só exteriorizam o processo de afecção, contaminação e elaboração da experiência do encontro dos pesquisadores com o campo de pesquisa – com os cães, com o espaço físico, com os elementos lá existentes, com a bagagem conceitual, metodológica e sensível e com as relações traçadas no encontro entre todos – como também possibilitam que essa experiência seja retomada e reelaborada, agora a partir do leitor, aquele, que não foi a campo, mas que, ainda assim, pode se encontrar com os cães. Por conter elementos que problematizam, de maneira dissensual, o contexto, a condição, as definições desses cães nas ruas, bem como as relações entre eles e os humanos que lá também circulam, elas são capazes de formular e reformular questões, territorializar e desterritorializar humanos, cães e leitores, abrindo às múltiplas convivências que se instauram, possibilidades talvez inexploradas. É assim que as narrativas são potentes para fazer pensar, mas também para adentrar às sensações e aos afetos. Porque olham para a vida que é vivida enquanto são escritas, elas capturam instantes dessa vida, durações atemporais que escapam à representação, e as ficcionam, ficcionando também a si mesmas, desestabilizando as ordenações dominantes do universo sensível comumente partilhado entre esses entes, lançando-os para espaços desabitados de significados e possibilitando inúmeras outras significações. Ao partilhar a vida vivida, vida rebelde a qualquer destinação que não seja ela mesma em sua ânsia de ser, as narrativas ampliam a experiência sensível do mundo.

### *lambidas pelas ruas de humanos e cães*

Apostando que as narrativas de cães são capazes de abrir possibilidades de reconfiguração da experiência sensível; que a arte também é capaz dessa reconfiguração e, na rua, é potente quando conjuga, com ela, de sua mesma movência; que os lambe-lambes são essa forma movente e potente de fazer arte na rua; que espalhá-los pela cidade acelerada é uma forma de criar espaços de respiro e de propor um tempo outro no cotidiano apressado das ruas; que esse tempo desviado instaurado pelos lambes é uma oportunidade para adentrar às

sensações por eles provocadas e para, a partir delas, produzir afetos diversos daqueles que comandam o dia-a-dia sufocado pelo trânsito, pelo barulho e pelas imposições sociais; que esses afetos distintos podem contagiar o movimento dos corpos e os olhares, por vezes banalizados, para aqueles outros corpos que também se movimentam no espaço compartilhado da rua; que esses olhares, ao voltarem-se para os cães que habitam essas ruas, podem concebê-los como potências vivas a ocupar um local que também lhes diz respeito; que essa vitalidade dos cães, desvelada na rua, é a expressividade necessária para que esses animais passem a ser vistos como pertencentes a esses espaços; e que, por tudo isso, lambes e narrativas podem se juntar, na rua, para criar embaralhamentos, apresenta-se, a seguir, algumas experimentações em lambe-lambes<sup>4</sup> (Figuras 12, 13 e 14) que foram espalhadas pela cidade de Sorocaba, no interior do estado de São Paulo. Os lambes foram produzidos a partir de fotografias de cães que vivem nas ruas e de trechos das narrativas criadas no encontro (trabalho de campo) entre humanos (pesquisadores) e esses cães.

Os lambes tiveram a intenção de trazer os cães “de rua” de volta à rua, agora na altura dos olhos daqueles que por elas passam apressados; trazê-los da rua para a rua, mas de forma diferente, não como entes abandonados, amedrontados ou alheios à cidade, mas como “outridades significantes” (HADAWAY, 2003), existências singulares a partilhar, em igual condição, o mesmo espaço dos humanos.

Figura 12 – Experimentação em lambe



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, nota 2, p. 10.

Figura 13– Experimentação em lambe



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 14– Experimentação em lambe



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Inserir, na rua, palavras em pedaços, trechos de textos produzidos no encontro entre humanos e cães, trouxe ambos de volta à rua por vias outras que não a da imagem fidedigna deles. Os restos de palavras, nas ruas tão excedidas de informações, orientações e deliberações, partilham o sensível pela pausa, pela desconexão, pelo suspiro de poéticas e políticas menos óbvias e hierárquicas. Nesse sentido, narrar os cães em lambes espalhados pela cidade é ficcioná-los, é abrir a eles outros possíveis, firmando-os na rua e afirmando uma rua onde seja possível habitar.

A partilha do sensível é o sistema de evidências que revela o que é comum, e, ao fazê-lo, também determina aquilo que não é partilhado, ou seja, o que é exclusivo. De uma parte, ela comporta dois lados: tem seu cerne na estética – pois que delimita e posiciona espaços, atores e palavras – e constitui a base da política – já que esta cuida daquilo que é comum. Na base da política, por conseguinte, também estão os afetos, porque é a partir de nossa afecção, ou seja, da maneira como sentimos os estímulos do mundo, que se define nossa ação e nosso julgamento sobre ele. Em suma, é a partir dos afetos que definimos nossa atividade política, e, portanto, o sensível a ser partilhado.

De outra parte, a partilha do sensível também está na base tanto da arte quanto da escrita, porque ambas são dispositivos que atuam no comum. Assim, a política enuncia e cuida da partilha; a arte e a escrita participam ativamente dessa enunciação, concretizando-a; e os afetos são aqueles que ativam e definem o comum e o exclusivo a ser anunciado. É dessa forma que a partilha do sensível é também a partilha dos afetos, e que política, arte e escrita tornam-se práticas humanas que agem nela e que por ela são agidos, que têm a capacidade de configurá-la e de reconfigurá-la, que proliferam os afetos que nela circulam e que organizam, a partir deles, a distribuição do comum – na medida em que são os afetos que estabelecem os espaços que serão partilhados e aqueles que serão exclusivos, os dizeres que serão autorizados e aqueles que serão inauditos, os entes que serão visíveis ou invisíveis e quais deles terão acesso a esses dizeres e a esses espaços, enfim, quais corpos tomarão parte do mundo comum.

A política, então, torna-se força de afirmação da existência, uma vez que “[...] rompe a evidência sensível da ordem natural que destina os indivíduos e os grupos ao comando ou à obediência, à vida pública ou privada” (RANCIÈRE, 2012, p. 60). É ela, conquanto seja, talvez, a única capaz de desestabilizar as ordens pré-estabelecidas e de reconfigurá-las, aquela que produz a possibilidade de recuperação da diferença potente entre os entes, aquela que garante suas singularidades em suas especificidades e que os reposiciona na ocupação de espaços físicos e conceituais. Se os afetos definem o comum partilhado, reconfigurá-los passa, necessariamente, por produzir novos afetos que possam reanimar as existências paulatinamente apagadas no decorrer dos processos autoritários de definição de como e quais entes serão vistos. Se a política é, em última análise, um circuito de quais afetos serão visíveis e perceptíveis (SAFATLE, 2015); se ela intervém na nossa partilha do mundo e reconfigura “[...] os âmbitos sensíveis nos quais se definem os ‘objetos comuns’” (RANCIÈRE, 2012, p.

59); é somente através dela que podemos promover esses outros afetos, os quais de fato proporcionem bons encontros entre os entes, encontros em que sua potência seja ativada e não resignada e em que novas formas de configuração dos corpos sejam possíveis.

Nesse contexto, a arte de rua – especificamente em forma de lambe-lambes – e a escrita – especificamente a narrativa – são potentes porque atuam, quando de seu encontro entre si e com humanos e cães, na rua, justamente na disputa pelas visibilidades e na afirmação de modos plurais de existir, ampliando as enunciações e as “permissões” sobre os espaços e as relações entre os entes. Produzir embaralhamentos e alterações nesses espaços onde ocorrem as designações do visível e do invisível e as circulações de afetos proporciona o alargamento da experiência sensível de partilha e faz ver todos os corpos ocultos sob uma ideia dada de comum e todos os afetos intencionalmente vinculados a essa ideia.

É como fonte de produção de embaralhamentos e de alargamentos da partilha sensível entre os entes que funcionaram tanto os lambe-lambes quanto as narrativas aqui apresentados. Eles multiplicaram a partilha: de um lado, as narrativas efetivaram a experiência do comum, tanto ao ficcionarem e produzirem dissensos no encontro entre pesquisadores, campo e matéria de pesquisa, quanto ao serem lançadas à leitura de outrem, e, nesse caso, partilharem o comum, pela escrita impressa nos lambes, entre cães, ruas e leitor; de outro lado, os lambes também efetivaram a partilha sensível entre os entes todos (pesquisadores, cães, e transeuntes da rua), tanto pelas narrativas que continham, quanto pelas fotografias e por si mesmos, pela sua potência como lambes. Ao desvelarem – pelas palavras deslocadas e pelas fotografias, também deslocadas de um olhar de compadecimento – justamente uma rua comum a entes distintos, uma rua multiespécies, e ao afirmarem-na como local em que se possa habitar, os lambes frisaram existências plurais, deram a ver uma nova rua, por onde caminham e se encontram humanos, cães e muitos outros entes.

Essa experiência de multiplicação da partilha do comum poderia, ainda, ir mais além: não só se permitir à e(ree)laboração por pesquisadores no encontro com suas matérias de pesquisa, ou à re(e)laboração a partir do leitor, no caso das narrativas, ou a partir daquele que olha, no caso dos lambes, mas permitir-se também à multiplicação de sua prática como ação, na implicação direta de muitos mais humanos a se encontrar, intencionalmente, com os cães das ruas (ou seja, não o encontro casual dos transeuntes, mas um encontro forçado, intencional). Nesse caso, a multiplicação dar-se-ia pela propagação da experiência de pesquisa, não tão somente do pesquisador, mas do pesquisador-educador: a volta ao campo,

não mais para o encontro entre pesquisadores e cães, mas agora entre alunos, educadores e cães, ao trabalhar com a temática dos cães moradores das ruas.

\*\*

Como discutido até aqui, política, arte e escrita aproximam-se na medida em que, no cerne de todas elas, está a partilha do sensível. Foi esta a aposta presente nas práticas de pesquisa e nas reflexões e discussões apresentadas neste artigo. Há, entretanto, outra perspectiva com a qual se poderia pensar as intersecções entre elas (política, arte e escrita): a das práticas comuns do humano. Essa não foi perspectiva das práticas aqui apresentadas, mas será explorada rapidamente a partir de agora, como sugestão reflexiva.

No caso de pensá-las (política, arte e escrita) do ponto de vista de práticas comuns do humano, elas não se aproximariam porque têm, como base, a partilha do sensível, mas porque o sensível partilhado entre elas seria justamente o fato de todas se constituírem como atividades da ordem do comum. Arte, política e escrita, nesse caso, poderiam ser pensadas como práticas humanas de enunciação de todos, como experiências partilhadas no universo sensível, ou seja, como não excepcionais nem na sua produção nem na sua distribuição, o que as aproximaria do campo do trabalho.

A arte, ainda como prática estética reconhecida como uma excepcionalidade humana – uma excepcionalidade artística – já se insere, segundo Jacques Rancière (2005) num regime sensível que a constitui como potência heterogênea e que a desobriga de quaisquer regras e hierarquias. Ao fazê-lo, entretanto, “[...] ela implode a barreira que distingue as maneiras de fazer arte das outras maneiras de fazer e que separa suas regras das outras ocupações sociais” (RANCIÈRE, 2005, p. 34). O que pode acontecer, a partir daí, é que o regime estético da arte, ao justamente se aproximar dessas outras maneiras de fazer humanas, pode recair em estereótipos, como, por exemplo, os que tentam igualar ou submeter a arte às práticas com fins sociais, em outras palavras, com identificações da vida da comunidade. Nesse caso, esse regime artístico, segundo Rancière (2005, p. 34), “[...] afirma a absoluta singularidade da arte, mas destrói, ao mesmo tempo, todo o caráter pragmático dessa singularidade”.

Por outro lado, esse mesmo regime da arte pode, a partir de sua desobrigação com as regras e hierarquias, seguir caminhos ainda impensados, sem recair nos estereótipos concensuais que o encarcerariam nos fins sociais. Esses caminhos se relacionariam justamente

com a partilha do comum, com a distribuição das maneiras de ser e das ocupações no espaço. É nesse sentido que o “[...] ordinário do trabalho e a excepcionalidade artística” (RANCIÈRE, 2005, p. 68) se encontrariam, tendo em vista que “[...] o culto da arte supõe uma revalorização das capacidades ligadas à própria ideia de trabalho [...] e é uma recomposição da relação entre o fazer, o ser, o ver o dizer” (RANCIÈRE, 2005, p. 68). Para ser parte da experiência coletiva como atividade humana sem excepcionalidade e também sem obrigação de identificar-se com práticas de representação, a arte precisaria se estruturar exclusivamente pelo dissenso, ou seja, pelo regime de eficácia estético do qual fala Rancière (2005). Somente assim, em dissenso, a arte poderia partilhar o comum das atividades do humano de maneira múltipla. Nesse contexto, tanto as intervenções urbanas de rua quanto a escrita poderiam constituir-se como práticas artísticas dos entes comuns, que partilham o universo sensível e, em última análise, os afetos. É então que elas estariam presentes, junto da política, no campo do trabalho, já que “[...] as práticas artísticas não constituem uma exceção às outras práticas, [mas] representam e reconfiguram as partilhas dessas atividades; [...] é como trabalho que a arte pode adquirir o caráter de atividade exclusiva” (RANCIÈRE, 2005, p.68 e 69).

Tomando-se o campo do trabalho da pesquisa científica e/ou docente – e, mais especificamente, na temática dos cães das ruas –, arte e política se articulariam no trabalho de campo e também no trabalho docente como práticas de todos. No primeiro caso, elas seriam a aposta de trabalho do pesquisador. No segundo, a proposta de trabalho do pesquisador-educador para seus alunos. Em ambos os casos, as apostas tomariam a arte não como uma excepcionalidade humana – uma expressão artística consagrada como tal –, mas como uma atividade da ordem dos comuns. Como potência de encontro pela sensibilidade e pela sensação, ela seria tida como uma prática concreta de todos que, a partir do afetar e ser afetado pelo seu encontro material e móvel com os cães nas ruas, decidissem expressar-se artisticamente, sendo um instrumento de apropriação dos afetos pelos entes comuns. Essa prática – a arte autorizada para os que não se reconhecem ou não são publicamente reconhecidos como artistas – poderia se dar de inúmeras maneiras e a produção de lambes e/ou de narrativas seria uma delas: múltiplas e distintas produções de palavras, fotografias e lambes a habitar a rua. Como ferramenta de trabalho, a arte seria, em última análise, uma aposta estética que tomaria a forma de qualquer atividade de expressão comum. Inventando afetos, a escrita seria um convite a adentrar ao universo sensível, aquele que partilha esse comum.



**uma outra parte**

cão cartógrafo  
(narrativa 3)

[autoria própria]

O pesquisador flutua na rua movimentada de cães. Ele espreita, à caça do seu cão-modelo. Há muitos, mas um resolve caminhar e este ato os une: agora há dois cães em movimento. O de quatro patas vai à frente, o de duas pernas segue o rastro. Ambos agora flutuam. O que os diferencia? O cão “de rua” vai sem pressa, tem a atenção cartográfica almejada pelo cão cartógrafo às suas costas. Eles caminham em seus mundos próprios e seu alerta desfocado os faz divergir: o primeiro segue um ritmo indeterminado, percorre um conjunto delimitado de ruas e se encontra com comida, outros cães, coceira e áreas de demarcação. O segundo se determina nas passadas de seu outro, percorre outras ruas de um idêntico percurso e encontra ossos, outros cães, parasitas e objetos no chão. O primeiro vira à esquerda e adentra uma região particular: uma área delimitada por paredes e portão, um talvez extrato outro de seu território existencial, limite maior dentro de uma casa menor chamada rua, um mundo outro incorporado ao seu. O segundo passa reto, vagueia agora pelo território menor daquele perseguido cão e se encontra, desatento, com a mata por detrás da linha do trem, naquele local de ossos e comida, coceira e parasitas, lixo e áreas de demarcação. Mas já não é o mesmo mundo nem são os mesmos cães.

## **andanças e peregrinações**

[Encontros e cruzamentos na concretude e materialidade dos caminhos]

Chegamos à parte final. Aqui estão reunidas todas as reflexões, práticas e desdobramentos da pesquisa que não tiveram lugar nas partes anteriores. Ela está dividida em duas seções. A primeira, “Cães em caminho ou caminho de cães: reflexões”, apresenta um resumo breve sobre as principais apostas da pesquisa, algumas articulações conceituais e encadeamentos ainda não discutidos e algumas questões relacionadas aos cães “de rua” e sua permanência nesses espaços. A segunda seção, “Caminhanças Finais”, tece as últimas considerações sobre tudo o que foi dito.

## **cães em caminho ou caminho de cães: reflexões**

Nesta seção, retomo alguns pontos discutidos ao longo da dissertação para conferir-lhes a amarração que porventura ainda não tenha tido êxito até aqui. Em seguida, apresento o restante das produções originárias da pesquisa que não puderam ser alocadas nos artigos, pela restrição de páginas à publicação. Concomitantemente, apresento também algumas reflexões sobre o trabalho de campo com os cães “de rua” e seus desencadeamentos, bem como algumas reflexões sobre a perspectiva metodológica e sua imbricação no trabalho.

A primeira parte desta dissertação se ateve a desvelar os processos pelos quais passaram pesquisa e pesquisadora e a refletir metodologicamente sobre os caminhos que insurgiram ao longo desses processos. A segunda parte empenhou-se em articula-los conceitual e teoricamente e em mostrar como eles se deram na materialidade e concretude da pesquisa, da pesquisadora e da matéria pesquisada. Caminhamos, nessa parte, do esgotamento do pensamento – este oriundo da percepção – a respeito das definições e concepções hierárquicas e hegemônicas sobre humanos e animais, para a abertura da sensibilidade aos afetos que podem circular entre esses entes, afetos estes ativados pelas sensações provocadas pelo encontro entre humanos, cães, ruas e arte. Ambas essas partes traçaram um percurso que, nessa terceira parte, se explicita e se completa.

O esgotamento do pensamento foi entendido, neste trabalho, como fundamental para a emergência da sensibilidade. A percepção dos humanos sobre a condição dos cães “de rua” foi identificada como insuficiente, por si só, para proporcionar aos primeiros a oportunidade de ver esses entes como potência. Tal percepção, embora necessária para impulsionar uma assunção primeira a respeito das determinações que levam a essa condição “marginal” dos cães – uma condição de subordinação e de impossibilidade de vida na rua – é incapaz de, por si mesma, criar afetos que verdadeiramente conectem, de uma forma expressiva, humanos e cães. De fato, justamente à percepção relacionam-se algumas das subordinações a que os cães “de rua” estão sujeitos. É o que ocorre, por exemplo, quando, ao se avistar as dificuldades enfrentadas por muitos desses cães – nas ruas assépticas, atualmente concebidas como de pertencimento único a humanos –, elaboram-se tipos de engajamentos que os obrigam a outras formas de sujeição, não mais à morte iminente pela inanição ou pelos maus tratos (na rua), mas à sobrevida trancafiada em canis superlotados de cães que, então, não cabem nem na rua, nem na casa doméstica, mas tão somente no compadecimento do olhar humano. É da percepção, nesse caso, a piedade que leva a um reencarceramento dessa “vida de cão”: da destinação à fome e à doença ao aprisionamento pela libertação delas. É por isso que, posteriormente ao pensamento pela percepção, é necessário que haja o esgotamento. Somente a partir dele é que a sensibilidade pode se abrir à apreensão do mundo pela sensação que trará a força de vida dos cães na rua, pois que todas as opções até então concebidas para a relação entre eles e os humanos se tornam, face ao esgotamento, insuficientes para abarcar essa força.

A invenção de possíveis, então, pode se ocupar de criar outras possibilidades para o encontro profícuo entre eles.

A arte foi escolhida para suscitar essa nova apreensão do mundo. Através das sensações que ela provoca – as quais nos tocam por outras vias que não a da razão – o humano, ao se encontrar com os cães “de rua”, pode entrar em contato com seus afetos e, a partir daí, olhar para fora de si de uma forma mais viva, mais colada ao que o impulsiona e não ao que o desanima. Olhar para os cães e para a rua através da arte, nesse sentido, provoca uma experiência díspar que configura, ao humano, uma rua onde se possa habitar pela determinação da vida e não da mera sobrevivência. Pela afirmação dessa vida, a arte produz transmutações que nos permitem uma experiência, na rua, de uma liberdade de fato libertadora, ou seja, que não aprisione os cães em suas necessidades básicas não supridas e que também não os encarcere, ou pelas atitudes protetoras daqueles que os carregam da rua para o canil, ou pela imposição, sobre si, de uma condição marginal de abandono – na qual todos os tipos de mazelas se tornam justificáveis.

A aposta no encontro *com e pela* arte seguiu caminhos distintos. A arte foi discutida tanto como prática consagrada pela sua distinção das demais práticas humanas – ou seja, como prática artística excepcional ao universo “comum” – quanto como prática de expressão da ordem dos comuns, ou seja, sem excepcionalidade distintiva. Em ambos os casos, ela funcionou como meio para o encontro, na rua, entre humanos e cães, e também esteve junto da política, por vias distintas. Como prática excepcional, a arte foi concebida como um dispositivo de partilha do sensível que enuncia o comum através da obra artística e o exclusivo através de sua produção – não são todos que produzem arte, mas todos podem admirá-la. Nesse caso, ela foi discutida no âmbito da intervenção de rua e foi materializada pela produção e pela circulação de lambe-lambes nesses espaços (pensando-os como uma arte, senão “autorizada”, ao menos reconhecida como tal). Apelar aos lambes foi uma proposta para promover o encontro entre humanos e cães, na rua, pela sensação produzida no contato dos primeiros com a obra artística – esta criando, através de pequenas frases, possibilidades potentes para esses humanos e esses cães, oportunidades de encontros inspirados na força da presença deles, juntos, numa rua possível de ser habitada. Como prática de expressão comum, por outro lado, a arte foi concebida a partir de sua indistinção em relação às outras atividades humanas, o que a colocou no mesmo campo do trabalho. Essa segunda perspectiva elaborou-a como um exercício dos comuns, o que gerou uma proposta de trabalho com a produção artística como ferramenta provocativa para professores e

pesquisadores. Nesse caso, a própria produção de lambes foi retomada, agora como prática de todos que, ao caminharem com cães pelas ruas, tiverem o desejo de suscitar perguntas, questionamentos e sensações pela cidade estéril onde eles, hoje, se relacionam.

Encontrar os afetos pela arte conduziu esta pesquisa a encontra-se, ela própria, com uma ideia de política que compartilha, com a arte, um cerne e uma base. Pensar a arte como uma porta aberta aos afetos tornou-a dispositivo de partilha destes com o mundo, com os entes que habitam o “comum” desse lugar, o que, conseqüentemente, a colocou na mesma base em que está a política, ao ser entendida como atividade humana que também partilha afetos e que, inclusive, designa quais serão eles. No cerne de ambas (arte e política) está a estética, como um modo de organizar os afetos que povoam a existência. Foi assim que a política passou a fazer parte das discussões dessa pesquisa, pois que ela, junto da arte, produz a partilha do sensível, ou seja, enuncia lugares, discursos e entes e seus engendramentos. É por isso que arte e política estiveram, nas discussões aqui apresentadas, lado a lado.

Outra aposta para o encontro entre humanos, cães e ruas surgiu a partir dessa ideia de partilha do sensível: a escrita. Ela também se aproximou da política por estar fundada, junto dela e da arte, na enunciação da partilha (na medida em que é um dispositivo que anuncia o comum e o exclusivo através da palavra); também tocou na estética (como um modo de disposição das coisas em “seus lugares”); e também foi proposta como atividade humana “apropriada” pelos comuns. Desta última perspectiva, por conseguinte, ela também foi elaborada como ferramenta de trabalho para educadores e pesquisadores, como prática de todos que, ao caminharem na rua, na presença de cães, pudessem se afetar por essa experiência e produzir, a partir dela, uma escrita narrativa.

Ao sugerir a arte e a escrita como meios para encontros potentes entre humanos, cães e ruas, a ideia foi a de provocar, em todos os que vissem os lambes e lessem as narrativas, sensações que escapassem à racionalização da condição dos cães nessas ruas – a qual, já embebida pelo senso comum, os rotula com o abandono, a sujeição, a pobreza material – e que produzissem outros afetos, não imbuídos da piedade e do compadecimento por essa condição enviesada que comumente lhes é destinada, mas alimentados pela alegria e pelo vigor de sua força de vida. Ao tomar a arte e a escrita como atividades humanas da ordem dos comuns, a intenção foi a de desertá-las do campo exclusivo dos artistas e dos escritores e disponibilizá-las como potências de criação *com* o real. A ideia, então, foi a de propor que, pelo campo do trabalho – ou seja, utilizadas como ferramentas – elas possam ser, mais que produções a serem vistas, também produções a serem feitas, elaboradas e reelaboradas

inúmeras vezes. Nesse contexto, as narrativas e os lambes produzidos nesta pesquisa serviriam como pontos de início a um trabalho por vir, feito com muitos outros além dos que a pesquisa pode abranger.

Ambas as propostas relacionadas à arte e à escrita – tanto no caso daquela em que elas são apreciadas quanto no caso daquela em que elas são produzidas pelos comuns – compartilham a ideia de que elas (arte e escrita) atuam na partilha do sensível, e nesta pesquisa, atuaram no alargamento dessa partilha. No primeiro caso, elas o fazem pela enunciação tanto do comum (a obra artística ou literária que será vista e lida) como do exclusivo (já que nem todos são artistas ou escritores, portanto, nem todos produzem arte ou ficção) e pela disponibilização desse comum em um espaço público (a rua) que, se não é plenamente democratizado, deveria sê-lo. No segundo caso, elas o fazem pelo rompimento com a exclusividade da partilha que definem – alargando ainda mais e sugerindo que as experiências artísticas, ficcionais, políticas e estéticas sejam tomadas por todo e qualquer ente – e pela exposição nua e crua de quaisquer dessas práticas nesse espaço público ímpar que é a rua.

Todos esses encontros, com a política, a arte, a escrita; com o pensamento, o esgotamento, a sensação, a partilha do sensível, os afetos; com os lambes e as narrativas; com as ruas, os cães e os próprios humanos, conquistaram sua maior consistência quando encontraram, na raiz de todo esse trabalho, uma aposta em comum: anarquizar os entes e tudo o que os rodeia e os engloba. A mais visível anarquia, talvez, seja a de concretizar, na partilha sensível das palavras aqui impressas, tudo isso. A maior delas, certamente, foi a de pensar em tudo isso. E uma das pequenas anarquias aqui praticadas é, com certeza, o fato de produzir ficção e arte através deste trabalho, nomeá-los como tal e sequer me considerar artista ou escritora. Esse pequeno gesto anárquico encontra, nas próximas páginas, espaço para se concretizar.

**quando não**  
(narrativa 4)

[autoria própria]

Duas horas a procura de um cão, e nada: onde estarão todos os cães das ruas quando se quer apenas um? Mais um cão andarilho, um que andasse a esmo, e só! Mas nada de cão, nenhum ser de patas a espreitar uma rua: de outro lado, um carro a esmo, um dia de cão para cada quilômetro pesquisado. Seria um não encontro? Poderia dizer de um carro-cão, talvez uma moça-cão, a espreitar becos e portões, uma busca por aqueles que existem, mas hoje, não. Vagância sem beira pelos bairros de soltos cães, as nervuras paralelas da cidade, as periferias debaixo de linhas de transmissão: parasitários multiespécies, e eu latindo em vão, dentre casas, dentre muitos entes e nenhum cão. Como lidar com o cão que não está? Como lidar com a rua que permanece? Restam dados descampados, as ruas do campo sem cães: narrativas desmontadas pela ausência de um qualquer cão, um certo afugentado cãozinho para me dar atenção.

O processo de afecção pela arte e pela escrita, já que ligado diretamente às sensações produzidas nos corpos ao as encontrarem, não poderia se restringir apenas ao expectador, aquele que vê ou lê e, a partir daí, se afeta. Antes de provocar o outro, aquele que produz a arte ou a escrita precisa ser também afetado. A afecção se dá desde o momento em que o pesquisador concebe seu projeto, passa pelas leituras que ele faz, pelas discussões nas quais ele problematiza sua proposta e é questionado sobre ela. Mas é na articulação de tudo isso com sua matéria de pesquisa, nas pontes que o pesquisador constrói entre eles, que a afecção mostra sua feição mais expressiva (narrativa 4).

O trabalho de campo é a expressão máxima da afecção: o contato direto, material e concreto entre pesquisador e matéria de pesquisa possibilita articulações entre pensamentos e sensações, e produz afetos que necessitam ser exteriorizados. Nesta pesquisa, o campo funcionou como o momento de máxima potência de afecção, quando do encontro entre pesquisadora, ruas e cães. Ele trouxe as sensações que buscariam formas de expressão para

ganhar existência real: foi no campo que a materialidade dos entes mostrou sua força, que os conceitos e as reflexões passaram da ação de teoria para a ação de prática (FOUCAULT, 1979) e que a rua ganhou seus contornos indomáveis.

Figura 15 – Mundos próprios



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira.

O campo se deu na rua e, portanto, ela foi o local de afecção e o elemento que uniu os mundos próprios: meu e dos cães que segui (Figura 15). Os mundos próprios, para Uexkull (1982), são as seleções, dentre todos os elementos do ambiente, que cada ser vivo faz, em virtude de sua estrutura física e psíquica, daqueles que consistirão seu universo existencial. Esses mundos têm, para o autor, sua forma específica para cada ente, de modo que cada um deles vive em seu respectivo mundo próprio, ajustado com perfeição a ele. Assim é que o mundo próprio dos cães, por exemplo, tem elementos que dizem respeito aos cães: elementos que eles reconhecem como parte de seu mundo e com os quais estabelecem relações. O mundo próprio dos humanos, por conseguinte, é aquele em que estão contidos todos os outros entes que ele reconhece, bem como seus mundos próprios, os quais, entretanto, nem sempre são reconhecidos por ele como diferentes do seu. O encontro dos mundos se dá quando elementos de um deles são automaticamente reconhecidos pelo outro ou incorporados a ele, tornando-se parte intrínseca deste. Dessa forma, por exemplo, se no mundo próprio do cão aparecem coisas do mundo próprio do humano, então, para serem reconhecidas pelo cão, elas devem passar a fazer parte de seu mundo, ou seja, passarem a ser coisas de cão.

Figura 16 – Mundos Plurais



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira

A rua, assim, foi coisa de cães e humanos: o meio que ligou pesquisadora e matéria de pesquisa (Figura 16). Eu e eles caminhamos por nossos respectivos mundos próprios, mas ela, a rua, caminhou por ambos. Ela era, para mim, a nossa rua; não é possível dizer, entretanto, se, para eles (os cães), era nossa, ou apenas deles. O não saber, então, deu ao encontro que ali se estabelecia a oportunidade de inventar: a rua uniu cão e pesquisadora e a invenção fez nascer, dessa união, a proposta narrativa que uniria, ainda a eles, o diário de campo produzido nesses encontros e os conceitos mobilizados durante todo o estudo. Nasciam, assim, as narrativas de cães (Figura 17 e Figura 18), as quais foram distribuídas ao longo da dissertação: algumas (Narrativas A, B e C) estão dispostas no artigo “Quando humanos, cães e ruas se encontram: arte, afetos e palavras no movimento potente da vida”, apresentado na “Outra Parte”; outras estão abrindo cada uma das partes dessa dissertação (narrativa 1); e duas últimas se localizam abrindo alguns tópicos desta seção (narrativa 4 e 5).

Essas narrativas foram escritas por mim durante as caminhadas com cães, todas mediante a atenção flutuante e concentrada proposta como pista pelo método cartográfico. Elas consideraram os diferentes mundos, sua separação e sua reunião pelos elementos comuns a eles e por aqueles que ambos absorviam um do outro. Não tiveram a intenção de representar o “objeto” de estudo nem de fazer juízo sobre ele ou sobre sua condição, seu “estar” nas ruas; ao contrário, o que tentaram foi captar algo que ainda não havia sido dito sobre eles, algo de potente dessas existências, algo da multiplicidade presente nesse modo de habitar a rua. Por isso, invoquei, nesses momentos de caminhada e escrita com cães, os conceitos que estudei ao

longo do trabalho, pois considerei que eles também caminhavam junto a nós, movimentavam-se no meu pensar e no nosso compasso, e podiam, pois, transformar-se nessa experiência.

Figura 17 – Narrativa e cão



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira

Figura 18 – Narrativas de cão



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira

*narrando oficinas:  
proposições*

*“[...] será uma ‘arte’ de dizer: nela se exerce precisamente essa arte de fazer [...], uma arte de pensar. Noutras palavras, será um relato. Se a própria arte de dizer é uma arte de fazer e uma arte de pensar, pode ser, ao mesmo tempo, a prática e a teoria dessa arte”.*

(Michel de Certeau. *A invenção do Cotidiano*)

As narrativas, para além de movimentarem conceitos, escrita, cães e pesquisadora, movimentaram também o pensamento de que ela, a escrita narrativa, dava a oportunidade de trabalhar com o pensamento e com as questões que emergem da produção do conhecimento de uma forma mais livre e leve. Daí surgiu a proposta de “narrar oficinas”. Tais narrativas fizeram com que eu adentrasse o universo da escrita, o que me levou a perceber a indissociabilidade entre pesquisar, escrever, produzir conhecimento, inventar e intervir, como já aposta o método cartográfico. A intervenção, para além de atuar na pesquisa e nos efeitos e resultados que ela produz no mundo, a partir de si mesma, adentrou também outro campo, o de propor práticas de replicação: transformar a experiência das narrativas produzidas durante a pesquisa em possibilidades coletivas de narrar e partilhar mundos, fazendo com que a experiência individual de mobilização de conceitos e processos através da escrita narrativa pudesse atingir e contagiar outros corpos para além da pesquisadora e seu “objeto”, apresentando-se como experiência coletiva. Surgiu, a partir daí, como resultado desta pesquisa, uma proposta de trabalho com a temática “cães de rua” para professores e educadores. Através da produção, com seus alunos, de narrativas, dar-se-ia a eles a oportunidade de experimentar multiplicidades: cães e humanos partilhando o universo sensível no qual estão ambos inseridos.

A aposta na narrativa como amplificação coletiva de processos de existir possibilitou a abertura da pesquisa à sua última etapa, o fazer artístico para não artistas, através dos lambes.

*“[...] o vínculo entre a prática artística e sua aparente exterioridade, ou seja, o trabalho, é essencial [...]”*

(Jacques Rancière. *A Partilha do Sensível*)

As narrativas de cães foram a invenção originada dos afetos produzidos pelo encontro e pela caminhada entre-mundos de pesquisadora e cães. Para além de incitarem uma proposta de trabalho em forma de oficinas, possibilitaram à pesquisa sua ligação com outra proposta de trabalho: o fazer artístico, a arte como labor, como prática que não se separa dele. Essa relação entre trabalho e arte, então, tornou-se também um encontro e uma equalização entre-mundos: entre o ordinário do primeiro e a excepcionalidade da segunda, uma partilha da experiência do sensível, uma distribuição das maneiras de ser que envolvem, no mesmo patamar, as ocupações do humano (RANCIÈRE, 2005).

O trabalho do pesquisador consistiu também em produzir arte como parte da pesquisa, e de colocá-la no mundo como uma partilha do universo sensível que se encontra com o trabalho. Essa partilha teve a intenção de provocar, nos outros, naqueles que até então não participavam do mundo da pesquisa que englobava pesquisadora, rua e cães, um afetar-se pelas descobertas: afetos de cães e de humanos na rua onde ambos partilham mundos. As narrativas tornaram-se arte na rua: lambe-lambes (Figura 19, Figura 20, Figura 21, Figura 22, Figura 23, Figura 24, Figura 25, Figura 26, Figura 27, Figura 28, Figura 29, Figura 30, Figura 31 e Figura 32) que foram espalhados pela cidade e continham pequenos trechos dessas escritas, dessas conexões entre conceitos, cães, ruas e humanos. Os lambes (Figura 33 e Figura 34) foram colados nas paredes, no asfalto e nos postes, em diferentes alturas em que os olhos humanos poderiam vê-los: no chão, rentes à faixa de pedestres; no muro, alvo de observações desapressadas durante uma caminhada. A pesquisa promovia seu encontro com a comunidade dos indivíduos que habitam o mundo público, para além da comunidade acadêmica.

Figura 19 – Seu Cícero na rodoviária



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Elias de Souza. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 20 – Seu Cícero e Dona Yara na rodoviária



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves. Intenção: astrovidente Yara

Figura 21 – Lambidas no ponto



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Elias de Souza. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 22 – Lambendo o domingo de manhã



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 23 – Ele lá, na noite



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Elias de Souza. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 24 – Ele lá, de dia



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 25 – Lobo urbano



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 26 – Lobo cinza-urbano



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 27 – Poste-cão



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 28 – Poste-cão e pesquisadora



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 29 – Eles lá



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 30 - Impassíveis



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 31 – Lambidas no banco



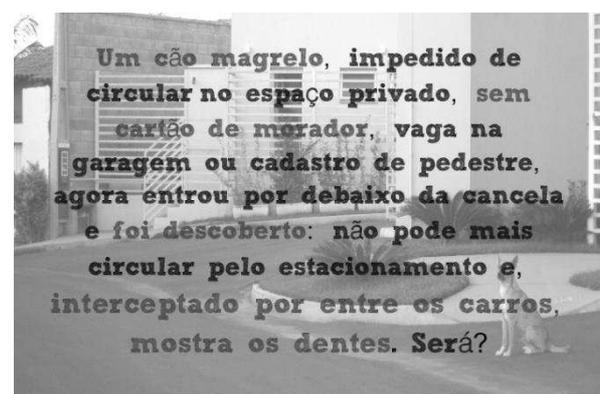
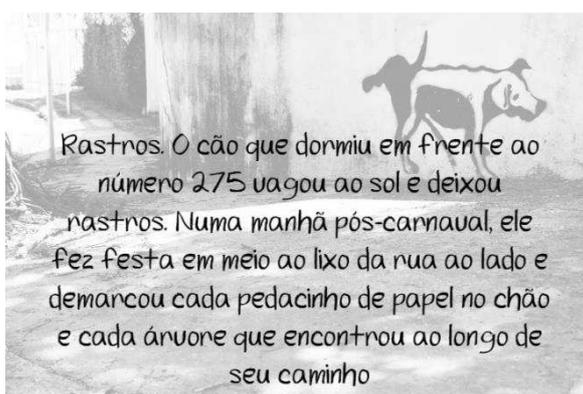
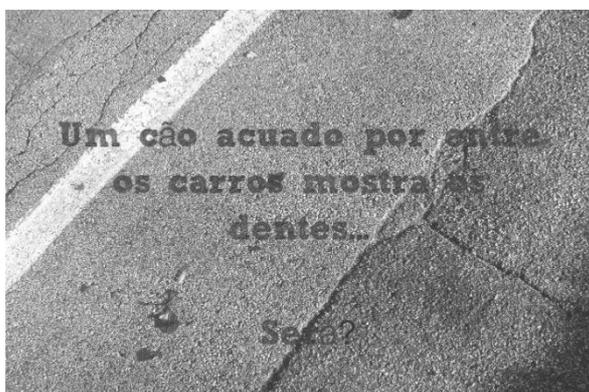
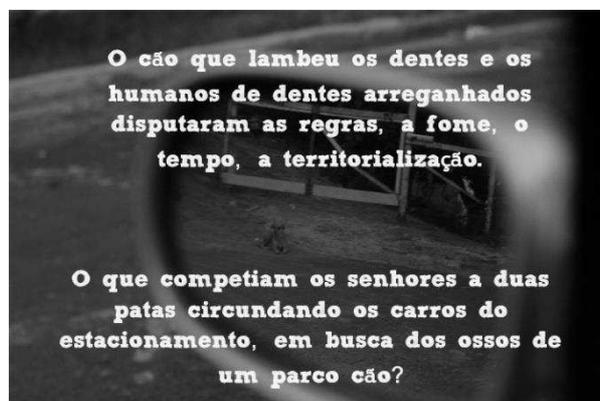
Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 32 – “Saliva”



Fonte: arquivo pessoal. Foto: Tatiana Plens Oliveira. Lambe: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 33 – Lambes horizontais



Fonte: arquivo pessoal. Fotos: Tatiana Plens Oliveira. Texto e arte: Michele Fernandes Gonçalves

Figura 34 – Lambes verticais

...agora há dois cães em movimento. O de quatro patas vai à frente, o de duas pernas segue o rastro. Ambos agora flutuam. O que os diferencia? O cão de rua vai sem pressa, tem a atenção cartográfica almejada pelo cão cartógrafo às suas costas. Eles caminham em seus mundos próprios e seu alerta desfocado os faz divergir: o primeiro segue um ritmo indeterminado, o segundo determina-se nas passadas de seu outro



Poderia dizer de um carro-cão, talvez uma moça-cão, a espreitar becos e portões, uma busca por aqueles que existem, mas hoje, não. Vagância sem beira pelos bairros de soltos cães, as nervuras paralelas da cidade, as periferias debaixo de linhas de transmissão: parasitários multiespécies, e eu latindo em vão, dentre casas, dentre muitos entes e nenhum cão

Seu Cícero constrói moradias para cães porque acredita que eles necessitam de um local quente para dormir. Os cães de rua são seus melhores clientes: encontram abrigo nas casinhas que ele vende a humanos que as colocarão na rua para servir aos cães indisciplinados que escolhem não pertencer a nenhum território delimitado. A casa dos cães da rua é a rua, mas seu Cícero e seus clientes criam, nela, outros possíveis para esses cães: eles têm um local quente e livre para dormir.



Fonte: arquivo pessoal. Fotos: Tatiana Plens Oliveira. Texto e arte: Michele Fernandes Gonçalves.

*cartografia: conexões em vida, com a vida*

*“O verdadeiro encontro é uma despossessão [...] porque me abriga a modificar a maneira como eu narro a mim mesmo”.*

*(Vladimir Safatle. O Circuito dos Afetos)*

Foi a reflexão metodológica a partir do método cartográfico que possibilitou que este trabalho seguisse os rumos aqui desenhados. A cartografia como método ofereceu uma abordagem que forçou o pensamento a conectar-se com a potência de vida do “objeto” de pesquisa. A partir dessa exigência, de perseguir e deixar-se contagiar por aquilo que pulsa, o trabalho, então, não se contentou em representar este “objeto”, nem em extrair dele o que ele já aparenta ser. Ao contrário, o que aqui se pretendeu foi justamente acessar as inúmeras possibilidades que ele encontra de estar e resistir no mundo, as formas latentes dos entes pesquisados, aquelas que esperam a ocasião oportuna para se atualizarem. Essa abertura, um adentrar a multiplicidade, fez com que pesquisadora e “objeto” de pesquisa estivessem sempre se interpelando, de modo que cada encontro entre eles estivesse aberto a configurações ainda desconhecidas. Essa busca por distintas existências – possibilidades de existir no mundo – foi justamente a responsável pela decisão de substituir, na escrita e na concepção, a denominação “objeto de pesquisa” por “matéria de pesquisa”, já que a multiplicidade desta, da matéria aqui pesquisada, mostrou não caber na palavra objeto.

Como sugere o próprio método, este trabalho é, em si mesmo, rizomático, na medida em que estabelece conexões entre situações, conceituações e fazeres distintos, e o faz de maneira cruzada e semidesordenada. A aproximação com a dúvida constante o fez estar em ligação permanente com o caos, buscando extrair dele, a todo tempo, um tipo de ordem estável o suficiente para estabelecer um caminho, mas movente o bastante para desestabilizá-lo e permitir a proliferação de muitas lógicas durante seu traçar. O mapa desenhado por esta cartografia não é da ordem da interpretação. O que ele faz, ao contrário, é experimentar conceitos e criar rotas que não separam, mas unem e aliam pesquisadora e matéria de pesquisa. Ele é, pois, incompleto, está em constante elaboração, inclusive enquanto se dá a

escrita e a leitura do que aqui está: certamente, a esta altura, nem matéria, nem pesquisadora, são os mesmos do momento em que tudo foi feito.

Ao não “[...] representar ‘objetos’, mas acompanhar processos” (KASTRUP, 2015, p. 32), o método cartográfico mostrou-se, na pesquisa com os cães “de rua”, o único capaz de acolher e explicar as intensas transformações conceituais que este trabalho sofreu, desde a busca pela compreensão do abandono até a luta pela pluralidade desses animais. Embora tenha sido uma descoberta tardia como metodologia norteadora, a cartografia sempre esteve presente como posição de investigação, já que seus preceitos foram praticados durante todo o processo da pesquisa, mesmo que, durante algum tempo, tenham servido mais como decisões balizadoras do que declaradamente metodológicas.

Sujeito, matéria, teoria e prática constituíram-se, de fato, como efeitos do processo de pesquisa, na medida em que se modificaram no plano da experiência e alteraram seus objetivos. Estes, que tinham sido, num primeiro momento, estabelecidos previamente, puderam mudar e se reconstruir durante o ato de pesquisar, graças à disponibilidade para o novo proporcionada pela metodologia. Pesquisar só pôde ser, então, também intervir: a primeira etapa dessa intervenção foi modificar a pesquisa a partir de seus efeitos, ao mesmo tempo em que intervia sobre eles; a segunda etapa foi colocar a pesquisadora presente no plano concreto da pesquisa, no campo onde ela acontece, e lhe permiti olhar e ser olhada pelos cães; a terceira etapa foi conceder a ela a oportunidade de produzir efeitos na escrita de campo – e de propagá-los através da proposta de uma escrita coletiva –, e na rua na qual ele aconteceu – através dos lambes; a última etapa da intervenção foi a escrita da própria dissertação e sua posterior disponibilização ao mundo – momento a partir do qual todas essas intervenções se replicarão.

Todo o processo de produção deste trabalho foram práticas interventivas e inventivas. A intervenção, talvez, mais fundamental e até radical do ato de pesquisar foi, entretanto, a dos efeitos da pesquisa sobre mim, a pesquisadora. A cada olhar, meu e dos cães para mim, novas atualizações sugeriram: como pesquisadora, me atualizei na medida em que busquei neles a energia pulsante do estar na rua, do viver nela; modifiquei-me a partir das potencialidades que encontrei nas entrelinhas do que esse viver já significava, daquilo que já havia sido definido sobre ele; mudei a partir da atualização que percebi nos cães. Transformei-me a partir de sua transformação e de minha abertura em concebê-la.

*habitando a rua*

*“[...] a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!”*

*(João do Rio. A alma encantadora das ruas)*

As transformações que pesquisa e pesquisadora sofreram ao longo dos três anos de trabalho já foram bastante comentadas no decurso de toda esta dissertação. A mais radical delas é a que, agora, passo a discutir em detalhes. Até este ponto, sugeri que o pensamento sobre os cães “de rua” precisa se transmutar, que a arte e a escrita são eficazes para alargar a partilha do sensível ao disparar sensações que podem incitar essas transfigurações, e que, a partir delas, a rua pode ser vista como um lugar que se possa habitar. Afirmar a rua como lugar de permanência, entretanto, não é algo simples: traz desdobramentos bastante importantes e exige problematização. Seguiremos, a partir de agora, o caminho que elucidará o porquê da afirmação da rua como esse espaço em que o processo de habitar possa ser possível.

Pierre Kasper (2006) sugere, em tese de doutorado sobre moradores “de rua”, que habitar a rua, para esses entes, constitui-se num processo que não depende de uma forma específica de território, uma “forma-casa”, por exemplo (KASPER, 2011, p. 24). Uma das características desse processo, ele explica, é o apropriar-se do espaço, torná-lo uma propriedade (isto é, torná-lo próprio) e adequá-lo, torná-lo compatível com a vida (nele). Ele cita Henri Lefebvre que diz do habitar como a impressão, no espaço, de uma marca que o modela como próprio. Se a rua pode ser esse local onde uma marca própria define um território, essa marca pode ser impressa por entes diversos, dentre eles os humanos moradores “de rua” e, também, os cães. A definição do território existencial, proposta por Deleuze e Guattari (2012), é justamente essa: o alcance espacial e a constância temporal das características que definem as assinaturas dos entes no espaço. Dessa forma, o habitar das ruas pelos cães é o processo pelo qual eles as definem como território, imprimem marcas constantes que as singularizam de outras ruas, estas podendo conter outras marcas, expressões de outros territórios. Os rastros deixados pelos cães nas ruas que eles habitam são exemplos dessas marcas territorializantes.

São os cães, então, que definem seus territórios nas ruas que habitam e que, inclusive, decidem quais serão esses espaços de habitação e qual será sua área de abrangência. Em meus

trabalhos de campo, percebi que há formas diversas de um cão habitar uma rua. Encontrei, por exemplo, cães que habitam a garagem e a calçada que se estende a ela. Inúmeras vezes, vi animais que permaneciam do lado de fora do portão (e este ficava ligeiramente aberto, provavelmente para permitir a livre circulação do animal), expressando-se territorialmente num pequeno espaço em frente à residência, a qual, provavelmente, era habitada por humanos que lhe forneciam abrigo e alimentação. Esses cães dormiam em frente aos portões, latiam para pessoas que passavam perto deles ou para outros cães, e não abandonavam, por mais de alguns metros, seus locais de fixação. Encontrei, também, cães que se locomoviam de forma lenta e pausada, prestando atenção aos locais, demarcando-os com urina e, aparentemente, seguindo sem direção. Segui-os por algum tempo e me surpreendi ao vê-los adentrar uma residência, e de lá não sair por longo período. Nesse caso, entendi que esses cães tinham um território mesclado entre a rua e a residência doméstica, uma mistura de territórios maiores (no sentido daqueles hegemonicamente definidos como tal) e menores (no sentido daqueles que se apresentam como resistência a essa hegemonia). Tanto as residências, territórios maiores desses cães, quanto a ruas, seus territórios menores (definições minhas), apresentavam-se como espaços existenciais para eles, locais nos quais eles pareciam manter características temporais e expressivas de territorialização, como os rastros, por exemplo. Encontrei, ainda, cães que caminhavam sem parar e em sentidos aparentemente muito definidos, como que obstinados em seguir, seguir para algum lugar ao qual não tive acesso, porque não consegui acompanhá-los. Esses cães não costumavam parar, nem para deixar rastros, nem para farejar algo específico. Eles apenas seguiam.

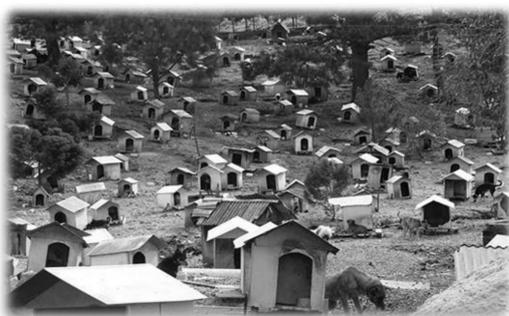
Todos esses aspectos me fizeram entender que os cães “de rua” não eram um único tipo de cão, mas muitos. Eles estavam nas ruas de formas diversas: algumas distinguindo existencialmente ruas específicas, espaços mais ou menos definidos de territorialização; já outras, talvez, distinguindo-os como cães cuja rua – como espaço de transitoriedade, não um conjunto específico e localizado de ruas, mas a rua como esse local móvel pelo qual é possível transitar –, por si só, já os definiam existencialmente. Esses últimos foram os cães que chamei de “andarilhos”.

Esse entendimento sobre a diversidade dos cães normalmente caracterizados como “de rua” foi o que me trouxe a certeza de que ela, a rua, precisava ser afirmada como um local onde se possa habitar. Há séries diversas de distinções, há uma complexa rede de imbricações sobre as quais não sabemos quase nada, que levam à decisão, por parte dos cães, de seus locais de habitação. Existem, é claro, demandas de ordem nutricional, instintiva e muitas

outras, que certamente norteiam a decisão desses cães sobre seus espaços, mas existem também indeterminações que não podemos supor, e que articulam-se nesse jogo canino dos seus processos de habitação. E é justamente por isso, porque suas marcas existenciais não são apenas as que atuam sobre seu suprimento físico ou alimentar, que retirar deles sua decisão sobre seus próprios espaços, transportando-os para locais decididos por nós como adequados a sua existência, é uma atitude que os assujeita e nega a eles sua expressão própria, sua expressão de cão.

Os canis construídos por nós humanos para abrigar esses animais, atuam, em sua grande parte, nessa negação, retirando-lhes quase tudo o que lhes singulariza a existência. Um exemplo claro dessa situação é a chácara SOAMA<sup>5</sup>, localizada em Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul. Nesse local, já referenciado nacional e internacionalmente como “favela de cães” (ELLSWORTH, 2010), “cãodomínio” (G1, 2008), e “campo de refugiados” (AZEVEDO, 2011), vivem mais de 1800 cães, cada um deles amarrados às suas casinhas (de madeira, casinhas tradicionais de cães), dispostas irregularmente sobre um grande terreno (Figura 35). O local foi citado por Liziane Gonçalves de Matos (2012) como uma “zona de abandono”, onde são depositados aqueles já “sem valor” para uma parcela significativa da sociedade. Liziane está discorrendo sobre o auxílio que ela chama de “animalitório” (MATTOS, 2012, p. 56) realizado pelas ONGS aos animais tidos como “abandonados”. Embora com intenções e concepções bem distintas das deste trabalho, o que Liziane diz sobre os canis, sobre essas zonas de abandono, inverte o próprio sentido da criação desses locais – os canis, então, não são zonas de acolhimento, mas justamente de deposição – e nos serve para pensar justamente nessa ideia de abandono.

Figura 35 – Depositório da SOAMA



Fonte: SOAMA

---

<sup>5</sup> Sociedade Amigos dos animais. Ver mais em: < <http://www.soama.org.br/> >.

No site de apresentação da própria SOAMA há a afirmação que leva à reflexão: “[...] quando começamos não tínhamos a noção de o quanto os abrigos são um incentivo para o abandono [...] no Brasil, a grande maioria dos abrigos são ‘depósitos de vidas’” (SOAMA, 2016). Se os canis são esses depositórios, nos quais são entulhados os entes que, teoricamente, não possuem mais valor, talvez seja necessário questionar a própria concepção que leva à criação desses espaços: a de que um animal, quando na rua, esteja necessariamente abandonado, tenha sido necessariamente tratado como sem valor – simplesmente porque mora na rua – e necessite, necessariamente, de uma “casa”. O que ficou visivelmente claro para mim, após três anos de pesquisa, é que os cães “de rua” sequer existem, motivo pelo qual o termo “de rua” está entre aspas por toda a dissertação. Existem, sim, entidades singulares, outridades significantes (HARAWAY, 2003) que habitam de forma variada os espaços, tanto a rua como a residência doméstica padrão dos humanos, e criam territórios existenciais a partir de sua expressão neles.

Ao compreender os cães sob essa ótica, a ideia de abandono perde, senão todo, pelo menos grande parte de seu sentido, na medida em que os cães passam a poder estar na rua também de inúmeras outras formas, além de abandonados – o abandono se torna apenas uma das formas de um cão ter ido “parar” na rua. A suposição de que todos os cães que habitam as ruas estão lá por terem sido considerados sem valor, bem como a assunção de que, a todos eles, seja urgente uma casa do tipo residência doméstica, também perde o sentido. Se seu território se define por suas marcas e pela permanência delas no espaço, qualquer lugar em que essas distinções estejam presentes pode ser um tipo de casa, uma morada que não corresponde, entretanto, ao que boa parte da sociedade ocidental aprendeu a chamar de lar. Trancafiar cães em espaços delimitados não por eles, mas por seus “ajudantes” humanos, e pior, prendê-los aos pés de suas próprias “casinhas”, também delimitadas por esses humanos, é, portanto, roubar-lhes quase todas as suas possibilidades de criar um território existencial para si; é defini-los em termos de necessidades puramente humanas (e, ainda assim, com controvérsias) e cometer um “enticídio” existencial ao supor que a organização em “[...] dois potes, um de água e outro de comida” (AZEVEDO, 2011) e uma caixa de madeira com telhado em formato V para dormir pudesse, em qualquer hipótese, definir sua existência.

\*\*

**casa de cão**  
(narrativa 5)

[autoria própria]

Só há um cão por entre as várias casas de cachorro. Maradona, entretanto, dentre as inúmeras possibilidades de teto, escolhe a rua por dias seguidos, deixa para trás dezenas de possíveis moradas e aventura-se pelos cruzamentos da pista movimentada. As casinhas em madeira não lhe pertencem, mas garantem, ao contrário, a moradia de outros entes, humanos entes a retirarem seu sustento da fabricação e venda de casas de cachorro. Há semelhanças e diferenças por todos os lados. O único cão do residencial de casinhas que recobre parte do acostamento da via Marginal Pinheiros encontra-se, agora, preso por uma corrente, ao pé de alguns tablados de madeira. Não fica mais solto porque escolhe a “casa rua” e traz preocupação à família de seu Cícero, fundador da comunidade abaixo do pontilhão da Rodovia Anhanguera. Todos ali trabalham na confecção das casinhas. A primeira casa confeccionada naquele local por seu Cícero foi provavelmente a sua, a mesma madeira das casas de cachorro, mas com estética mais simples: não há telhados em formato “V” nem há varanda, apenas cômodos apertados e teto horizontal a abrigar a família na capital do estado mais rico do país. Não parece tão rico quando se olha a partir do pontilhão, mas seu Cícero e a esposa garantem que este é o melhor lugar em que já moraram: vieram do sertão, e, aqui, há comida e água, mesmo que em troca da abstinência de qualquer vislumbre de silêncio. Seu Cícero constrói moradias para cães porque acredita que eles necessitam de um local quente para dormir. É ele quem diz, nesse documentário do ano 2000 – *Casa de Cachorro*<sup>6</sup> –, que os cães “de rua” são seus melhores clientes: precisam de local protegido para dormir e o encontram nas casinhas que ele vende a humanos que as colocarão na rua para servir aos cães indisciplinados como Maradona, que escolhem não pertencer a nenhum território delimitado. A casa dos cães da rua é a rua, mas seu Cícero e seus clientes criam, nela, outros possíveis para esses cães: eles têm um local quente e livre para dormir.

---

<sup>6</sup> Casa de cachorro – um documentário com os moradores do viaduto da ceagesp – São Paulo, SP, ECA-USP, 2001. Direção e pesquisa: Thiago Villas Boas Disponível em: <<http://iptv.usp.br/porta1/video.action?idItem=11867>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Afirmar que a rua pode ser local de permanência para humanos e cães e que, no caso destes, ela é território mais potente do que os canis para os quais esses animais “de rua” são levados quando capturados por humanos bem intencionados, é uma asserção que carrega muitas questões e reflexões, as quais caminham comigo ao longo desses três anos e ao longo dos tantos outros anos anteriores em que, eu mesma, retirei cães das ruas para colocá-los em canis. É por esse motivo, pela concretude do que me levou a entrar nessa discussão, que dizer que os cães precisam poder habitar a rua não foi uma afirmação fácil de ser formulada. É, entretanto, por esse mesmo motivo, por ter sido movida durante muitos anos pela percepção de sua condição difícil na rua e pela piedade advinda dessa percepção – a qual me fazia levar esses animais aos canis; por ter vivido tantos resgates de cães e por ter conhecido tantos canis abarrotados, que considero que esta afirmação que hoje faço com tanta veemência e lucidez precisa efetivamente ser feita.

Foi por desconfiar das minhas percepções – os cães pareciam ser mais que números a serem somados nos canis – que escolhi procurar outras formas de me conectar com eles. O trabalho de campo, a arte, a narrativa, configuraram-se como essas novas formas: maneiras menos pautadas pela razão – descoladas das representações já conhecidas sobre as realidades desses animais – de encontrar os cães e suas ruas. Essas apostas fundam-se nessa afirmação: a rua pode ser habitável. Antes de iniciar essa pesquisa, o mesmo ímpeto de resgatar cães era o que me levava, em muitos casos, a não resgatá-los, mas a propiciar a eles uma rua menos estéril e mais disponível à sua permanência. Como os clientes de seu Cícero, personagem da *casa de cão* (Narrativa 5), eu procurava, nesses casos, criar condições para que os cães não travassem batalhas constantes com sua condição nômade, mas pudessem vivenciá-las de formas menos duras. Como as casinhas de seu Cícero, a comida que eu por muitas vezes distribuí a cães que encontrei perambulando pelas ruas tinha a intenção de contribuir para a vitalidade desses animais, numa rua que, às vezes, pode ser cruel com aqueles que nela vivem.

Minha atitude, ao tentar transformar, na rua, a vida desses animais, não é isolada. Proliferam, mundo afora, apostas de que retirar esses animais das ruas a qualquer preço (para eles) não é a única possibilidade para sua vida e sua sobrevivência. Certa vez, quando estive em férias em Buenos Aires, na Argentina, deparei-me com uma situação quase impensável para grande parte da população brasileira: ao chegar no albergue onde estava hospedada, encontrei um grande cão pastor perambulando na calçada. Fiquei um tempo com ele e logo o dono do albergue surgiu na porta, e, vendo o frio que fazia lá fora, colocou o cão na recepção,

deu-lhe um tapete e um pote com água, e foi se deitar. Eu permaneci ali, na recepção, observando como o animal se portaria. Ele bebeu a água e se deitou, eu também me deitei e, no dia seguinte, o animal não estava mais ali. Em conversa, o dono do albergue me explicou ser bastante comum ver cães “de rua” em Buenos Aires, e que eles sempre encontravam um local para pernoitar nas noites de frio. Casos como esse são inúmeros. Na cidade universitária da Universidade de São Paulo (USP), há cerca de cinquenta cães que vivem soltos e são alimentados, diariamente, por um professor aposentado que coleta restos de alimentos de restaurantes próximos à Universidade para levar aos animais (GIOVANELLI, 2014). Na cidade grega de Mytilene, por exemplo, uma cafeteria decidiu, em meio à crise econômica que assola a Grécia, abrir suas portas aos cães “de rua” durante o inverno (Figura 37), os quais, no país, por causa da crise, já contabilizam mais de um milhão (BARTLETT, 2015). Na mesma Grécia, outro cão chamou a atenção na cidade de Atenas. LouKanikus, o “cão anarquista”<sup>7</sup> (Figura 36), participou das manifestações contra a crise grega e morreu vítima dos efeitos adversos das bombas de gás (WEARDEN, 2014). Ele não foi o primeiro cão “de rua” a participar de protestos. Mesmo em Atenas, outros cães, que foram denominados como “Riot Dogs”, foram registrados participando de manifestações. No Chile também vivem “cães manifestantes”. Em bandos, eles contabilizam a população de cerca de 500 mil cães de Santiago, e marcharam junto a estudantes em manifestações por mudanças no modelo educacional, em 2011, (que ficou conhecida como *A Revolta dos Pinguis*) e com os trabalhadores nas manifestações por direitos trabalhistas, em 2013 (FRANCE-PRESSE, 2013) (Figura 36). Esses animais, embora numerosos, vivem numa relação tranquila com a população, que os alimenta e que provê abrigo nas noites frias (CASSEY, 2015). No Brasil, os cães também se “manifestaram”, por diversas vezes, durante as manifestações que marcaram a história recente do país, em 2013.

---

<sup>7</sup> Ver mais em: [http://content.time.com/time/photogallery/0,29307,2102191\\_2327697,00.html](http://content.time.com/time/photogallery/0,29307,2102191_2327697,00.html).

Figura 36 – Cães anarquistas. À direita, Loukaninus, na Grécia. À esquerda, os cães “de direito”, no Chile.



Fonte: G1 e International Business Times.

O exemplo mais interessante dessa convivência de humanos com cães moradores das ruas é o de Moscou, Rússia. Na cidade, há uma população em torno de 35 mil cães – em média um para cada 300 habitantes – que vivem nas ruas sem grandes esforços para conseguir comida. Os habitantes estão tão acostumados com esses animais que lhes dão comida e até evitam passar em certas regiões, em determinados períodos da noite, para não adentrarem territórios “dominados” por cães. Esses cães foram estudados por um biólogo local, Andrei Poyarkov, por mais de trinta anos, e foram divididos por ele em categorias, dentre elas os considerados “guardiões” – vivendo em garagens e estacionamentos e socializando-se com os proprietários em troca de comida – e os que tidos como “selvagens” – os quais não socializam com as pessoas, moram nos locais mais afastados e desertos da cidade, andam somente à noite, vivem em bandos e se alimentam da caça de pequenos mamíferos como ratos e gatos (STERNTHAL, 2010). É tão comum encontrar os cães pelas ruas, inclusive nas estações de metrô – onde eles se abrigam no período de inverno – que há até um web-site<sup>8</sup> especialmente criado para que os usuários do metrô postem fotos e comentários sobre eles. Os cães habitam a estação já há tantos anos que uma pequena parte deles – em média trinta animais – desenvolveu, inclusive, a habilidade de utilizar o transporte público para locomoção (Figura 37): como têm boa capacidade para registrar nomes curtos, os cães aprenderam, pela sonoridade, a reconhecer os nomes das estações e a identificar o local da cidade a qual cada uma delas dá acesso (MARQUARDT; BLAKEMORE; EICHENHOLZ, 2010).

<sup>8</sup> Endereço: <http://www.metrodog.ru/>

Figura 37 – Cães de etiqueta. À direita, no café grego. À esquerda, no metrô de Moscou



Fonte: The Independent.

Esses exemplos mostram coisas distintas: mostram que é possível que cães habitem ruas e que pessoas incorporem a seus mundos próprios ruas repletas de outros entes que não elas mesmas; mostram que quando eles as habitam, livres da guarda humana, são capazes de se organizar segundo eles próprios e segundo os aspectos singulares de seus mundos, preservando um grau de convivência com outros entes que nelas também permanecem, humanos inclusive; mostram as similaridades entre seu tipo de organização com o tipo de organização humana que vai à rua manifestar-se, equiparam-se, em multidão, em coletivo, com humanos; mostram que é possível, aos humanos, tornar a rua um local mais propício para sua morada, mais protegido das intempéries que nela atuam em sua forma mais crua, mais selvagem; mostram que os cães podem, eles mesmos, elaborar artimanhas que facilitem sua vidas nas ruas; mostram, enfim, que a rua pode ser esse lugar de encontro onde o inesperado tem lugar, onde não haja o nivelamento de todas as circunstâncias adversas, onde as variáveis não sejam rigidamente controladas para produzir a ilusão de uma segurança que só serve (e mal) a humanos, geralmente protegendo-os deles mesmos. O que esses exemplos mostram, em suma, é que há mais a se fazer do que trancafiar cães bem longe das ruas onde eles têm a oportunidade de criar, incessantemente, uma forma de vida expressiva.

É possível criar, inclusive, modos interessantes de convívio com os cães nas ruas. Um projeto desenvolvido com os cães de Santiago, na comunidade de Maipú, treinou alguns desses animais para patrulhar as ruas e parques públicos da cidade, o que fez com que a população os aceitasse de bom grado e ainda gerou várias iniciativas particulares de adoção e cuidado, mesmo na rua, para com os cães (CASSEY, 2015). As ruas não são, é claro, o único destino possível para os cães “de rua”. Há programas de adoção de cães espalhados por inúmeras cidades em todo o mundo, e há formas alternativas de cuidado desses animais,

como, por exemplo, o abrigo “Território dos Zaguates”<sup>9</sup>, na Costa Rica, que mantém mais de mil cães soltos numa grande área verde e incentiva a visita de turistas para caminhar com os animais. No Brasil, há atualmente cerca de 20 milhões de cães vivendo nas ruas (ANDA, 2014). As estimativas são de que para cada cinco habitantes existe um cão, e deste total, dez por cento vive nas ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras. Não há números exatos para a cidade de Sorocaba, mas cidades do interior de São Paulo como Araçatuba, Marília, Bauru e Presidente Prudente contam com aproximadamente três mil cães moradores “de rua” cada. É, pois, fundamental garantir e afirmar a rua como possibilidade de morada para esses cães, na medida em que os programas de adoção e mesmo os canis “alternativos” como o da Costa Rica não dão conta de resolver todas as questões que envolvem essa afirmação e essa aposta – a rua como local, também, de cães. Se, por um lado, tais iniciativas proveem melhores condições a alguns animais ex-moradores das ruas, por outro, não tocam na raiz das questões fundamentais levantadas nessa dissertação, não proporcionam a necessária reflexão sobre as origens da diferenciação hierárquica entre os entes e sobre as inúmeras possibilidades de encontro entre humanos, cães e ruas.

Muitos problemas certamente surgirão dessa afirmação. A proliferação de doenças, os riscos de ataques a humanos e outros animais, as brigas entre cães “de rua” e “de casa”, os atropelamentos etc. Porém, na mesma medida em que se criaram regras e políticas de gestão para humanos nas ruas, é plenamente possível que sejam criados planos de ação e políticas públicas a partir dessa ideia, de que a rua é também dos cães e de que o que precisamos, então, é estabelecer, com eles, uma relação, um bom encontro com eles nelas. O que está em jogo, ao se criar ruas nas quais somente humanos podem estar – e, mesmo assim, apenas o tempo necessário para o deslocamento – é, antes de preocupações relativas a quaisquer tipos de seguridade social, uma ideia de alteridade excludente, parte de uma política também excludente, que dita espaços, entes e discursos hegemônicos e especistas, que só se interessam em manter uma ilusão de ordem em um mundo marcado pelo sufocamento das possibilidades de expressão da diferença. Firmar os cães como entes que também ocupam a rua, é, antes de meramente zelar pela sua sobrevivência, lutar pela vida que pulsa em todos os entes e em todas as ruas, quando cheias da pluralidade deles. Uma rua com cães e humanos e entes de diversas magnitudes é uma rua que esbanja arte. Tamanha é esta arte, híbrida de humanos e

---

<sup>9</sup> Ver mais em: <http://www.theplaidzebra.com/costa-ricas-land-of-the-strays-is-a-free-roaming-pups-paradise/>; <https://www.facebook.com/Territorio-de-Zaguates-Oficial-1459982774272974/>; <http://ticobull.com/costa-ricas-territorio-de-zaguates-land-of-the-strays/>.

cães e ruas, que artistas como Luciano Ogura<sup>10</sup>, Mazatl<sup>11</sup> e Nuno Ramos (2011) dedicaram-se a ela. Em suas obras, vemos cães e ruas cujas potências “latem” em todas as gravuras, em todas as pinturas, em todas as palavras. Fazer da rua a casa, traçar nela um território, talvez seja a primeira de qualquer arte, disponível a qualquer ente (DELEUZE; GUATTARRI, 2010).

---

<sup>10</sup> Luciano Ogura Buralli. Artista. Trabalha com xilogravura, linóleogravura e livros de artista, onde seu foco está nos temas ligados à cidade, como os cães de rua e a arquitetura decadente da metrópole. Ver mais em: <http://luoguragravuras.wix.com/portfolio#!caes/c1wo7>.

<sup>11</sup> Mazatl é um artista que vive no México e participa de diversos coletivos. Sua arte é inspirada no trabalho de indivíduos e coletivos que fazem de tudo para livrar-se do laço ao redor de seus pescoços. (tradução nossa). Ver mais em: <<http://www.grificamazatl.com/b1ryngyibg9dcqc76zwdntfq1agydn>>; No original, leia-se: Lives in Mexico City where he part takes in several collectives seeking social/political/enviromental justice; his art is inspired by the work individuals and collectives do to shake off the noose around our necks.

## **caminhanças finais**

Esta é a seção final da dissertação. Teço, aqui, algumas últimas considerações a respeito do encontro entre humanos, cães e ruas através da arte e da escrita, a respeito da afirmação da rua como local habitável, e a respeito do papel da sustentabilidade na produção da diferença não hierarquizante que torna possível o encontro potente entre os entes.

Pensar, escrever e defender este trabalho é uma ação política. Política porque o que se pretende é operar transmutações. Política porque o que se quer é provocar afetos que criem possíveis. Política porque o que se almeja não é a construção de um novo mundo, mas a oportunidade de experimentar outros tangíveis desse mesmo mundo. “Abandonar o abandono” (dos cães) é a principal ação dessa política. A demanda por amparo, ao exigí-lo pelas mãos de outrem, afirma uma estrutura de poder que define os que amparam e os que precisam ser amparados (SAFATLE, 2015), e que dita quais regras serão impostas a estes últimos. O controle existencial é, talvez, a mais cruel delas: em troca dessa “ajuda”, há o sufocamento da diferença, da singularidade, da liberdade. Uma ação política, ao invés de demandar amparo, demanda modificações estruturais (SAFATLE, 2015). Não se trata de amparar o abandono, mas, então, de modificá-lo na sua raiz, nos dispositivos<sup>12</sup> que o fazem funcionar: modificar as estruturas que fazem ver e dizer, criar outros modos de fazer e de pensar. Essa mudança, a quebra do dispositivo, é a libertação dos entes. Quebrar com a precisão de dar aos entes o dever de agir sobre e sofrer a ação de outros é “[...] afirmar o desamparo como condição para eliminar um tipo de servidão” (SAFATLE, 2015).

Essa servidão não é apenas dos cães ou dos humanos, mas também do pensamento. Servidão às estruturas de poder que, por um lado, oferecem proteção, e, por outro, veiculam obrigações e restrições de liberdade; estruturas que ditam comportamentos e enunciam verdades – as mesmas que designam políticas de bem-estar, de seguridade social, de sustentabilidade. A verdadeira luta política, pois, é justamente a que exige a ruptura dessas estruturas, desses dispositivos, e a sustentabilidade é um desses dispositivos que precisa ruir, porque dita discursos amparados na ideia de controle dos entes, de seus corpos, hábitos, de suas existências. Nesse sentido, este trabalho pretende funcionar como uma suspensão nessa lógica de controle, abrindo uma fissura no dispositivo da sustentabilidade (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012). Ao propor o esgotamento das lógicas comandadas pela razão, a aproximação com os afetos e as sensações suscitados pela arte, o encontro entre entes distintos no espaço comum onde ambos traçam seus territórios, a problematização sobre os cães, as ruas por eles habitadas e as relações estabelecidas (ou não) entre eles e humanos, o que este trabalho anseia é o desmonte da atual acepção da sustentabilidade, qual seja, a de um

---

<sup>12</sup> Para Michel Foucault, um dispositivo é “[...] um conjunto heterogêneo que compreende discursos, instituições, instalações arquitetônicas, decisões regulamentárias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...], ou seja, seus elementos pertencem tanto ao dito quanto ao não dito”. (FANLO, 2011, grifo nosso).

conjunto de discursos “verdes”, moralizantes e excludentes, voltados para a culpabilização dos indivíduos e para as políticas de educação coletiva através do controle. Esses discursos, ao normatizarem a vida, reduzem sua vitalidade, eliminam a multiplicidade dos mundos próprios, eliminando, também, a oportunidade da experiência. Fazendo isso, eles subtraem a diferença em nome da diversidade, e excluem as variações sensíveis para produzir um enrijecimento do modo de ser do humano.

A partir desse desmonte, do desmanche da sustentabilidade como tal, a ação política efetiva reside na ideia de que a política, quando pensada *com* os humanos e seu encontro, na rua, com cães, possa ser não aquela que demanda amparo, mas que produz o cuidado sensível, que cria encontros únicos, que vê a potência de tudo o que ainda não é em detrimento do cansaço de tudo o que já foi, que se interessa pelo que está além do óbvio, e que não hesita em transfigurar os modos de fazer. A partir daí, talvez seja possível destituir a sustentabilidade dos velhos discursos e antever, para ela, novas narrativas “[...] que possam liberar, nesse dispositivo, a diferença, [...], a invenção e a criação, [...] as forças em estado virtual” (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012, P. 405), e que possam, a partir do dissenso e da partilha do sensível, produzir não um novo mundo, mas uma nova ontologia para este mundo, uma que possa experimentar a multiplicidade do encontro com a vida e que possa garantir a persistência e a diversidade dos muitos mundos além do humano.

Criar uma nova ontologia do possível, experimentar a vida em sua multiplicidade, é produzir mundos que possam se encontrar – mundos que encontram mundos, que pluralizam a experiência e se multiplicam. Mundos desamparados e livres, de entes diversos, mundos de cães e de humanos que, na rua, possam traçar seus territórios, e afirmar suas existências: que possam, portanto, fazer arte. Reside aí o encontro original dos entes com a arte, aquela que “[...] começa talvez com o animal, ao menos com o animal que recorta um território e faz uma casa” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 237), aquela que é um traçado existencial que aproxima os entes entre si, que é nosso primeiro encontro com o outro e que se dá na expressão de nossa existência, uma arte primeira, essa de construir uma casa em qualquer lugar: a arte que os entes criam ao se territorializarem, que desorganiza a rua, atravessa seus fluxos predeterminados e recorta territórios.

A desorganização da rua faz parte dessa outra ontologia, dessa criação de existências, de mundos possíveis. Ela, a rua, é esse território nascido num “[...] belo dia, [quando] alinha-se um tarrascal, corta-se um trecho de chácara, aterrassa-se um lameiro, e aí está: nasceu mais uma rua, nasceu [...] para ensaiar primeiros passos, para balbuciar, crescer, criar uma

individualidade” (JOÃO DO RIO, 1995, p. 6). Traçada pelas mãos humanas, só ganha sentido, só se territorializa, no modo como se caminha por ela, como se expressa essa caminhada, como se existe nela. A rua se cria como espaço organizado e de fluxos pré-determinados, mas só se torna viva, com alma, ao ser desorganizada, contrariada por esses mesmos fluxos, libertada das constrictões que encarceram a expressão dos entes nela. É aí que a rua vira território vital, espaço de movência e existência a ser ocupado – quando pode ser então espaço de arte.

Daí, habitar a rua passa a ser povoá-la temporal e espacialmente com expressividade, com marcas que criam existências. Expressividade esta que está em todo e qualquer ente, e que faz da rua esse território expressivo, de cães, de humanos, e quantos outros que nela se encontram. A arte é essa atividade primeira que confere expressividade à existência, que garante aos entes sua marca nesse espaço da rua, esse comum partilhado que os iguala, que os une, seu encontro original. Ao estarmos na rua com cães, nós, humanos, podemos acessar a força desse primeiro encontro: a potência de nossa existência comum. Encontrar a rua, caminhar com os cães nela, lambê-la, narrar o que nela acontece, são formas de acesso, de reencontrar esse encontro original no qual nascem, juntos, os entes e a arte como sua marca no espaço e no tempo. É somente ao pensá-los dessa maneira, juntos na rua, que é possível conceber a rua como outra, como viva, como nossa. É quando, então, ela nos afeta e somos por ela afetados. É quando afetar-se é se abalar *com e pelo* outro, *com e pelo* mundo, e responder a essa provocação com uma ação.

É nesse sentido que alargar a partilha do sensível, através dessas ações humanas – essas expressões artísticas que com os entes se encontram não apenas por estarem com eles nas ruas que são nossas, mas por, em sua origem, já serem marcas de sua existência –, implica se deixar afetar pelo que há de singular nessas ruas, nesse mundo de humanos e cães; afetar-se pela multiplicidade potente desses entes, por suas virtualidades iminentes, pela alteridade pura, despossuída de quaisquer hierarquizações da diferença, e permitir que, no encontro com essas potências, afetos outros possam produzir e povoar políticas também outras do sensível, que sejam capazes de modificar a enunciação do comum e, assim, tornar visíveis todos os entes antes definidos como invisíveis, tornar habitáveis todos os espaços antes definidos como exclusivos, tornar audíveis todas as vozes antes emudecidas.

[uma tentativa de narrar, conceitual e poeticamente,  
124 páginas em poucos parágrafos]

No princípio era o verbo, e o verbo eram animais: naturezas estáticas (VIVEIROS DE CASTRO, 1996), faltas, mutismos, e assujeitamentos (DERRIDA, 2002), animalidades como condição (INGOLD, 1994). Seguiam-se errâncias e insuficiências, aprisionamentos em enunciados. Na conjugação, os animais eram ruas, e as ruas eram cão. E os verbos eram projeções: corpos, abandonos, invisibilidades, derrotas, aniquilação.

Depois do princípio, contudo, os verbos tornaram-se múltiplos: envelopes de humanidade (VIVEIROS DE CASTRO, 1996), entes complexos (ORLANDI, 2004); classificações embaralhadas (FOUCAULT, 2007), existências rebeldes (DERRIDA, 2002), pessoas (INGOLD, 1994). E o múltiplo, assim, delirou. No delírio do verbo, então, o princípio eram ruas: tentativas inacabadas, zonas de ferra e fúria (GODOY, 2013), “morte dos substantivos” (JOÃO DO RIO, 1995, p. 4). E os verbos já eram afetos: territórios de afirmação da vida (ROLNIK, 2006, p. 3), partilhas do sensível (RANCIÈRE, 2012), desconexões (DELEUZE; GUATTARRI, 2011), circuitos políticos (SAFATLE, 2015). O delírio, logo, era só o começo.

No descomeço, pois, estava o princípio do cão. E o delírio era arte: “invenção de possíveis” (ROLNIK, 2006, p. 2), potência estética e política (RANCIÈRE, 2012), encontro de fragmentos do mundo (PIRES, 2007). O verbo, então, passou a ser vida. E a vida, experimentação.

## referências bibliográficas

AGUIAR, L. M. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXIII, 2010. **Anais...** Caxias do Sul, RS, 2010.

AMADOR, Fernanda; FONSECA, Tânia M. G. Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa – considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 61, n. 1, p. 30-37, 2009.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DOS ANIMAIS - ANDA. Disponível em: <<http://anda.jusbrasil.com.br/noticias/100681698/brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ARENDRT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 342 p.

AZEVEDO, Lucas. Com 1.800 animais, ONG vira "campo de refugiados" no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul (reportagem). **UOL Notícias**, 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/06/19/com-1800-animais-ong-vira-campo-de-refugiados-no-rio-grande-do-sul.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BARTLETT. A cafe in Greece is opening its doors to stray dogs every night this winter (reportagem). London: **The Independent**, 2015. Disponível em: <<http://indy100.independent.co.uk/article/a-cafe-in-greece-is-opening-its-doors-to-stray-dogs-every-night-this-winter--WyxnMUDQol>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BORGES, Jorge L. O idioma analítico de John Wilkins. In: **Outras Inquisições**. Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 232 p.

CASEY, Klemens. Living Woof: The street dogs of Santiago (reportagem). **No Yolo**. Disponível em: <<http://www.no-yolo.com/street-dogs-santiago/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 351p.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, 1997. 163 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. Trad. Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Mumhoz. São Paulo: Ed. 34, 2010. 288 p.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2011. 128 p.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2012. 200 p.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002. 93 p.

DOG(SPIRED). Blog. Disponível em: <<http://dogspired.com/activists-oppose-moscow-stray-dogs-deportation/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ELLSWORTH, Brian. Stray dogs get their own slum in Brazil (reportagem). Estados Unidos: **Reuters**, 2010. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-brazil-dogs-idUSTRE64N3C020100525>>. Acesso em: 10 ago. 2015

ESPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 120 p.

FANLO, Luís García. **Que és um dispositivo?** Foucault, Deleuze Agamben. A parte Rei. Revista de Filosofia, n. 74, 2011. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/fanlo74.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado (*FAVRET-SAADA, Jeanne. "Être Affecté". (in) Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, 8. P. 3-9*). Trad. Paula Siqueira e Tânia Stolze Lima. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 408 p.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998. 80 p.

\_\_\_\_\_. Os Intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCE-PRESSE, Agence. Sem medo das bombas de gás, cães 'participam' de protestos no Chile (reportagem). **Portal G1 de notícias**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/participacao-de-vira-latas-chama-atencao-nas-manifestacoes-do-chile.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

G1, Portal de Notícias. ONG cria 'cãodomínio' para animais abandonados no RS, 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL489716-5598,00-NG+CRIA+CAODOMINIO+PARA+ANIMAIS+ABANDONADOS+NO+RS.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Cachorro 'atrapalha' polícia durante manifestações de professores no Chile. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/cachorro-atrapalha-policia-durante-manifestacao-de-professores-no-chile.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GIACÓIA, Oswaldo. **O poder dos afetos**. Vídeo (1:34:38). Campinas: CPFL Cultura, 2015. Disponível em <<https://vimeo.com/search?q=O+PODER+DOS+AFETOS>>. Acesso em: 7 maio 2016.

GIOVANELLI, Carolina. Aposentado alimenta cães abandonados na USP. Reportagem. **Veja São Paulo**, 2014. Disponível em: <<http://veja.sp.abril.com.br/materia/aposentado-alimenta-caes-abandonados-usp-paulistano-nota-10>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GONÇALVES, Michele; RODRIGUES, Meghie; CANTARINO, Carolina. Entrelinhas: redes e conhecimentos na era das incertezas. **ClimaCom Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte**, dossiê Redes. Campinas, v. 1, p. 74-80, 2014.

GODOY, Ana. Na rua | Em movimento [o incalculável da política]. **Alegrear**, n. 12, 20013.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 149-153, 2005.

GORCZEVSKI, Deisimer. Um convite aos afetos. Apresentação. In: GORCZEVSKI, Deisimer (org). **Arte que inventa afetos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. 376 p.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; SAMPAIO, Shaula Máira Vicentini. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Perspectiva**, v. 30, n. 2, p. 395-409, 2012.

HADAWAY, 2003. **O Manifesto das Espécies de Companhia**: cães, pessoas e a outridade significativa. Trad. Sandra Michelli da Costa Gomes. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003. 39 p. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/o-manifesto-das-especies-de-companhia-caes-pessoas-e-a-outridade-significante.html>>.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. Trad. Vera Pereira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, p. 39-53, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

INTERNATIONAL BUSINESS TIMES. Loukanikos, Greece's Famous Riot Dog Seen at Protests in Athens, Has Died. Disponível em: <<http://www.ibtimes.co.uk/loukanikos-greeces-famous-riot-dog-seen-protests-athens-has-died-1469244>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

JACQUES, Paola Barenstein. Experiências metodológicas para apreensão da cidade contemporânea. **Redobra**, n. 12, a. 4, p. 12-15, 2013.

JOAO DO RIO. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995. Disponível em: <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101365/alma\\_encant\\_ruas.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101365/alma_encant_ruas.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. 2006. 225p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana (Orgs). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LESTÉL, Dominique. A animalidade, o humano e as comunidades híbridas. In: MACIEL, Maria Esther (org.). **Pensar/escrever o animal**: ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 444p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1989. 323 p.

\_\_\_\_\_. **As estruturas elementares do parentesco**. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MARQUARDT, Alex; BLAKEMORE, Bill; EICHENHOLZ, Ross. Stray Dogs Master Complex Moscow Subway System. **ABC News**. Disponível em: <<http://abcnews.go.com/International/Technology/stray-dogs-master-complex-moscow-subway-system/story?id=10145833>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MATOS, 2012. **Quando a ajuda é “animalitária”**: um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS. 2012. 126p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NETO, Edgar Rodrigues Barbosa. O quem das coisas: etnografia e feitiçaria em *les mots, la mort, les sorts*. **Horizontes Antropológicos**, a. 18, n. 37, p. 235-260, 2012.

NUERNBERG, Adriano Henrique; ZANELLA, Andréa Vieira. A relação natureza e cultura: O debate antropológico e as contribuições de Vygotski. **Interação em psicologia**, Curitiba v. 7, n. 2, p. 81-89, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n19/n19a01.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ORLANDI, Luiz B. L. Morada do Ente. In: PÉLBART, Peter Pál; LINS, Daniel (orgs). **Nietzsche e Deleuze**: Bárbaros e Civilizados. São Paulo: Annablume, 2004.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana (Orgs). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana (Orgs). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PIRES, Ericson. **Cidade ocupada**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007. (Tramas urbanas; v. 2)

PORO. **Intervalo, Respiro, Pequenos Deslocamentos**: ações poéticas do Poro. In: CAMPBELL, Brígida; TERÇA-NADA!, Marcelo (orgs). São Paulo: Radical Livros, 2011.

RAMOS, Nuno. **Junco**. São Paulo: Iluminuras, 2011. 120p.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2005.

\_\_\_\_\_. **O expectador emancipado**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **The flash of words: the politics of writing**. California: Stanford, 2004. 169 p.

ROMAGNOLI, Roberta C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, n. 21, v. 2, p. 166-173, 2009.

ROLNIK, Suely. Entrevista a Suely Rolnik. Despedirse del absoluto. **Campo Grupal**, Buenos Aires, a. 4, n. 35, p. 2-3, 2002.

\_\_\_\_\_. Geopolítica da cafetinagem. 2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SAFATLE, Vladimir. **Por um colapso do indivíduo e de seus afetos**. Vídeo (1:48:41). CPFL Cultura: Campinas, 2015. Disponível em <<https://vimeo.com/129707673>>. Acesso em: 7 maio 2016.

SOAMA. Sociedade Amigos dos Animais, 2016. Disponível em: <<http://www.soama.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

STERNTHAL, Susanne. Moscow's stray dogs. London: **Financial Times**. Disponível em: <<https://next.ft.com/content/628a8500-ff1c-11de-a677-00144feab49a>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

THE INDEPENDENT. UK and Worldwild news. Disponível em: <<http://indy100.independent.co.uk/article/a-cafe-in-greece-is-opening-its-doors-to-stray-dogs-every-night-this-winter--WyxnMUDQol>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

UEXKULL, Jakob Von. **Dos animais e dos homens: digressões pelos seus próprios mundos**. Trad. Alberto Candeias e Aníbal Garcia Pereira. Lisboa: Livros do Brasil, 1982. 245 p.

URIARTE, Urpi Montoya. Como narrar o campo? Reflexões provocadas pela oficina “insistências Urbanas”. **Redobra**, a. 4, n. 12, p. 130-135, 2013.

VELDEN, Felipe Vander; BADIE, Marilyn Cebolla. A relação entre natureza e cultura em sua diversidade: percepções, classificações e práticas. **Avá**, Revista de Antropología, [online], Posadas, n. 19, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n19/n19a01.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015. 232 p.

VILLAS BOAS, Tiago. **Casa de Cachorro: um documentário com os moradores do viaduto da Ceagesp**. (Documentário). São Paulo: ECA-USP, 2001. Disponível em: <<http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=11867>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

VIVACIDADE. Sorocaba. Disponível em: <<http://www.vivacidade.com.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Maná**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131996000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Claude Lévi-Strauss por Eduardo Viveiros de Castro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 193-202, 2009.

\_\_\_\_\_. O nativo relativo. **Maná**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

WEARDEN, Graeme. Greece's riot dog Loukanikos dies (reportagem). Londres: **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2014/oct/09/greece-riot-dog-loukanikos-dies-eurozone-crisis>>. Acesso em: 10 ago. 2015.